

4. RODA VIVA

FREIRA MISSIONÁRIA DO RN MORRE EM ANGOLA VÍTIMA DE MALÁRIA

15. ESPORTES

FÁBIO CORTEZ / NU



MAXGOL, HOJE À NOITE NA ARENA DAS DUNAS

Em boa fase, o América pode até perder por 1 a 0 para o Boavista hoje na Arena das Dunas que se classifica à 2ª fase da Copa do Brasil.

8. POLÍTICA

ARGEMIRO LIMA / NU



► Policiais se concentraram na Governadoria

APÓS ONDA DE BOATOS, PM SUSPENDE PARALISAÇÃO

Em dia marcado por boatos de violência, policiais militares se entendem com o Governo e desistem de greve. Acordo prevê envio à AL de projeto para promoção dos praças.

3. PRINCIPAL

AEROPORTO VAI SER ABERTO DIA 22 DE MAIO

/ ECONOMIA / AEROPORTO INTERNACIONAL ALUÍZIO ALVES, EM SÃO GONÇALO, COMEÇA A OPERAR DIA 22, 12 DIAS APÓS TER SUA OBRA ENTREGUE OFICIALMENTE, JÁ CONTANDO COM ACESSO NORTE

JOEL RODRIGUES/FOLHAPRESS

5. POLÍTICA

APROVADA A "CONSTITUIÇÃO DA INTERNET"



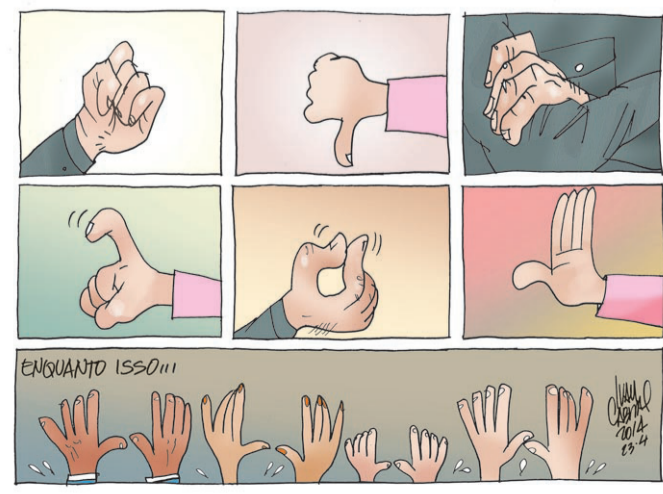
MARCO CIVIL DA INTERNET
Democracia SIM! Corporações NÃO!

9. CIDADES

CONCLUSÃO DE CIDADE DO CÉREBRO FICA PARA 2015

UFRN alega atraso em licitações para anunciar nova data da conclusão do Campus do Cérebro, em Macaíba, projeto do neurocientista Míguel Nicolelis.

WWW.IVANCABRAL.COM



7. POLÍTICA

EM MOSSORÓ, MAIS UM SOB RISCO ELEITORAL

A um dia do início da campanha na TV, eleição suplementar tem mais uma candidatura sob risco de indeferimento pela Justiça.

02. ÚLTIMAS

GASTO COM ENERGIA CHEGA A R\$ 4,7 BILHÕES

Distribuição de energia supera em 17,5% o previsto, gastos que serão pagos com empréstimos e depois repassados à tarifa, em 2015.



EVERTON DANTAS / NJ

► Orçamento foi extrapolado em 17,5% em fevereiro, custo que pode chegar até o consumidor a partir de 2015

MAIS CARO QUE A ENCOMENDA

/ ENERGIA / GASTO COM DISTRIBUIÇÃO SUPERA ESTIMATIVA E INDICA POSSIBILIDADE DE MAIS EMPRÉSTIMOS E AUMENTO NA CONTA DE LUZ

O GASTO DAS empresas de distribuição - que levam energia até a casa do consumidor - chegou a R\$ 4,7 bilhões em fevereiro, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O número supera em 17,5% as estimativas do setor e indica que pode haver necessidade de novos empréstimos para o setor, principalmente se o leilão programado para o dia 30 não suprir toda a necessidade das distribuidoras.

Os R\$ 4,7 bilhões de custo extra de fevereiro serão bancados com empréstimos bancários, que devem ser repassados à tarifa de luz dos consumidores a partir de 2015.

O setor ainda não fechou, no entanto, os acordos com os bancos para esses empréstimos. Não se sabe, por exemplo, qual será a taxa de juros nem qual o reajuste de tarifa que será oferecido como garantia.

A operação foi planejada e intermediada pelo governo, que limitou a ajuda às empresas em R\$ 11,2 bilhões, para cobrir gastos feitos de fevereiro a dezembro deste ano. Caso o gasto seja maior, um

novo acordo com bancos deverá ser feito.

O montante representa as despesas com a compra de energia e o uso de usinas térmicas no segundo mês do ano, e deverá ser coberto por meio de empréstimos bancários, já que o governo tenta segurar repasses às tarifas dos custos extras deste ano.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, afirma que, com o passar do tempo, o valor necessário para que as distribuidoras quitem as dívidas mensais irá diminuir.

Isso porque as empresas podem firmar contratos mais baratos para suprir parte de sua demanda, principalmente por meio do leilão previsto para 30 de abril.

Esse pregão contratará energia em caráter emergencial, por meio de acordos de longo prazo --cerca de cinco anos. Se for bem-sucedido, as empresas poderão trocar contratos por curtos períodos por preços mais altos, como os que vem sendo feitos no momento, por outros mais baratos e de mais longo prazo.

O diretor aposta em uma redução do preço da energia também

no curto prazo. Desde o início do ano, os preços estão pressionados pela falta de chuvas e necessidade de usar usinas térmicas.

USINAS

Romeu Rufino defende que o tamanho do rombo no setor elétrico se deve, em parte, à não adesão das usinas da Cesp, Cemig e Copel à renovação dos contratos de concessão.

A renovação antecipada das concessões foi proposta pela presidente Dilma Rousseff em setembro de 2012.

O acordo estava condicionado à aplicação de uma tarifa menor pelas empresas, para que o desconto médio de 20% para o consumidor pudesse ser viabilizado.

Como as três companhias não aceitaram a proposta do governo para renovar seus contratos de concessão, elas não ficaram obrigadas a baixar o preço nem a entregar parte de sua geração às distribuidoras. Assim, elas podem comercializar sua energia livremente com grandes empresas e indústrias, em contratos mais rentáveis, o que reduziu a oferta de energia para as distribuidoras.

/ ELEIÇÕES /

PSDB VAI LANÇAR CANDIDATURA DE AÉCIO DURANTE A COPA

O PSDB DECIDIU oficializar a candidatura presidencial do senador mineiro Aécio Neves no dia 14 de junho, quando as atenções do país estarão voltadas para os primeiros jogos da Copa 2014, cuja abertura está marcada para dia 12.

A convenção tucana será realizada em São Paulo, num dia em que há jogos previstos em quatro capitais, inclusive em Belo Horizonte, onde Colômbia e Grécia vão jogar.

A cúpula do PSDB anunciou a decisão em reunião em que representantes dos 27 diretórios estaduais lançaram manifesto de apoio a Aécio.

No documento, os tucanos dizem que ele representa o "desejo de mudança" da maioria dos brasileiros após "anos de um regime de improviso, compadrio e ineficiência". O manifesto diz ainda que o país está "cansado de desvios, mazelas e escândalos de corrupção em série".

A escolha de São Paulo para o lançamento oficial da candida-

tura de Aécio tem como objetivo aumentar sua exposição no maior colégio eleitoral do país. Essa será a primeira vez após cinco eleições que o PSDB lançará ao Palácio do Planalto um candidato que não é de São Paulo.

Aécio disse que o Estado foi escolhido por sua "importância" na construção política do partido e como uma "homenagem" ao governador Geraldo Alckmin.

Na reunião da executiva nacional do PSDB, também foram discutidos problemas de palanques estaduais.

Aécio diz já ter soluções em 80% dos Estados, com exceções como as do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

No Nordeste, o senador disse que o cenário é mais favorável à oposição na Bahia e no Ceará - onde o ex-senador Tasso Jereissatti (PSDB) decidiu lançar-se ao Senado para reforçar o palanque do tucano. O PSDB espera ter candidato próprio em ao menos dez Estados.

/ PESQUISA /

ANALISTAS ESTIMAM INFLAÇÃO ACIMA DO TETO

A INFLAÇÃO NO Brasil deve ultrapassar o teto da meta estipulada pelo governo neste ano e fechar o ano em 6,51%, segundo estimativa central de analistas do mercado financeiro, divulgada ontem pelo Banco Central.

Se a projeção se confirmar, será a primeira vez desde 2004 que a inflação fura o limite de tolerância, fixado pelo próprio governo, para o aumento de preços.

Um dos pontos que mais contribuíram para a estimativa de alta do mercado foram os reajustes já concedidos neste ano. Na semana passada, todos os cinco aumentos autorizados pela Aneel estavam na casa dos dois dígitos, dentre eles, a distribuidora AES-Sul: de 28,86%.

No mercado, já há analistas prevendo que a inflação possa furar o teto do governo já em junho.



Editor
Everton Dantas (Interino: Luan Xavier)

E-mail
evertondantas@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

/ FASHION DAYS /

Natal Shopping abre portas para a moda e o glamour

O MUNDO DA moda e todas as suas novidades, através das tendências, make ups e as melhores dicas de consultoria tomaram os corredores do Natal Shopping na noite de ontem. O Natal Shopping Fashion Days acontece até hoje e traz a ideia de atrair mais ainda o cliente do que há de melhor da moda.

"Esse shopping está no coração das pessoas e faz parte da história de Natal. A moda, com toda a globalização e democratização deve ser apresentada de maneiras também mais inovadoras", explicou o organizador do Fashion Days, Reginaldo Fonseca. De acordo com ele, o shopping apresenta um mix "fantástico" e esse é o momento de proporcionar a melhor interação entre as peças e o público, ou "dar vida às roupas da vitrine". "O que as marcas do mundo inteiro fazem nesse momento é esse trabalho de sedução, de desejo e de expectativa", acrescentou.

O consultor realiza eventos no estilo "fashion tour" há 15 anos e diz acreditar muito nele por ser mais democrático e aproximar mais as pessoas. Os nhá 15 anos. É muito democrático, Tetê a Tetê se aproxima muito das pessoas. Qualquer pessoa que esteja passeando pelo shopping vai poder se vai se deparar com uma situação inédita, que é o desfile de uma modelo, vai acompanhar



ARGEMIRO LIMA / NJ

► Evento acontece até hoje nos corredores de lojas

o desempenho ao vivo e muito próximo delas.

"A ativação e a experimentação de um produto é o caminho que as marcas de moda e cosméticos estão trilhando para atrair as clientes", concluiu ele.

A consultora de imagem e estilo, Daniella Passaretti, também estará disponível até o final de evento para dar as melhores dicas de combinação das peças.

"Procuro dar uma dica certa, exclusiva para o corpo da cliente. Não adianta nada falar maravilhas sobre a peça que está na vitrine se ela não combina com quem está comprando", falou Passaretti. A consultora diz ensinar sobre a proporção do corpo da consumidora, orientando também a respeito da melhor lha cabe e, em

cima dessas informações, formar o melhor guarda-roupa harmonioso para a pessoa.

Passaretti trabalha com cinco tipos de silhueta e o exemplo que espelha 90% das brasileiras é o famoso "triângulo", ou seja, tronco afilado e quadril largo.

"A dica que dou para quem tem quadril largo é usar peças mais retas, não tão justas, e abusar dos volumes da parte de cima. Colocar bastante flor e estampa, elementos que chamem a atenção para o tronco", ensinou.

Para ela, as cores que marcarão este outono/inverno são o vermelho e o roxo.

A final do evento do Natal Shopping, os convidados poderão se confraternizar na "Fashion Party", entre as 20h e 23h.

CICLO DE PALESTRAS SINAPRO/RN

ECO MOLITERNO

PROPAGANDA NÃO É ON NEM É OFF. PROPAGANDA É PROPAGANDA.

Profissional de Criação do Ano no Prêmio Caboré 2013, Eco Moliterno é o Head of Digital da agência Africa/SP. Vencedor dos maiores prêmios nacionais de propaganda, Eco também é dono de 4 Cannes Cyber Lions, já foi jurado nesse mesmo evento e esse ano presidiu o Júri Digital do The Wave Festival. Você com certeza conhece o trabalho dele. Aposto que você viu e gostou de "Compare, Comprove, Complete (Quer Beijar a Piriguete)", para a Oral-B, e "Don't Révi Caspa", com Joel Santana, para a Head&Shoulders. Pois é, todas criadas por ele e sua equipe. Eco Moliterno é o convidado da vez do Ciclo de Palestras SINAPRO e vai estar em Natal falando sobre o atual momento do mercado e dividindo sua experiência. Nem de brincation você pode perder.

Estudantes e colaboradores de agências filiadas ao SINAPRO têm

50%
de desconto na inscrição.

28 de abril, às 19h, no Ocean Palace Hotel.

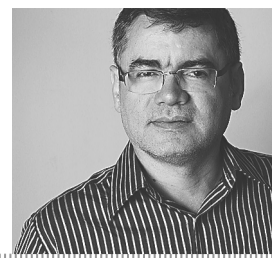
Inscrições no SEBRAE até 24/04, pelo valor de R\$ 50,00. 0800 570 0800

Apoio

NOVO
JORNAL

Realização

Sinapro
RIO GRANDE DO NORTE



Editor
Marcos Bezerra

E-mail
marcosbezerra@novojournal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

EMBARQUE PREVISTO

/ SÃO GONÇALO / SECRETARIA NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL DEFINE 22 DE MAIO COMO DATA DA TRANSFERÊNCIA DAS OPERAÇÕES DO AEROPORTO AUGUSTO SEVERO PARA O ALUIZIO ALVES, QUE SERÁ USADO JÁ DURANTE A COPA; TERMINAL E ACESSO DEVEM SER ENTREGUES NO DIA 10 DE MAIO

PAULO NASCIMENTO
DO NOVO JORNAL

O AEROPORTO INTERNACIONAL Governador Aluízio Alves receberá seus primeiros voos daqui a um mês. A Secretaria de Aviação Civil (SAC) da Presidência da República confirmou o início das operações do novo terminal aéreo para o dia 22 de maio.

De acordo com a SAC, a partir de hoje os espaços físicos, instalações de água e esgoto e cabeamento de tecnologia da informação (TI) e energia elétrica do novo aeroporto estarão prontos a receber as estruturas das empresas aéreas, iniciando o processo de transferência das operações.

Após mais de três horas de reunião na tarde de ontem, na sede da SAC, em Brasília, membros da organização da aviação do país decidiram o cronograma para os passos finais antes da inauguração do aeroporto internacional.

O novo terminal aéreo, localizado em São Gonçalo do Amarante, passará a receber os voos destinados para o Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Parnamirim, após a finalização dos trabalhos no setor de infraestrutura de tecnologia da informação, ainda em abril, e a homologação do aeroporto.

De acordo com o cronograma de transferência para o novo aeroporto divulgado pela SAC após a reunião, o consórcio Inframérica, responsável pela construção e operação do aeroporto, irá entregar a infraestrutura de tecnologia da informação na próxima quarta-feira (30).

A partir do dia 1º de maio, as empresas que irão operar no aeroporto deverão realizar as instalações dos sistemas e equipamentos próprios, além de fazer todos os testes no terminal de passageiros.

Em 19 de maio, três dias antes do início da operação, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deverá homologar o funcionamento do novo aeródromo. A aprovação para o funcio-



► **Ministro da Aviação Civil, Moreira Franco, comunica cronograma de transferência definido pela SAC durante reunião em Brasília**

namento será dada após o consórcio comunicar o término das obras físicas em São Gonçalo do Amarante.

As datas foram firmadas após uma negociação entre a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC) – representada pelo ministro-chefe Wellington Moreira Franco – e representantes da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abea), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), consórcio Inframérica, Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (Aneaa) e das companhias aéreas TAM, GOL, Avianca, Azul e TAP.

O ministro-chefe afirmou que a preocupação é com a informação aos passageiros sobre a mudança. “Temos que agir como bom vendedor e procurar o cliente, e não ser procurado por ele. Ou

seja, precisamos que a informação seja muito clara e que atinja a todos os usuários, para garantir o bem-estar do passageiro”, disse Franco.

O consórcio Inframérica informou que fará campanha de divulgação sobre o início das operações.

Ainda segundo a SAC. Já no dia 30 de abril, os sistemas de TI e comunicação serão disponibilizados para a mudança. De acordo com as empresas que participaram da reunião – TAP, GOL, TAM, Avianca e Azul –, entre 1º e 15 de maio serão realizadas as instalações dos sistemas e equipamentos, além de testes no terminal de passageiros.

O anúncio do cronograma de transferência entre os aeroportos do Rio Grande do Norte era esperado no início do mês. O comunicado foi adiado após uma reu-

nião no dia 9 de abril entre praticamente os mesmos participantes do encontro de ontem.

Na ocasião, eles trataram sobre as mudanças em três novos terminais do país em aeroportos já existentes: Juscelino Kubitschek (Brasília-DF), Franco Montoro (Guarulhos-SP) e Viracopos (Campinas-SP).

A justificativa apresentada pela SAC para a demora na definição das datas para o aeroporto em São Gonçalo do Amarante foi de que o cronograma teria de ser mais bem elaborado, pois é uma nova obra, diferentemente dos outros três casos, que são expansões de terminais já existentes.

PEDIDOS

Ainda antes da confirmação do início das operações para o dia 22 de maio, o ministro-chefe Moreira Franco tinha definido, a pe-

dido das companhias aéreas, durante visita realizada em 24 de março, que o trabalho no novo aeroporto potiguar não iria começar mais em 15 de abril, mas no dia 10 de maio.

Ainda em março, as empresas informavam que o período de testes necessário entre a transferência e o início das operações era de 35 dias.

Os testes que ainda serão feitos no novo aeroporto incluem as áreas de pistas de pouso e de manobra, a logística de transporte, o setor de check-in e o setor de manutenção dos aviões.

Durante a visita no mês passado, Moreira Franco também informava, à época, que pediu às empresas que enviassem relatórios sobre a transferência de operação entre os terminais. Esta documentação norteou a criação do cronograma anunciado pela SAC.

“PRECISAMOS QUE A INFORMAÇÃO SEJA MUITO CLARA E QUE ATINJA A TODOS OS USUÁRIOS, PARA GARANTIR O BEM-ESTAR DO PASSAGEIRO”

Moreira Franco
Ministro da Aviação Civil

ACESSO DEVE SER ENTREGUE JUNTO COM O TERMINAL

Assim como o cronograma de entrega das obras físicas do aeroporto, o primeiro acesso ao novo terminal também tem previsão de finalização no dia 10 de maio.

A via, que liga a BR 406 (estrada para Ceará-Mirim) ao aeroporto e é nomeada de “acesso Norte”, é construída pelo Governo do Estado.

Com o cronograma sendo cumprido, a estrada será liberada dez dias antes do início das operações em São Gonçalo do Amarante.

Até a primeira semana de abril, restava um quilômetro de pista a ser asfaltado e o viaduto na BR 406 estava começando a ser construído, com a instalação de vigas de sustentação.

A sinalização instalada recentemente ao longo da Avenida Belizário Tomaz Landim/BR 101, na Zona Norte de Natal, já indica o caminho para o acesso Norte do aeroporto internacional.



► **Terminal de passageiros do Aluízio Alves está quase pronto**



► **Aeroporto já tem seis pontes de embarque instaladas**



► **O acesso Norte ao aeroporto deve ficar pronto em 10 de maio**

TERMINAL ESTÁ NA FASE DE ACABAMENTOS

Com a confirmação do início das operações em São Gonçalo do Amarante para o fim de maio, o Aluízio Alves será, como já se planejava, o terminal aéreo potiguar para o período da Copa do Mundo.

O aeroposto começará a funcionar 22 dias antes da primeira partida a ser realizada na Arena das Dunas, entre México e Ca-

marões, marcada para 13 de junho. O torneio se iniciará no dia anterior (12 de junho), em São Paulo.

De acordo com dados da Anac, durante o período da Copa do Mundo, a malha aérea potiguar será ampliada em pouco mais de 48%, com a adição de 274 voos a serem recebidos no Aluízio Alves.

E até o começo das decolagens e pousos acontecerem em São Gonçalo, obviamente, o terminal precisa ser finalizado. Antes previsto para ser entregue no dia 15 deste mês, o aeroporto teve a data do término de suas obras físicas remarcado recentemente.

O consórcio Inframérica, que conduz os trabalhos, pôs como

meta a finalização das obras até o dia 10 de maio.

De acordo com o último levantamento divulgado pelo consórcio e publicado pelo NOVO JORNAL no dia 15 de abril, as obras tinham alcançado 96,4%, entrando na fase de acabamentos das estruturas elétricas, piso e paisagismo.

O planejamento da SAC

aponta que o Aeroporto Augusto Severo, após o início das operações em São Gonçalo, ainda irá funcionar no período da Copa do Mundo, mas já sem fins comerciais. O terminal em Parnamirim será a alternativa para o recebimento de voos executivos (táxis-aéreos, fretados e comitivas oficiais) e também para uso militar da Força Aérea Brasileira (FAB).

CALENDÁRIO

30 de abril:
Inframérica entregará a infraestrutura de tecnologia da informação do aeroporto

10 de maio:
entrega das obras físicas pelo consórcio Inframérica

10 de maio:
entrega do acesso Norte, que parte da BR-406, pelo DER

19 de maio:
Anac homologa o aeroporto

22 de maio:
aeroporto entra em operação

Opinião

► rodaviva@novojornal.jor.br

RODA VIVA

CASSIANO ARRUDA CÂMARA

Interino: Carlos Magno Araújo com Redação

LUTO

Missionária potiguar na África, a Irmã Maria Dionice da Silva, de 48 anos, da congregação Filhas de Santana, foi sepultada ontem em Angola onde há anos realizava trabalho assistencial em regiões carentes. Ela morreu vítima de malária na segunda-feira da semana passada.

LUTO - 2

Os familiares, entre os quais o cego Abimael Silva, ainda tentaram trazer o corpo dela para ser enterrado no estado, mas não pôde. Além dos motivos burocráticos, havia ainda o rito religioso segundo o qual as freiras em missão, no caso de morrerem, têm de ser sepultadas na região onde atuavam.

JUMENTO

Fernando Gabeira esteve em Apodi mostrando o abandono dos jumentos nas estradas do RN e a proposta de abate dos animais para aproveitamento da carne. O programa foi ao ar no domingo pela Globo News e ouviu quem defende e quem repudia a proposta.

JUMENTO - 2

Uma das conclusões é que os animais passaram a ser abandonados depois da facilidade de os agricultores adquirirem motocicletas. Os animais deixaram de ser usados para tração e naturalmente passaram a ser rejeitados.

POTIGUAR

O Fluminense contratou Edson, o volante brigador destaque da equipe do ABC ano passado. Estava no São Bernardo e era disputado também pelo Corinthians.

TURNÊ

Doze uruguaios planejam seguir a seleção de seu país no mundial. Buscam patrocínio para pagar um motorhome. Estimam gastar entre US\$ 15 mil e US\$ 20 mil e já têm o roteiro pronto. Partem 10 de junho de Montevidéu para Porto Alegre, onde estará o ônibus que será feito de casa durante a copa. Vão para o Rio de Janeiro, por ser a principal sede, segundo eles, onde ficarão uma semana. De 17 a 20 ficam em São Paulo e de 22 a 26, em Natal.

TURNÊ - 2

O Uruguai está no grupo da morte, o D. Barbada só a Costa Rica, dia 14 no Castelão, em Fortaleza. Depois, Suarez, Cavani e companhia pegam a Inglaterra no Itaquerão, dia 19, e a Itália, na Arena das Dunas, dia 24.



O PERIGO DO BOATO

Em menos de um mês, pela segunda vez, Natal inteira se vê envolvida numa onda de boatos que ameaça a rotina da cidade. A primeira vez, muitos devem lembrar, tratou-se da história de uma tempestade que atingiria Natal e que poderia prejudicar muito a cidade. A versão natalense de "o dilúvio" era embasada pelas palavras de um suposto professor da UFRN que acusava as autoridades de estarem escondendo a verdade. E profetizava o caos na cidade. A história, por mais que parecesse conto de pescador, correu febre pelas redes sociais. Em especial pelo WhatsApp, rede que funciona apenas nos celulares. Mas que é febre em todo mundo.

Neste final de semana, outra história turbinou a imaginação de muitos, espalhando certo temor. Com a paralisação da polícia com data marcada - e os recentes episódios de violência em Salvador, que ocorreram no vácuo de uma parada semelhante - ganhou força (também nos meios digitais) a possibilidade de Natal, após o feriado, amanhecer mergulhada no crime e na violência.

Da mesma maneira que a tempestade, no primeiro boato, a onda de assaltos e mortes não se confirmou. Tratava-se apenas de um boato mesmo. No primeiro caso, o da onda, a Polícia Militar anunciou que trataria de investigar os responsáveis por espalhar a história. Agora, com relação à questão da onda de crimes, nada foi dito.

A proximidade com a Copa do Mundo e ainda com a eleição deve certamente motivar mais e mais paralisações como a que foi vista ontem pela manhã pela Polícia Militar e pelos bombeiros. E já está provado por "A" mais "B" que a cada dia se tornam mais férteis as imaginações daqueles que operam boatos pelas redes sociais. Uma coisa somada à outra jamais será benéfica à sociedade. Um boato bem colocado em meio a uma situação de crise pode sim comprometer a segurança de uma cidade. Seja por atrapalhar sua rotina. Seja porque impede as providências necessárias a uma verdadeira ameaça.

A cúpula da Segurança Pública no Rio Grande do Norte, usando de maneira eficiente o setor de inteligência, deveria começar a prestar mais atenção nesses episódios. E não só apresentar a solução para o primeiro caso - da tempestade - como também investigar o segundo, da segurança. Os resultados deveriam ser apresentados e as respectivas punições aos culpados servirem de exemplo para que novos episódios do tipo não se repitam.

Além disso, a cúpula da Segurança Pública potiguar - incluindo aí a Defesa Civil - deveria agir mais prontamente nesses casos; emitindo o quanto antes algum comunicado oficial para - usando de seu poder de autoridade e seus recursos disponíveis - desfazer qualquer intenção de instaurar o caos na cidade do sol.

Pode parecer brincadeira, mas o assunto é muito sério; e o silêncio e a falta de preparo poderão custar caro caso as autoridades não apliquem o devido cuidado nesses casos. Cuidado que inclui chegar de onde partem os boatos. Com a proximidade da Copa, a segurança pública fica cada vez mais sensível e excitada. Em situação assim, somente a prevenção pode evitar que um caso de pequeno porte acabe se tornando um caso mais complicado. Cabe à segurança pública essa missão.



“ Não há padres suficientes para cobrir a demanda ”

DO ARCEBISPO METROPOLITANO DOM JAIME VIEIRA ROCHA AO ANALISAR A VOCAÇÃO RELIGIOSA NO RN

ZUM ZUM ZUM

- Boato é boato, notícia é notícia.
- A taça da Copa do Mundo, que chegou na segunda à noite ao Brasil, estará em exposição em Natal dia 22 de maio, no Norte Shopping.
- De hoje a sexta, 25, no IFRN aconteceu o II Seminário Internacional Diálogos com Paulo Freire, com o tema

"Ensinar, aprender: leitura do mundo e leitura da palavra".

- A jornalista Juliana Manzano assume a assessoria de imprensa da vereadora Eleika Bezerra
- A assinatura dos contratos de ABC e América com a Caixa Econômica será na sexta, 25.

- Por proposta da vereadora Júlia Arruda, a Câmara promove hoje às 9h sessão solene para marcar os 10 anos da editora Jovens Escritas, que tem à frente o escritor Carlos Fialho.
- Geraldo Azevedo faz show no sábado, 26, no Teatro Riachuelo, a partir das 21h, com Nara Costa fazendo a abertura.

EXOESQUELETO

O professor Miguel Nicoletis brilhou domingo no Fantástico apresentando mais uma etapa do seu projeto, em que um exoesqueleto, que será utilizado por um paciente com paralisia, vai dar o pontapé inicial da Copa.



EXOESQUELETO - 2

O neurocientista não citou o instituto de Natal em momento algum. Os testes com o exoesqueleto estão sendo feitos num laboratório recém-inaugurado em São Paulo, onde atuam, segundo a reportagem do Fantástico, dezenas de cientistas do mundo inteiro.

EXOESQUELETO - 3

A questão é inevitável: e como andam agora (estavam paradas) as obras do aguardado Instituto de Neurociência de Natal, em Macaíba? Depois da cisão dos pesquisadores que trabalhavam com o professor Nicoletis, o projeto corre risco?

FIFA

A Fifa Fan Fest, na praia do Forte, ainda não está totalmente fechada. Os horários de funcionamento, sim. Todos os jogos da copa serão transmitidos no telão, diariamente. A programação deve começar por volta das 10h e seguir até cerca de 22h. No intervalo dos três jogos diários, e entre uma partida e outra, shows musicais.

SEMANA

O próximo feriado - 1º de maio, dia do trabalhador - cai numa quinta-feira.

MÚSICA

Para o jazz de John Pizzarelli em Natal, dia 17 de maio no teatro Riachuelo, só tem ingresso de R\$ 190,00 - a inteira.

CRAVOS

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte promove sexta-feira, 25, o seminário "A Memória é uma Arma", para marcar os 40 anos da Revolução dos Cravos, em Portugal. A programação conta com a exibição de quatro filmes, debates e testemunhos. Vai ser no CCHLA a partir das 9h.

MOSQUITO

Moradores de Currais Novos estão gritando "épa". Além da falta de água, têm apanhado dos mosquitos.



Editor Carlos Magno Araújo

E-mail carlosmagno@novojornal.jor.br

Fones 84 3342.0358 / 3342.0350

Editorial

Campus de Macaíba

O Rio Grande do Norte vê com muito bons olhos e, mais do que isso, com muito orgulho o trabalho que vem sendo realizado, e divulgado, pelo neurocientista Miguel Nicoletis desde que assumiu o desafio de botar um paciente com paralisia para dar o pontapé inicial no primeiro jogo da Copa de 2014, no Itaquerão, dia 12 de junho próximo. O gesto será um aceno para o mundo científico de que o país do futebol pode ser, também, o país da produção científica de alto nível.

Torce-se pelo sucesso do professor Miguel Nicoletis na mesma intensidade com que se torce para que a Cidade do Cérebro, em Macaíba, ganhe a celeridade que se espera para se tornar, mais do que viável, irreversível.

Nos últimos anos, o projeto trazido pelo professor para o Rio Grande do Norte, junto com alguns outros de menor porte e já em execução, tem gerado mais dúvidas do que certezas, mais notícias ruins do que boas notícias.

A mais recente, exposta em reportagem que vai na edição de hoje deste NOVO JORNAL, indica mais um atraso, em razão de dívidas com as empresas construtoras que executam as obras em Macaíba.

A notícia é ainda mais desesperançosa ao sinalizar para a possibilidade de não haver verbas nem condições para conclusão ainda neste ano - e se está apenas no mês de abril. A nova data, segunda a UFRN, é meados de 2015.

O prazo inicialmente previsto para entrega da Cidade do Cérebro era 2011. Percebe-se por aí o quanto ainda é necessário avançar para que os trabalhos recuperem o tempo perdido e, dessa forma, o espaço de alto nível destinado a pesquisas avançadas na área da neurociência possa deixar a condição de sonho e se transformar em realidade.

É notável o esforço do professor Nicoletis para tentar cumprir os prazos a que se comprometeu para fazer, a tempo do jogo de abertura do mundial do Brasil, com que o exoesqueleto funcione bem. Para isso, ele está em São Paulo mergulhado nos trabalhos, conforme mostrou reportagem domingo no Fantástico.

Não é segredo para ninguém a cizânia que se deu entre o professor Nicoletis e parte dos pesquisadores que atuavam com ele no processo de criação do Instituto Internacional de Neurociências de Natal.

Espera-se que o rompimento não tenha gerado respingos na continuidade das obras da Cidade do Cérebro, o que privaria os norte-riograndenses - e o mundo - dos inúmeros benefícios largamente anunciados pelo professor quando da instalação do projeto. Torce-se, então, para que o exoesqueleto funcione na copa e para que o Campus do Cérebro em Macaíba decole.

Artigo



SILVANO ANDRADE

Jornalista ► s_landra@hotmail.com

Velhice e sonhos

Pesquisa do Instituto Data Popular divulgada neste início de semana com dois mil idosos revela que 51% deles estão preocupados em levar uma vida mais saudável.

Entre tantos itens do levantamento o que me chamou mais atenção foi que 79% estão otimistas em relação ao futuro. Para mim, esse é o dado mais importante da pesquisa porque revela que a maioria não perdeu a esperança em dias meliores. Isso apesar da discriminação que sofrem por parte dos jovens, motoristas de ônibus e pela própria família, basta ver os índices de violência contra os idosos.

Por causa disso pensei em dois filmes que vi recentemente: Philomena e Nebraska. Duas histórias diferentes mas na essência muito parecidas.

Philomena, com a espetacular Judi Dench, conta a história verdadeira de uma irlandesa que em 1952 teve seu filho arrancado dos braços pela igreja católica que doou a criança para pais americanos, assim como aconteceu com 2.200 mães naquele país nesse período.

Adotado por uma família americana, Anthony virou Michael. Philomena junto com um jornalista ateu em busca uma história humana para contar partem saem da Irlanda até Washington onde o rapaz cresceu.

O essencial nesse filme é o amor da mãe pelo filho que tem o coração dilacerado ao vê-lo ser levado do convento onde trabalhava pelo os pais americanos e, também, as contradições da própria Philomena que em determinado momento achou correto o que as freiras fizeram para puni-la por ser mãe solteira.

No percurso de sua vida, Philomena vai da negação à aceitação do que aconteceu. O intrigante no filme é isso: a aceitação e submissão aos dogmas da igreja católica. Mas Philomena está acima de nosso desejo de vingança. Talvez ela queira somente justiça. Mesmo assim, o desfecho é surpreendente. A adolescente que engravidou e perdeu o filho para a intolerância religiosa somente na velhice reencontra-o de uma forma também trágica.

Nebraska, o outro filme, é um road movie moderno onde brilha Bruce Dern no papel de Woody Grant, que com ajuda do filho mais novo, sai de sua casa em busca de um prêmio que só existe na sua mente perturbada pelo alcoolismo e pelo Alzheimer. Não por acaso o filme é em preto e branco, assim, os contrastes do drama humano parecem mais realistas.

O melhor do filme está no que acontece percurso entre a cidade de Billings, no estado de Montana onde mora, até Lincoln, em Nebraska. Na principal parada, em Harthorne, onde passou a infância e parte da juventude, ele revê antigos e cruéis amigos e os irmãos.

A cena do reencontro dos irmãos, e a patética devoção de todos a uma suposta tevê que não aparece é uma magistral metáfora da solidão e falta de diálogo.

Os dois filmes falam sobre velhice, sonhos despedaçados, futuro incerto.

Quer poupar o seu dinheiro? E que tal poupar mais ainda do que na poupança?

Faça uma LCI da CHB.

Até **50%** a mais de rentabilidade do que a nova poupança

> Isenção de I.R (pessoa física)
> Mesma garantia da poupança

> Sem taxas
> Sem tarifas



4009.4800 www.chbcredito.com.br

Painel

VERA MAGALHÃES
Da Folha de São Paulo ▶ painel@uol.com.br



Mirando alto

A tentativa da oposição de manter vivo o processo contra André Vargas (PT-PR) no Conselho de Ética da Câmara tem como pano de fundo um esforço para atingir outros petistas que disputarão as eleições este ano. Integrantes do colegiado discutem nos bastidores do convite do ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha como testemunha para explicar conversas de Vargas com integrantes da pasta sobre contratos com a empresa Labogen, ligada ao doleiro Alberto Youssef.

CONTRAPARTIDA

Também está no radar uma tentativa de vencer o deputado petista a revelar relações entre o doleiro e a senadora Gleisi Hoffmann, candidata ao governo do Paraná. Em troca, ele poderia ser poupado de um pedido cassação e ser punido com uma suspensão.

SAUNA

A direção do PT vai tentar sufocar Vargas para convencê-lo a renunciar ao mandato. O partido quer convocar uma reunião de sua Executiva Nacional nos dias 2 e 3 de maio, em pleno feriado prolongado, para discutir a possibilidade de expulsá-lo.

TRANSFERÊNCIA

Na véspera de ser preso, Youssef entregou a um auxiliar uma mala com dinheiro, com medo de ser assaltado. Interceptações telefônicas da Operação Lava Jato revelam que ele achava que estava sendo monitorado –mas por ladrões, e não pela Polícia Federal.

TEMA ÚNICO

O assunto principal da reunião de ontem de Dilma Rousseff com seu comando de campanha seria, como sempre, a participação de Lula na candidatura. Definir a exposição do ex-presidente tem requerido mais debate que a dosimetria das penas do mensalão.

AÍ NÃO

O QG dilmista considerou impróprio o cruzamento do Datafolha que mede a intenção de votos no grupo dos que conhecem bem os três principais candidatos a presidente. Diz que o segmento, diminuto, não reproduz as condições socioeconômicas e geográficas do universo do eleitorado.

SINAL AMARELO

Na reunião com o Comitê Paulista da Copa, o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, explicou

tou a preocupação da entidade com a capacidade de Porto Alegre e Curitiba entregarem suas arenas a tempo.

MAPA...

Tucanos traçaram cenário otimista na reunião de presidentes estaduais. Contabilizaram candidaturas próprias ao governo de ao menos 11 Estados.

... DA GUERRA

No plano nacional, estabeleceram como meta vencer a disputa na região Norte e “neutralizar” a margem no Nordeste, onde sofreram derrota por 10,5 milhões de votos em 2010.

EM OBRAS

Eduardo Campos (PSB) começou a articular a mudança da aliança pela reeleição do governador Renato Casagrande (PSB), no Espírito Santo. Diante da provável candidatura de Paulo Hartung (PMDB), com apoio do PT, os pessebeistas buscarão acordo com o PSDB.

NO NINHO

Em plena campanha, Campos vai a quatro cidades de Minas no início de maio: Uberaba, Uberlândia, Belo Horizonte e Contagem. Nos dois últimos municípios, Campos receberá títulos de cidadão honorário.

PRELEÇÃO

Neca Setúbal e Mauricio Rands reúnem hoje, pela primeira vez, coordenadores setoriais do programa de governo de Eduardo Campos e Marina Silva. A ideia é lançar a segunda versão do documento até 31 de maio.

JÓ

Na semana em que abriu mão oficialmente de se candidatar já à Presidência, Marina Silva se dedicou à leitura de “Teologia para o cotidiano”. “Uma das maiores bênçãos de Deus é aquilo de que o homem se queixa: sua aparente demora”, diz trecho.

MARCO APROVADO

/ UPGRADE / EM TRAMITAÇÃO ACELERADA, CONGRESSO APROVA “CONSTITUIÇÃO DA INTERNET”, QUE AGORA SEGUE PARA SANÇÃO

O QUE É O MARCO CIVIL DA INTERNET

Aprovada no Congresso, proposta agora só depende da sanção da presidente



O PROJETO

Estabelece direitos e deveres na web de usuários, governo, empresas de telecomunicações e páginas da internet. Afeta, principalmente, os interesses de internautas, das operadoras de telefonia e de sites como UOL, Terra, Google, Facebook e Rede Globo



TRÂMITE

O texto chegou ao Congresso em 2011, mas só virou prioridade para o governo no ano passado, após as denúncias de que os EUA espionavam o Brasil

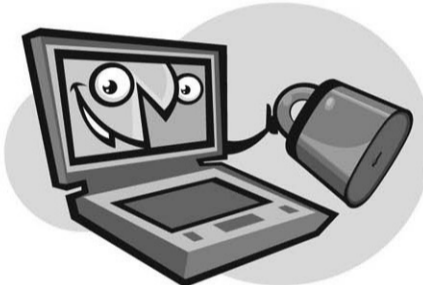


PRINCIPAIS PONTOS DA ‘CONSTITUIÇÃO’ DA INTERNET



NEUTRALIDADE

Operadoras podem apenas vender pacotes que limitem a quantidade de dados acessados e a velocidade da conexão, mas não podem discriminar conteúdo por tipo (vídeo, imagem, texto) nem por origem (sites de notícias, redes sociais, blogs), privilegiando o acesso ou derrubando a velocidade de conexão a um determinado serviço



PRIVACIDADE

O registro dos serviços prestados deve ser armazenado tanto por operadoras (durante um ano) como por sites (seis meses). As informações devem ser sigilosas e só podem ser disponibilizadas mediante pedido da Justiça



OFENSAS NA REDE

Um site não tem responsabilidade sobre o que usuários publicam nem pode ser punido por isso, exceto se descumprir ordem judicial para retirada de conteúdo. Em caso de conteúdo com nudez, porém, o site fica obrigado a removê-lo a pedido da pessoa envolvida, independente de determinação judicial

Civil estabelece que provedores de internet só serão responsabilizados por conteúdos de terceiros se ignorarem ordem judicial para retirada.

Hoje, é comum provedores retirarem conteúdo mediante simples notificação, para se protegerem de problemas judiciais futuros. Há exceção para conteúdo pornográfico. A página que disponibilizar imagens ou vídeos que violem a intimidade de terceiros –sem autorização de seus participantes– também será res-

ponsabilizada pela violação. Essa medida foi incluída no projeto como resposta à série de episódios em que adolescentes tiveram a intimidade exposta em sites por ex-parceiros, a chamada “vingança pornô”.

Para aprovar o projeto, o governo teve de ceder em sua proposta original, que previa a exigência de nacionalização dos centros de armazenamento de dados de usuários. Dilma defendia essa mudança como resposta à notícia de que autoridades

brasileiras, inclusive ela, foram espionadas pelos EUA.

Se a regra fosse aprovada, grandes empresas de internet, como Google e Facebook, teriam de manter no país estrutura física para guardar dados de usuários locais. O texto ainda prevê que provedores de acesso terão de guardar IPs e horários de conexão dos usuários por um ano. Já sites, como Google, terão de guardar históricos da navegação por seis meses. Hoje, isso ficava a critério dos provedores e sites.

TIROTEIO

“ A prefeitura mal dá conta de sua população vulnerável. Como receberá 200 imigrantes, enviados sem cuidado por outro governo? ”

DO VEREADOR FLORIANO PESARO (PSDB-SP), ex-secretário de Assistência Social, sobre o envio de imigrantes haitianos pelo governo do Acre para SP.

CONTRAPONTO

QUESTÃO SEMÂNTICA

Em esforço concentrado de votação no início do mês, deputados incluíram em pauta três projetos de lei que tratavam exclusivamente de animais: castração de cães e gatos, medidas de redução de mortes e vedação do uso em filmes pornográficos. Ao ver que o PC do B subscrevia todos eles, Ivan Valente (PSOL-SP) provocou o colega João Ananias (PC do B-CE):

- Vocês não colocam mais a revolução em pauta, camarada? – perguntou.
- Claro que sim, Ivan: “A Revolução dos Bichos”!
- Mais para Orwell que para Lênin... – arrematou.

LEI É CONSENSO ENTRE INTERESSES CONFLITANTES, DIZ “PAI DA INTERNET”

O projeto do Marco Civil da Internet permite observar como um consenso foi atingido a partir de diversos interesses conflitantes. A observação é do americano Vint Cerf, um dos pais da internet, responsável pelo projeto de pesquisa militar que levou à criação da rede. “Acho que [o Marco Civil] tem elementos que são muito úteis e acho que outros [países] têm que reconhecer todos os debates divergentes que ocorreram e levaram à convergência”, disse Cerf, que acompanhou a votação do Marco Civil no Senado.

Antes que o projeto pudesse chegar ao Senado, o governo fez uma série de concessões e negociações para que ele fosse aprovado na Câmara. O Planalto, por

exemplo, desistiu de exigir que empresas hospedem dados de brasileiros em território nacional.

Cerf participará de uma conferência internacional sobre internet hoje, em São Paulo, que contará com a presença da presidente Dilma Rousseff. Ele conversou na segunda-feira com o deputado Alessandro Molon, relator do Marco Civil na Câmara. Cerf diz que o mundo está observando o Brasil e continuará prestando atenção à regulamentação e à realidade do Marco Civil depois que a lei entrar em vigor.

Cerf e outras autoridades mundiais de governança da internet participaram ontem de um seminário preparatório para o evento de amanhã.

Logo após o Marco Civil da Internet ser aprovado pelo Senado, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, comparou o projeto à Carta de direitos fundamentais dos cidadãos. “Talvez seja a Carta dos Direitos do século 21”, disse Cardozo durante o primeiro dia do #ArenaNETmundial, evento de webconferências, show e oficinas sobre internet realizado em São Paulo.

A discussão sobre o Marco Civil e a transmissão da sessão no Senado dominaram a noite do primeiro dia de #ArenaNETmundial, considerada por muitos frequentadores como análogo à ocasião em que fãs de futebol se reuniram para assistir à final da Copa do Mundo.

O painel que acompanhou a transmissão do Senado, além de Cardozo, era composto por Ronaldo Lemos, especialista em direito e cultura digital; Marcelo Branco, diretor da primeira campanha presidencial de Dilma Rousseff nas redes sociais; Bia Barbosa, do Coletivo Intervenoz, Beá Tibiriçá, do Coletivo Digital; e Marcos Mazoni, presidente do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados).

Quando o Marco Civil foi aprovado no Senado, todos os presentes começaram a ovacionar a plateia. A programação do #ArenaNETmundial coincide em parte com a realização de uma conferência internacional que discutirá governança digital a partir de hoje.

Novo Jornal no iPad. Sua dose diária de opinião, na ponta dos dedos.

ACCESSE BUSQUE BAIXE GRÁTIS

NOVO JORNAL

APP STORE

04) 3342.0369

novojornal.jor.br



“

*Estamos fazendo um tipo de lei para beneficiar quem estiver no poder?”***Ministro Gilmar Mendes**, criticando a reforma política examinada pelo Supremo Tribunal Federal.

Débitos – A Assembleia Legislativa debaterá o endividamento rural depois de amanhã.

Susto – Carlos Eduardo Alves feriu planos de Wilma de Faria ao viajar à Espanha.

Linha – O Ibama promoverá dia 25 audiência pública sobre a linha de transmissão de energia de Campina Grande a Ceará Mirim.

Clássica – A Orquestra Sinfônica tocará amanhã no teatro Alberto Maranhão.

Mudo – Em feriados e fins de semana, burocratas desativam o telefone de plantão do Idema.

Anel – Vai José Wilde de Oliveira Cabral, ficam os dedos.

Essências – Beatriz Assumpção ministrará curso de essências estelares amanhã em Natal.

Anti-lei – A Quinta Jurídica abordará amanhã a Lei Geral da Copa, que fere a soberania nacional.

Sinal – A estupidez da frequência do sinal no cruzamento em Macaiba responde por todo o congestionamento da BR 304 dali até a rotatória para o Trairí e Seridó, como se viu na Semana Santa. Ele concede o mesmo tempo aos veículos que trafegam nesta e na estrada para Jundiá, embora a proporção seja de cinquenta veículos contra um.

Nacional – O novo Mister Brasil é o natalense Bruno Mooneyhan.

Ensino – Marcos Guerra proferirá palestra amanhã, na câmara federal, sobre o ensino durante a ditadura de 64.

Reeleição – Segundo pefelistas, o PMDB coopta convencionais do Dem para negarem legenda a Rosalba Ciarlini.

Cantor – Vencida a primeira fase no último domingo, Luan, filho de Amazon, voltará a se apresentar dia 27 no global Sperstar.

Azeda – Por comida azeda, a

polícia denunciou a polícia através de BO à polícia.

Reger – Curso de Regência trará a Natal, em maio, os maestros Dante Anzolini e Erick Vasconcelos.

Abalos – Os sete graus no México lembram a sismicidade do Rio Grande do Norte.

Dança – A Edtam se apresentará a 10 de maio em Louviers, França.

Menos – O segundo decêndio do FPM em abril é 19% menor do que o esperado.

Bisturi – Iberê Ferreira enfrentará nova cirurgia dia 28 em São Paulo.

Presente – Em 5 de junho, quando reabrir o Parque Dom Nivaldo, Carlos Eduardo Alves fará 55 anos.

Off-line – Advogados sofrem ao tentar usar o sistema eletrônico do Tribunal de Justiça e reclamam que a OAB não encampa esta causa.

Andar – Contabilistas celebrarão seu dia, neste 25, caminhando no Bosque dos Namorados.

Bancas – Foi escolhida sem licitação a telefônica que afixará em ruas do centro da cidade bancas de camelôs com sua propaganda.

Dança – A Aliança Francesa abrirá dia 26 exposição de Denis Rion, que circula pelo mundo registrando eventos e ações de dança.

Gatocídio – Cães ferozes levados por bipedes esfaļalharam sexta-feira os gatos que viviam junto a uma lanchonete da UFRN.

Opera – O barítono José Fernandes se apresentará domingo no teatro Riachuelo.

Circular – Ato público definirá amanhã a posição da UFRN em relação ao fim do tráfego de ônibus pelo campus central.

Póstumo – A Quinta dos Pirilampos, obra póstuma de Pedro Simões, será lançado dia 30 em Ceará Mirim.

FACULDADE AEROESPACIAL NO RN

A desmilitarização da gestão da aviação civil no Brasil, marcada pela criação do ministério e da Anac e pela privatização de aeroportos, associa-se à compra de jatos suecos, à expansão da Embraer e a estimativas de grandes fábricas de aviões em todo o mundo para mostrar ao Rio Grande do Norte como se reinserir singular e eficazmente no cenário aeroespacial mundial.

O caminho é criar uma escola ou universidade de ciências aeroespaciais, ensejando da formação de pilotos à capacitação de administradores de terminais, controladores de voo, especialistas em recursos humanos para atividades aeronáuticas e aeroviárias, logística, comunicações, controle do clima e outras tecnologias da indústria setorial até as necessidades dos chamados ônibus espaciais.

Segundo fabricantes de aviões, nos próximos anos o mundo precisará de mais de quatrocentos mil pilotos comerciais. Enorme será a demanda por engenheiros e comissários de bordo, mecânicos, controladores de voo, gestores de aeródromos e vários outros segmentos profissionais mobilizados pelo transporte aéreo e hotelaria, comércio e direito aeroportuário, sistemas multimodais, astronomia...

Até pouco tempo atrás, o Brasil só formava pilotos – na caserna, aero clubes e cursos de transportadoras – e aeromoças. Hoje tem um curso de especialização em engenharia aeronáutica e um mestrado em Ciências Aeroespaciais na Universidade da Força Aérea – e pesquisa em diferentes siglas.

A evolução abre espaço para um investimento mais abrangente, a exemplo do que fazem academias norte-americanas, cujo paradigma é a Escola de Ciências Aeroespaciais JD Odegard, em North Dakota. Com ensino, pesquisa e extensão, a daqui seria a primeira grande escola civil do setor na América Latina. A exemplo do IFRN, ofereceria cursos do nível médio ao pós-doutorado.

Natal e arredores têm ótimas condições para desenvolver modularmente o projeto. Os aeroportos Augusto Severo e Aluizio Alves, universidades, Barreira do Inferno, base aérea, Cindacta, CTA, Embraer, Infraero, Inpe, ITA, Marinha, Nasa e Saab têm tudo para apoiá-lo.

Médicas – Natal sediará dia 30 encontro nacional de mulheres de entidades médicas.

Mery – Entidades civis lançarão DVD sobre Mery Medeiros dia 25.

Abusos – O Procon voltou a esconder os nomes das lojas que autua.

Ônibus – Foram doados pelo governo federal os quinhentos ônibus escolares vistoriados pelo Detran, que reprovou 91% deles.

Perícia – Curso de perícia médica será promovido em Natal de amanhã a sábado.

Trabalhar – Os servidores da prefeitura decidirão hoje se encerram sua greve.

Crônicas – Lauro Bezerra lançará Sic Transit dia 25.

1/3 – Sinal vermelho na prefeitura: só oito de 29 vereadores atenderam convite de Carlos Eduardo Alves para discutir a bilhetagem investigada pela câmara.

Motos – Motociclistas se reunirão dia 25 na praça Pedro Velho.

Rompidos – A quem lhe pede que interceda junto à Governadora, José Agripino Maia diz não ter diálogo com ela.

Creso – Nada sugere que Natal marcará, a 26, o centenário do prefeito Creso Bezerra.

Forum – Um Forum Metropolitano de Entidades Populares será criado depois de amanhã.

Parentes – A presença em chapas proporcionais de filhos de candidatos ao governo e ao senado começa a gerar restrições a estes em outros pretendentes a deputado.

Insegurança – Os assaltos em ônibus em Natal aumentaram 21% em abril. O efetivo da polícia militar encolheu 10% nos últimos três anos.

Segundo – Muita gente já acha que Rosalba Ciarlini levará a eleição para segundo turno, podendo se reeleger.

Gente – José Boa da Câmara.

Inflação – Aposta na Mega-sena sobe 25%; energia para a indústria subiu ontem 15,78%, mais do que o dobro do reajuste de 2013; INPCa de março, 0,92% foi o maior desde 2003.

Saúde – Omar Pimenta recupera-se de problema de saúde que o internou em UTI.

Tomando – O Minha Casa Minha Vida acaba de tomar vinte lares de Currais Novos.

Homenagem – A Sebastião de

Barros, o saudoso K-Ximbinho, no Dia do Choro.

Tecedor – O custo do assento no Arena das Dunas, de 9.518 reais, é o quarto menor entre os dos estádios da Copa.

Perdas – Dona Alice Martins, Itamires de Carvalho e Silva e Luciano do Vale.

Ministro – Os potiguares Francisco Xavier Pinheiro Filho e Luiz Alberto Faria podem chegar ao STJ até julho.

Grana – A Mega-Sena pagará cinco milhões de reais hoje.

Museus – Natal não mostra querer participar da 12ª Semana de Museus, em maio.

Porto – As propostas da licitação para a expansão do porto de Natal serão abertas dia 25.

Errei – O líder do Dem na Assembleia Legislativa é Leonardo Nogueira, não Getúlio Rego.

Livro – É depois de amanhã que Fernando Chiriboga lançará Relíquias em Recife.

Dilma – Brasil tem o segundo pior sistema previdenciário do mundo. A intenção de consumo das famílias caiu 4,1% em abril. O Brasil é o terceiro entre 22 países emergentes com menor taxa de investimento, 18,4%, melhor apenas do que Egito e Hungria. A inadimplência cresceu 2,4% no primeiro trimestre. O Impostômetro chegou aos quinhentos bilhões de reais semanas antes do que se viu em 2013. Orçado em 2,3 bilhões de reais, o gasto do governo federal com publicidade em 2013 bateu o recorde da história da república. O Índice de Confiança do Empresário Industrial é o menor em cinco anos. A dívida pública cresce mais que o dobro do PIB. Desemprego médio é de 9,5% no Nordeste.

Eleição – Alzirene Nunes Carvalho deflagrou o processo de sua sucessão na presidência do Coren.

Plural

DODORA GUEDES

Jornalista ▶ dodora.guedes@etutoria.com.br



Dodora Guedes escreve nesta coluna às quartas-feiras

Conecte-se

▶ cartas@novojornal.jor.br



twitter.com/NovoJornalRN



facebook.com/novojornalrn

novojornal.jor.br



O leitor pode fazer a sua denúncia neste espaço enviando fotografias

Boatos: maldade como alimento da alma

Até onde vai a maldade dos homens e mulheres que se dizem do bem, mas não resistem à tentação de disseminar o medo e a mentira, espalhando boatos sobre fatos e pessoas com uma desfaçatez capaz de fazer corar um padre atrás do biombo do confessorário? Nestes tempos em que a informação e/ou a desinformação se espalham feito fogo em palheiro, vertiginosamente, com a ajuda, em especial, dos inúmeros apetrechos tecnológicos e suas incensadas mídias sociais, esta é uma preocupação cada vez mais pujante.

Aqui em Natal, ontem, por exemplo, os tais espíritos de porco, que agora usam em especial o twitter e o whatsapp, dois dos mais populares recursos de mensagens instantâneas em voga, se esmeraram nas primeiras horas do dia, já desde a madrugada, em espalhar boatos alarmistas destinados a incutir pânico na população, tendo como pano de fundo a greve dos policiais militares e bombeiros, que verdadeiramente acabou durando menos que os boatos.

Que a insegurança nossa de cada dia está cada vez pior e mais vergonhosa e ser vítima de crimes, infelizmente, já é dado quase obrigatório no currículo de quase todo potiguar sofredor, não se pode negar. Mas daí a espalhar boatos alarmistas e alarmantes dando à nossa terra a cara de um território conflagrado é de uma irresponsabilidade atroz.

Que prazer mórbido sente uma criatura como essas? Que educação terá recebido para sentir prazer em manipular com os medos e fobias dos outros? Vi ontem, e certamente vocês leitores também, muita gente assustada, com medo de colocar o nariz para fora da porta de casa e ser vítima de uma chuva de balas e bandidos sem precedentes. Velozes, os boatos davam conta de atrocidades que não se confirmaram, afinal – felizmente. Mesmo quando as notícias sobre o fim da greve começavam a ganhar espaço, persistiam os boatos sobre roubos, assaltos, arrastões, agressões físicas, trocas de balas, assassinatos e daí por diante. O que não faltavam eram recheios para narrativas aterradoras. Houve quem falasse até me desvio dos voos destinados a Natal para as vizinhas João Pessoa e Recife!

Há poucos dias, também aqui nas terras de Poti, muita gente apavorada preferiu ficar dentro de casa, com medo de uma tromba d'água que, segundo os alarmistas de plantão nas redes sociais, prometia ser uma pequena amostra daquela que fez Noé construir a arca para salvar amostras das espécies no fim do mundo. Os boateiros se deram ao trabalho de criar até personagens técnicos que confirmavam as previsões catastróficas.

Quanta maldade!

Isso, quando os boateiros não resolvem investir contra a honra e/ou a vida de terceiros. O cubano Fidel Castro já morreu tantas vezes, segundo as redes sociais, que eu mesma já estou prestes a acreditar que ele, na verdade, é uma figura dada a ressurreições. A lista dos que "morreram" apenas nas redes sociais é longa e dela fazem parte nomes como o do apresentador e dono de TV Silvio Santos, do locutor esportivo Galvão Bueno, do ator Roberto Gómez Bolaños, que encarna o personagem Chaves, da atriz Rita Guedes, do humorista Shaolin – nomes é que não faltam para alimentar a sanha imaginativa dos boateiros.

Enfim, ainda não conheço, obviamente, os números oficiais sobre a violência praticada por meliantes ao longo do meio dia de greve da polícia e dos bombeiros, ontem, mas é certo que atravessamos, em Natal, mais um dia de intensa boataria alarmista, comandada nas redes sociais por desocupados que fazem da maldade seu alimento da alma.

Ladrão de galinhas

Deu no "Fantástico" da Globo, no domingo passado, o inédito caso do surrupio de duas galinhas, no interior de Minas Gerais, que foi parar nos cancelos do Supremo Tribunal Federal. Fica difícil entender por que toda essa trajetória. Se o "perigoso" larário tivesse devorado as penas, o argumento da defesa poderia fincar-se na caracterização do furto famélico, caso em que é subtraído algo para comer e não morrer de fome. Caberia também pedir, em caráter liminar, a aplicação do princípio da insignificância; mas o assunto foi parar nas barras do STF. Por isso se tornou fantástico.

Notícia-se que o ministro relator, ao analisar a questão, resolveu aguardar o julgamento do mérito do pedido para depois decidir o feito em definitivo. Uma prova de que estamos num país onde os principais juizes da mais alta Corte se preocupam com ladrões de galos e de galinhas e deixam outra espécie de malfeteiros escondida sob os caracóis dos seus próprios cabelos e perucas. O ladrão de galinha não pode ser comparado ao ladrão de dinheiro público; esse fora-dalei que aplica facetas incríveis depois apagadas com maior facilidade, como irá ocorrer com o escândalo

da Petrobrás. Basta azedar um pouco conforme ocorreu com a CPI do Carlinhos Cachoeira. Alguém se lembra? Alguns resquícos dessa questão focada no petróleo poderiam chegar ao Supremo daqui a uns cinco anos, a exemplo do "mensalão". Voltando ao tópico inicial, é bom lembrar que para ladrão de galinha não haverá embargos infringentes. Será um julgamento deveras penoso, com suas características próprias.

José Santos Diniz

Por e-mail.

Gabo

A respeito da crônica "Memórias de Macondo", de Isaac Lira, publicada na sexta, 18 de abril: Belíssimo. Emocionante de texto, o "Memórias de Macondo". Em homenagem, guardei-o entre as páginas de "Cem Anos de Solidão". Parabéns.

Fátima Guimarães

Por e-mail

No Japão

Davi Nasser, quando era repórter da revista Manchete, foi ao Japão a passeio. Passeando pelas ruas de Tóquio, deparou-se com a bandeira brasileira desfraldada em um prédio.

Emocionou-se, e chorou. Foi até lá para saber de que se tratava. Era o Consulado Brasileiro.

Natário Gomes da Costa

Por e-mail



Padres

Parabéns pela excelente reportagem de domingo, de autoria de Silvio Andrade, sobre a renovação religiosa da igreja católica no Rio Grande

Fique por dentro das licitações que ocorrem no Rio Grande do Norte e Região Nordeste.

Assine o Jornal de Licitações e conte com essa ferramenta profissional.

do Norte. Vê-se que apesar do crescimento das igrejas e seitas evangélicas, os católicos continuam num trabalho árduo ajudando a despertar a vocação nos jovens. Bonito Isso.

Lucimar Macedo

Por e-mail

Terminal

Esse terminal pesqueiro de Natal é mais uma dessas obras que a gente chama de intermináveis no Rio Grande do Norte. Desde 2009 que vai pra lá e prá cá sem entrar em funcionamento. Dizem que o que falta mesmo é um jamegão das autoridades, mas acho que é mais do que isso. Falta vontade de fazer. Por isso os estados vizinhos estão todos ultrapassando o Rio Grande do Norte.

Genival Costa Ribeiro

Por e-mail



secnatal@secnatal.com.br
secnatal.com.br | 84 - 3211-9525

NOVO

Diretor Cassiano Arruda Câmara
Diretor Administrativo Lauro Jucá
Diretor Comercial Leandro Mendes
Diretor de Redação Carlos Magno Araújo

Telefones
(84) 3342-0369 / 3342-0358 / 3342-0380

E-mails
redacao@novojornal.jor.br / pauta@novojornal.jor.br /
comercial@novojornal.jor.br / assinatura@novojornal.jor.br
Para assinar (84) 3342-0374

Endereço
Rua Frei Miguelinho, 33, Ribeira
CEP 59012-180, Natal-RN
Representante comercial
Engenho de Mídia - (81) 3466.1308

POTIGAS
COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS
Seja o nosso próximo cliente.
www.potigas.com.br



Editor
Everton Dantas

E-mail
evertondantas@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

PAREDÃO ELEITORAL

/ MOSSORÓ / A UM DIA DO INÍCIO DA CAMPANHA NA TV, ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PODE TER A TERCEIRA CANDIDATURA INDEFERIDA

CLÁUDIO OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

“**SILVEIRINHA PERMANECE. NÃO** havia a necessidade de desincompatibilização. Por enquanto são três candidaturas deferidas, duas indeferidas e uma em diligência”. Essa é a situação da eleição suplementar de Mossoró, conforme explicação do próprio juiz da 33ª Zona eleitoral, Herval Sampaio, que deve decidir hoje se a candidatura do professor Josué Moreira (PSDC) será deferida ou não. A possibilidade de ter o registro negado se dá porque supostamente ele não se desincompatibilizou do cargo público de professor do Instituto Federal (IFRN).

Já Francisco José Silveira Júnior (PSD), o Silveirinha, teve seu registro deferido pelo juiz, que seguiu parecer do Ministério Público no qual foi apontado que ele não precisava ter se desincompatibilizado do cargo de prefeito para concorrer ao que (para ele) é uma candidatura à reeleição. Amanhã, começa a propaganda no rádio e na TV para a eleição suplementar de Mossoró.

O registro do professor Josué estava em aberto até que ele comprovasse que se desin-

compatibilizou de suas funções públicas até a data determinada pela Justiça Eleitoral. Ontem ele apresentou sua defesa, mas o juiz diz que teve tempo para deliberar o processo, fato que garante para hoje. “Ainda não decidi se vou mantê-lo. Estou com as justificativas e documentos comprobatórios, mas só vou julgar amanhã (hoje), diz o juiz.

Caso Herval Sampaio indefira sua candidatura, há a possibilidade de este indicar substituto. “Não me comprometo com tese de substituição, mas no caso dele, ele não era de forma patente inelegível”, explicou o juiz.

Até o domingo os concorrentes esperavam que o magistrado retirasse do pleito o prefeito interino, presidente da Câmara e candidato Francisco Silveira por ele não ter se afastado do cargo, mas o juiz entendeu que não havia a necessidade de afastamento deste para realizar a campanha e o manteve no páreo.

A Justiça Eleitoral não aceitou o argumento da Coligação Força do Povo, da ex-prefeita Cláudia Regina, que alegava a necessidade de desincompatibilização do prefeito, para que pudesse concorrer à prefeitura nas eleições suplementares. O prefeito interino segue em campa-



▶ Herval Sampaio decide hoje se defere pedido de candidatura do professor Josué (PSDC)

nha como um dos favoritos. Ele compõe a chapa com o professor e vereador Luiz Carlos Martins (PT) na coligação “Liderados pelo Povo”.

Enquanto isso, a ex-prefeita Cláudia Regina (DEM) e a deputada estadual Larissa Rosado (PSB) esperam decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na esperança de reverter as decisões que as excluíram da campanha.

A expectativa é de que nesta semana os processos entrem na pauta do tribunal. Independente disso, ambas seguem em campanha.

Larissa permanece nas ruas, promovendo comícios e caminhadas. No final de semana contou inclusive com a companhia do ministro da Previdência, Garibaldi Filho. Ontem, enquanto ela caminhava em campanha

pelos ruas da cidade, sua assessora informou que a campanha de rua e de rádio e televisão seguirão normalmente porque ela e sua equipe não têm dúvidas de que obterão êxito e absolvição do processo que a tornou inelegível e, por isso, impedida de se candidatar, embora a decisão em primeira instância permita que ela mantenha sua campanha.

Já Cláudia Regina gravou

nesta semana programa eleitoral para a TV e postou mensagem com foto em uma rede social da internet dizendo: “Na certeza que o @tsejusbr garantirá nossa candidatura, gravando programa eleitoral”. A postagem chamou a atenção do juiz Herval Sampaio que, imediatamente reiterou a proibição de fazer qualquer postagem sobre eleição nos seus perfis pessoais na internet, mas permitiu que a postagem em questão fosse mantida. “Aquele post permanece porque entendo que não se trata de propaganda, mas está mantida a vedação total dela fazer a propaganda”, comentou.

Amanhã começa a campanha no rádio e televisão e segue até o dia 1º de maio, quando também termina o prazo para comícios, porém, até a véspera das eleições, dia 3 de maio, os candidatos poderão fazer movimentação mediante alto falantes ou amplificadores de som entre as 8 e 22 horas, em caminhadas, carreatas, passeatas, distribuição de material gráfico de propaganda política, inclusive volantes e outros impressos. O juiz Herval Sampaio organizou a programação para a televisão sem contar com a ex-prefeita Cláudia Regina.

BANDEIRANTES, A TOP DOS PROJETOS ESPECIAIS.



Projeto Especial 3D SCHIN
Outdoor com mecanismo hidráulico
Agência: Leo Burnett Tailor Made



Painel TOYOTA em forma de letras
Local: BR-232
Cliente: Toyolex



Réplica do BMW MINI suspenso em painel luminoso Toplight
Agência: Marco Zero



Painel GOVERNO DE PE contador da copa com aplicação de uma bola em 3D
Agência: Link

Imaginação, criação, inovação. Quando as agências e anunciantes pensam em soluções mais ousadas para mídia exterior, escolhem a Bandeirantes. Outdoors e painéis mecânicos, elétricos e até hidráulicos, fazem parte do portfólio de nossos projetos especiais e estão sempre em destaque na mídia. Quando precisar de grande visibilidade, impacto e recall, conte com o setor de projetos especiais da Bandeirantes e dê asas à sua imaginação.

A FORÇA DA PALAVRA

/ GREVE / GOVERNO NEGOCIA E EVITA PROLONGAMENTO DA PARALISAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS; 80% DA CATEGORIA TERIA ADERIDO AO MOVIMENTO DEIXANDO A MAIOR PARTE DO ESTADO SEM POLICIAMENTO

SÍLVIO ANDRADE E TIAGO MENEZES DO NOVO JORNAL

OS POLICIAIS MILITARES e bombeiros decidiram suspender a paralisação, ontem, depois de assinarem um acordo com o secretário da Segurança Pública e da Defesa Social, Eliéser Girão Monteiro Filho. A greve deixou parte de Natal e do Rio Grande do Norte sem policiamento durante quase toda a terça-feira.

De acordo com o presidente da Associação dos Sargentos e Suboficiais da PM Eliabe Marques, 80% da categoria aderiu à paralisação, que atingiu 12 dos 16 batalhões da Polícia Militar do Estado.

Mais de dois mil policiais militares, segundo o comando de paralisação, estiveram ontem no acampamento armado em frente à Governadoria, no Centro Administrativo do Estado, no bairro de Lagoa Nova. Havia até faixas em inglês alertando que sem a lei de promoção não haverá policiais militares na Copa do Mundo.

Dos quase 10 mil policiais militares efetivos, mais de 5 mil são soldados (praças) e há um déficit estimado de 1.300 homens dessa categoria na PM.

O Governo do Estado se comprometeu enviar à Assembleia Legislativa, até dia 1º de maio, o projeto de lei referente à promoção dos praças (soldados) de uma pauta de reivindicações composta por 11 itens.



Reunião no gabinete de Miguel Josino teve secretário de segurança, Eliéser Girão, comandantes militares e grevistas

O secretário Eliéser Girão Monteiro Filho disse que os 11 tópicos das associações representantes de policiais e bombeiros, além da reivindicação dos oficiais da Polícia Militar, foram discutidos ponto a ponto na reunião de ontem na Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Muito do que está colocado na pauta de reivindicações das associações foi proposto pelo Governo do Estado que desde sábado já se comprometeu a enviar a Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, ressaltou o secretário de segurança.

“Chamei à responsabilidade

que as associações não permitam que seus associados possam estar envolvidos em algumas veiculações que estão circulando nas redes sociais de pânico em relação à população”, frisou Eliéser Girão.

Segundo o secretário, muita gente está postando nas redes sociais mensagens da ocorrência de fugas, assaltos, arrastões, de falta do policial civil, militar e dos bombeiros em determinada situação de trabalho sem que isso esteja acontecendo. Se isso acontecer, sugeriu, a população tem que ligar para o disque-denúncia (182) que o caso será investigado, afirmou.

Segundo o presidente da Associação dos Bombeiros Militares

do Estado do Rio Grande do Norte (ABM-RN), Rodrigo Maribondo do Nascimento, a proposta é de abertura de negociações. Falta o Governo cumprir o acordo que foi assinado ontem entre as partes.

Maribondo ressaltou que o acordo é um avanço porque define a abertura das negociações para os pontos que restavam. Por isso, a categoria vai aguardar o envio da proposta para a Assembleia dia 30 de abril e a negociação dos outros pontos a partir de 5 de maio.

O presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar, Antoniel Moreira, sublinhou que a categoria não faltou ao trabalho ontem. Quem não estava de servi-

“CHAMEI À RESPONSABILIDADE QUE AS ASSOCIAÇÕES NÃO PERMITAM VEICULAÇÕES QUE ESTÃO CIRCULANDO NAS REDES SOCIAIS DE PÂNICO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO”

Eliéser Girão
Secretário de Segurança

ço foi ao acampamento no Centro Administrativo se solidarizar com os praças que estão acampados em frente à Governadoria desde o último dia 8.

“Estamos todos reivindicando, principalmente, melhores condições de trabalho como viaturas em bom estado, equipamentos de proteção individual em bom estado, curso de condutor de emergência para motoristas”, enumerou capitão Moreira.

Segundo o capitão, o Governo do Estado não paga a mudança de nível (triênio) aos policiais militares desde 2012 e não promove oficiais e praças desde 2011. “Se cobra muito e não se dá condições nenhuma de trabalho, e ainda se violam direitos”, afirmou. A maioria das viaturas não está de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, complementou.

OCORRÊNCIAS SIMPLES DEIXAM DE SER ATENDIDAS EM NATAL

A paralisação dos policiais militares e bombeiros do Rio Grande do Norte não chegou a durar 12 horas. Após cruzar os braços no início da manhã de ontem, a categoria decidiu voltar ao trabalho já no período da tarde, após assembleia realizada no Centro Administrativo, em Lagoa Nova. Em alguns batalhões apenas as ocorrências mais graves foram atendidas.

Os policiais afirmaram que 80% do efetivo no RN aderiu à paralisação desta terça-feira. O coronel Francisco Araújo, comandante geral da PM no estado, porém, nega que o número tenha sido tão expressivo. “Ainda não tenho o número oficial, porque só vou receber os relatórios de cada batalhão amanhã (hoje). Mas posso garantir que não chegou a isso tudo. Nem mesmo em todo o estado esse comportamento foi registrado. O número não pode ser esse”, declarou.

Segundo ele, a paralisação dos militares foi considerada apenas um “atraso” pelo comando, e não deverá ser punida. “Não houve paralisação. Alguns homens resolveram reivindicar melhorias e deixaram de trabalhar no horário correto, só isso. Mas todos devem retomar imediatamente os seus postos, então não há motivo para puni-los”, comentou Araújo.

Ainda de acordo com o coronel, somente se tivesse acontecido algum crime ou ato de indisciplina os policiais envolvidos

na paralisação seriam punidos. “Nada nesse sentido chegou até nós. Caso chegue, os responsáveis vão responder, sem dúvida”, finalizou.

Apesar de terem voltado ao trabalho, PMs e bombeiros ainda não estão totalmente satisfeitos, e querem que outros pontos considerados importantes em sua pauta de reivindicações sejam atendidos pelo governo. Para isso, ficou marcado para o próximo dia 5 de maio um encontro entre representantes dos militares e do Executivo estadual. Caso as partes não cheguem a um acordo, uma nova assembleia acontecerá no dia 7, para deliberar sobre a possibilidade de uma nova parada.

A equipe do NOVO JORNAL foi às ruas de Natal para conferir de perto como ficou o policiamento da capital durante as horas de paralisação dos militares. Em pouco mais de uma hora de “ronda”, só passamos por uma viatura da PM, mesmo assim pertencente ao Comando de Policiamento Rodoviário Estadual (CPRE). O carro estava parado na avenida Rio Branco, na Cidade Alta. Nos dois batalhões que visitamos, muitos veículos estacionados e policiais conversando.

O 1º Batalhão, que fica nas Rocas e cobre áreas como Mãe Luiza, por exemplo, tinha duas viaturas paradas por falta de pessoal para conduzi-las. Outros seis estão quebrados no pátio. Algumas delas, inclusive, não

têm mais rodas, e estão suspensas por pedras. O cabo Gilson Alves, subcomandante da guarda na unidade, conta que cerca de 50% dos homens que trabalham no batalhão não cumpriram seus horários ontem. “Temos 60 pessoas por dia aqui, já considerando as que trabalham na rua ou internamente. Aproximadamente a metade não veio. Somente as viaturas que cobrem as regiões Tirol/Petrópolis e Alecrim/Bernardo Vieira rodaram. Foi o máximo que pudemos fazer”, falou.

Gilson ainda disse que só estava de serviço porque precisou cobrir um colega de trabalho. “Não tenho reajuste salarial há quase quatro anos. E ainda não fui promovido a sargento, coisa que já devia ter acontecido. Também estamos precisando de mais estrutura”, conta, mostrando coletes à prova de balas com os prazos de validade vencidos.

Já no 9º Batalhão, na Cidade da Esperança, oito viaturas não saíram do pátio da unidade. Apenas duas circulavam pelas ruas e tentavam garantir a segurança de toda a região Oeste. Missão nada fácil, como reconheceu o tenente-coronel Francisco Canindé Spinola. “Só 25% do nosso efetivo compareceu. Consequentemente, o policiamento foi comprometido na área. Deixamos de atender ocorrências de furto, roubo, assalto e lesão corporal, por exemplo. Felizmente não tomamos conhecimento de casos mais graves”, disse.



Os manifestantes em frente à Governadoria: “a PM parou”

GOVERNO FEDERAL COBRA SOLUÇÃO DO RN

O procurador-geral do Estado, Miguel Josino, disse ontem que o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, Procuradoria Geral de Justiça e Ministério do Exército cobrou uma solução para a crise na Polícia Militar do Rio Grande do Norte, desde que o movimento foi deflagrado há mais de dez dias.

Miguel Josino frisou que foram enviados relatórios sobre a situação a essas instâncias. Segundo ele, o Governo Federal cobrou uma solução por uma questão de cumprimento às normas constitucionais. “É uma questão estratégica de segurança nacional. A Polícia Militar não pode entrar em greve”, explicou o procurador.

“O interesse do Governo Federal não tem nada a ver com a Copa do Mundo, mas sim, seguir os preceitos constitucionais que impedem que a Polícia Militar paralise

suas atividades”, concluiu o Miguel Josino.

Anteontem, das 14h30 às 18h30, em pleno feriado do Dia de Tiradentes, ele se reuniu em sua casa com representantes das associações de Sargentos e Soldados, de Sargentos e Subtenentes e de Oficiais da Polícia Militar. “Essa reunião foi uma preparação para o desfecho exitoso de hoje (ontem)”, explicou Josino.

Por volta das 9h30 houve uma reunião da cúpula da Secretaria de Segurança do Estado, Miguel Josino e o procurador-geral de Justiça, Rinaldo Reis no gabinete de Eliéser Girão.

Rinaldo Reis disse que foi convidado pelo secretário de Segurança e sua presença foi uma demonstração de preocupação do Ministério Público para uma solução negociada do conflito dentro da legalidade.

Pauta de reivindicações da PM e Corpo de Bombeiros

- Lei de Promoções de Praças
- Reajuste de subsídio (congelamento) e inclusão de data base
- Pagamento das férias (que não foi paga este mês)
- Pagamento de promoções (promovidos sem receber promoção)
- Revisão da lei e reajuste da diária operacional
- Fim das quentinhas, com inclusão da alimentação no salário
- Revisão do estatuto da PM
- Fim do regulamento disciplinar e criação de um código de ética
- Complementação do efetivo de acordo com o que está previsto em lei
- Assistência à saúde (hoje a PM só tem um psiquiatra para toda a corporação de quase 10 mil militares)
- Reestruturação do Hospital da PM e apoio psicológico imediato

Cidades

EXOESQUELETO DE CIMENTO

/ PESQUISA / SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DA UFRN ADIA CONCLUSÃO DE PRÉDIOS DO CAMPUS DO CÉREBRO DE MIGUEL NICOLELIS, EM MACAÍBA, PARA 2015 E A UM CUSTO 16,8% ACIMA DO PREVISTO

RICARDO ARAÚJO
DO NOVO JORNAL

AS OBRAS DO Campus do Cérebro, em Macaíba, sofrerão um novo atraso. O processo licitatório que viabilizará a conclusão do complexo de ensino e pesquisa, coordenado pelo neurocientista Miguel Nicolelis, se arrasta desde novembro do ano passado e o que deveria ter ficado pronto em 2011 só deverá ser entregue em meados de 2015. Esta é a terceira data anunciada pela Superintendência de Infraestrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), responsável pelas intervenções.

Parte do que foi concluído, há pelo menos seis meses, hoje se deteriora com a ação do tempo e aguarda obras complementares de infraestrutura. “Nós estamos finalizando a licitação. Temos alguns projetos em análise e outros processos de licitação sendo abertos”, explicou o superintendente de Infraestrutura da UFRN, Gustavo Fernandes Rosado Coelho.

Além da finalização dos projetos arquitetônicos, restam ser iniciado o complexo viário que dará acesso à Escola Lygia Maria Rocha Leão Laporta e Centro de Pesquisa, além da estruturação dos laboratórios através das

instalações elétricas, hidráulicas e o cabeamento para acesso à internet. À época da assinatura do contrato que deu origem à obra em 2010, o empreendimento estava orçado em R\$ 32 milhões.

Após aditivos contratuais e reajustes financeiros, a obra foi entregue, inacabada, ao custo de R\$ 38,5 milhões. Em três anos, a intervenção encareceu 16,8%. E, com as novas licitações em andamento, a tendência é de que custe ainda mais caro. Isto porque o prédio da Escola Lygia Maria Rocha Leão Laporta está pronto há um ano, sem nenhum uso e requer manutenção.

O superintendente de Infraestrutura da UFRN argumentou que os recursos impetrados pelas empresas que participaram da última concorrência para a conclusão das obras acabou atrasando o cronograma. Ele garantiu que a Escola ficará pronta até o final do ano e o Centro de Pesquisa, até metade de 2015. “Estamos complementado os projetos dos laboratórios de pesquisa, que não estavam no projeto inicial”, emendou Gustavo Rosado Coelho.

Sobre os atrasos e as consequências para os trabalhos que já deveriam estar em curso no Campus do Cérebro, o superintendente de Infraestrutura da

UFRN preferiu não se aprofundar nos comentários. “Não tenho ouvido reclamações sobre o atraso das obras. Refizemos os cronogramas após reuniões com representantes do Ministério da Educação e Associação Alberto Santos Dumont de Apoio à Pesquisa (AADASP)”, declarou.

A AADASP, que é a entidade mantenedora dos projetos desenvolvidos pelo neurocientista Miguel Nicolelis está, segundo o representante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, avaliando os projetos complementares. “Somente com a aprovação da AADASP, poderemos concluir o procedimento licitatório”, disse.

Enquanto isso, a imprensa internacional noticia os últimos preparativos para a tão aguardada abertura da Copa do Mundo no Brasil, cujo pontapé inicial será dado por um jovem com paralisia nas pernas com auxílio de um exoesqueleto desenvolvido por uma equipe de pesquisadores de diversos países, capitaneados pelo neurocientista Miguel Nicolelis. Em entrevista recente ao programa Fantástico, da Rede Globo, o cientista não fez nenhuma referência ao Campus do Cérebro, considerada um dos mais importantes projetos do pesquisador.

CONSTRUTORA RECLAMA PREJUÍZOS NA JUSTIÇA

A Construtora Edcon Comércio e Construções Ltda., responsável pela execução das obras do Campus do Cérebro, recorreu à Justiça após a UFRN rescindir o contrato de prestação de serviços unilateralmente em outubro do ano passado. Após contabilizar prejuízos da ordem de R\$ 10 milhões, a empresa de engenharia processou a Universidade e a Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura (Funpec).

A construtora afirma que acumulou prejuízos ao longo dos três anos de vigência do contrato, que referendou as obras do futuro complexo educacional e de pesquisas do neurocientista Miguel Nicolelis. A Superintendência de Infraestrutura da UFRN, responsável pela fiscalização das intervenções,

informou que, administrativamente, não há nenhum débito em aberto e que o processo judicializado pela empresa será apreciado pelo Setor Jurídico da universidade.

“Todos os pagamentos foram feitos. A empresa cobra uma atualização de valores na Justiça e é uma matéria que está sendo apreciada”, comentou Gustavo Rocha Coelho.

A assessoria jurídica da Edcon protocolou, no dia 11 de dezembro do ano passado, na Controladoria Geral da União (CGU) e no Tribunal de Contas da União (TCU) um documento no qual aponta uma série de problemas enfrentados ao longo do período que prestou serviços às instituições de ensino. Além disso, requisitou uma auditoria nos Contratos 026/2010-Funpec



e 041/2010-UFRN, que oficializaram as construções.

“A situação continua do mesmo jeito. A UFRN foi notificada, já fez a argumentação e estamos aguardando a decisão judicial”, comentou o presidente da Edcon, Daniel Magalhães.

OBRAS AVANÇARAM 80%

Restam 20% da estrutura para que o projeto do Campus do Cérebro seja considerado oficialmente concluído. A edificação de um teatro e um auditório faz parte dos itens que ficaram de fora das obras entregues ano passado, conforme apontado pela Edcon e referendado pela UFRN.

O valor inicial do projeto contemplava a construção integral da Escola Lygia Maria Rocha Leão Laporta e o Centro de Pesquisas, destacou o presidente da Edcon, o engenheiro Daniel Magalhães. Ambas as estruturas

formam o que ficou conhecido como Campus do Cérebro, projeto coordenado pelo neurocientista Miguel Nicolelis, que prevê a construção de espaços de pesquisa e ensino nas proximidades da Escola Agrícola de Jundiá, numa área de 100 hectares, na Região Metropolitana de Natal.

Desde junho de 2010, um imbróglio surgiu quando a Edcon assumiu o que seria o canteiro de obras que tornaria real um dos sonhos do neurocientista. “A UFRN entregou projetos executivos incompletos e incompatí-



► Prédios da Escola Lygia Laporta e Centro de Pesquisa, em Macaíba

UM PONTAPÉ PARA ENTRAR NA HISTÓRIA

O frisson causado no Brasil e no mundo pela proximidade da Copa não diz respeito somente aos duelos que serão travados entre as seleções e vai além do modal adotado pelo país-sede para garantir o deslocamento, segurança e bem estar dos visitantes durante o período do Mundial. Os olhos da imprensa e, principalmente, dos pesquisadores internacionais, estarão voltados para o cientista Miguel Nicolelis e o exoesqueleto que vestirá um parafítico e, a partir de estímulos nervosos, o fará chutar uma bola de futebol.

Em entrevista ao programa Fantástico do domingo passado, Miguel Nicolelis deu detalhes de como funciona o equipamento. A entrevista foi gravada num laboratório recentemente inaugurado em São Paulo, onde uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e cientistas trabalha nas pesquisas 24 horas diariamente. O cientista não fez menção aos demais projetos desenvolvidos no restante do país, nem comentou quando o Campus do Cérebro entrará em operação.

Além do informativo brasileiro, a publicação inglesa TheGuardian.com veiculou uma reportagem no início deste mês de abril com o título “Mind-controlled robotic suit debut at World Cup 2014” (Terno de robô controlado pela mente estreará na Copa do Mundo de 2014, em



► Nicolelis mira “Andar de Novo”

tradução livre). Segundo a publicação, o equipamento será uma possibilidade da aposentadoria da cadeira de rodas.

O cientista Miguel Nicolelis disse ao repórter do Fantástico que existe a possibilidade, sim, do exoesqueleto substituir as cadeiras de rodas. “E eu espero que isso aconteça no Brasil. O limite da engenharia robótica, da mecatrônica, está aqui. O estado da arte está aqui. E tem uma bandeirinha do Brasil, e chama Brasil Santos Dumont 1”, disse entusiasmado.

O NOVO JORNAL encaminhou uma série de questionamentos relacionados ao Campus do Cérebro, por email, à assessoria de imprensa do neurocientista, mas não foram respondidas até o fechamento desta edição. A assessoria informou que, por ora, o professor Miguel Nicolelis está concentrado nos trabalhos do projeto “Andar de Novo” e que os assuntos relacionados ao Campus do Cérebro, serão tratados a posteriori.



► Daniel Magalhães, da Edcon, aponta falhas na planilha orçamentária



Editor
Everton Dantas

E-mail
evertondantas@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

DESVENDANDO O SEMIÁRIDO

/ BOTÂNICA / UFRN PARTICIPA DE PROGRAMA DE PESQUISA EM BIODIVERSIDADE NO SEMIÁRIDO, QUE TRABALHA PARA “DISSECAR” TODAS AS CARACTERÍSTICAS DESTA CLIMA

TIAGO MENEZES
DO NOVO JORNAL

UMA INICIATIVA DO Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com universidades federais de cinco estados nordestinos, está tentando aproximar das pessoas comuns o misterioso e ainda desconhecido mundo dos fungos. O Programa de Pesquisa em Biodiversidade do Semiárido (PPBio Semiárido), criado em 2004, tem como objetivo “dissecar” todas as características deste clima no país, e depois transmitir as novas descobertas e conhecimentos à sociedade brasileira. Inclui as que dizem respeito aos bolores, cogumelos e afins.

Como o Brasil é o país de maior biodiversidade do planeta, era de se esperar que tivéssemos grandes coleções botânicas e zoológicas. Por motivos diversos, no entanto, essa correlação não existe. Mas a manutenção, ampliação e informatização dos acervos biológicos são indispensáveis para a disponibilização on-line dos dados sobre a biodiversidade, e é justamente isso que faz o PPBio. Agora não é mais preciso recorrer a sites de busca ou livros de Ciências e Biologia para conhecer e estudar os fungos, por exemplo: 1.461 espécies já foram cadastradas no banco de dados do programa. E os resultados de todas as expedições podem ser vistos no endereço www.uefs.br/ppbio.

Um dos coordenadores do projeto é o paulista Iuri Goulart Baseia, 45 anos, professor do Centro de Biociências da UFRN. Mestre em Biologia dos Fungos e doutor em Botânica, é ele o responsável por comandar pesquisadores de sete campus do Nordeste nas expedições em busca de fungos das mais variadas espécies pela Caatinga da região. “As pessoas costumam pensar que o Semiárido é pobre e não possui variedade de espécies animais, vegetais e de fungos. Mas elas estão enganadas, e o PPBio prova justamente isso”, afirmou.

Estudos do programa estimam que só nesse bioma brasileiro existam mais de 20 mil espécies diferentes. Além da equipe de Fungos, capitaneada por Baseia, ainda fazem parte do projeto as de Vertebrados e Invertebrados e Plantas. O processo de pesquisa é realizado por meio de viagens em seis áreas definidas como de “extrema importância biológica”, e espalhadas pelos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Bahia, além do Rio Grande do Norte, é claro. “Fazemos cerca de seis expedições por ano, com uma média de sete dias em cada uma delas. Coletamos amostras e depois as trazemos para analisar aqui na universidade”, explica o professor.

Mas tudo isso tem um custo: cerca de R\$ 10 mil por expedição. “É um pouco caro realizar essas pesquisas, porque elas envolvem bastante gente. E como



EDUARDO MAIA / NJ

“AS PESSOAS COSTUMAM PENSAR QUE O SEMIÁRIDO É POBRE E NÃO POSSUI VARIEDADE DE ESPÉCIES ANIMAIS, VEGETAIS E DE FUNGOS. MAS ELAS ESTÃO ENGANADAS, E O PPBIO PROVA JUSTAMENTE O ISSO”

Iuri Goulart Baseia
Pesquisador

somos financiados pelo poder público, é preciso empregar bem essa verba e fazer com que ela renda. Mas as descobertas são muito satisfatórias, e compensam o que foi investido”, diz Baseia.

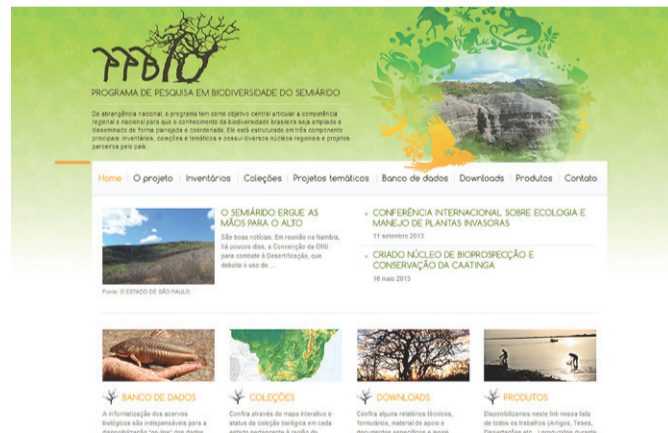
Tomando por base os resultados da participação da UFRN no PPBio, percebe-se que cada real empregado no projeto é mesmo muito bem utilizado. Um dos “frutos” foi a colaboração no livro Guia dos Fungos Comuns do Semiárido Brasileiro. Com linguagem técnica e edição bilíngue, a publicação é destinada a estudantes e biólogos. Mas também são produzidas cartilhas explicativas, com linguagem mais acessível, para a distribuição em escolas públicas das cidades onde o programa realiza suas pesquisas e coletas.

Segundo Iuri, outro livro está sendo produzido por sua equipe, e deve ser lançado até o próximo mês de julho. “Estamos trabalhando nisso e temos o material praticamente pronto. Essas publicações são uma forma que temos de devolver à população o que foi investido no financiamento das nossas pesquisas, através do pagamento de impostos”, comentou.

Outra área muito importante no estudo dos fungos é a indústria farmacêutica. Quando os pesquisadores percebem que uma espécie tem potencial e ocorre em capacidade satisfatória para ser explorada, coletam uma amostra e a levam até o Departamento de Bioquímica da UFRN. As experiências feitas lá revelam se as substâncias presentes em determinado fungo têm ou não potencial farmacológico. Iuri Baseia, porém, lembra que esse não é o foco das pesquisas do PPBio Semiárido. “É claro que um remédio pode ser desenvolvido a partir de um dos nossos fungos. E seria ótimo se isso acontecesse. Mas é sempre bom ressaltar que o nosso objetivo é outro. Queremos, antes de qualquer outra coisa, conhecer cada vez mais o Semiárido”, destacou.



REPRODUÇÃO



▶ Principal objetivo é tornar informações mais acessíveis

PROGRAMA TEM ABRANGÊNCIA NACIONAL

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) foi criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em 2004, como parte do Plano Plurianual do Governo Federal. De abrangência nacional, o projeto tem como objetivo central articular as competências regionais e nacional para que o conhecimento da biodiversidade brasileira seja ampliado e disseminado de forma planejada e coordenada. O programa está estruturado em três componentes principais: inventários, coleções e núcleos regionais e projetos parcerias

ros pelo país.

O PPBio iniciou suas atividades na região amazônica. Posteriormente, foi expandido para o Semiárido, com a colaboração da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia. Em 2010, a Mata Atlântica também foi abrangida pelo PPBio, através de um projeto piloto coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Jardim Botânico e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Por meio de ações da rede ComCerrado, o programa também passou a englobar, recentemente, o bioma Cerrado.

PERFIL

Iuri Goulart Baseia

Nascido em São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, Iuri Goulart Baseia veio para o Nordeste ainda criança, aos 10 anos. O pai, físico, havia passado em um concurso para professor da Universidade Federal da Paraíba, e mudou-se com toda a família para João Pessoa. “Meu coração está aqui. Me considero muito mais nordestino”, garante.

Ele viveu na capital paraibana até se formar em Ciências Biológicas pela UFPB. Depois foi para o Recife, onde se tornou mestre em Biologia de Fungos na federal de Pernambuco. O doutorado, em Botânica, foi feito na USP, em São Paulo.

Iuri ainda voltou ao Recife e passou lá mais dois anos, até ser aprovado no concurso da UFRN, onde começou a lecionar em 2004. “Este mês eu completo 10 anos aqui na universidade. Já fui chefe do Departamento de Botânica, Ecologia e Zoologia, entre outros cargos. Mas acredito que minha maior alegria na instituição foi o Programa de Pós-Graduação em Sistemática e Evolução, que hoje já forma mestres e doutores. Antes disso era impossível em Natal”, falou.

Baseia também atua como coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sistemática e Evolução e curador da Coleção de Fungos do Herbário UFRN. Ele ainda é bolsista de produtividade CNPq desde 2006 e possui experiência em botânica criptogâmica, com ênfase em biologia de fungos.

NÚMEROS

2004

foi o ano da criação do Programa de Pesquisa em Biodiversidade pelo governo Federal.

5

são os estados do Nordeste envolvidos no PPBio Semiárido: Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Paraíba e Bahia.

6

é o número de expedições realizadas anualmente pelos pesquisadores do programa.

1.461

é o número de espécies de fungos já cadastradas no banco de dados do PPBio.

20.000

é o número estimado de espécies animais, vegetais e de fungos existentes no Semiárido brasileiro.

10.000

reais é o custo médio de cada expedição realizada pelo PPBio no sertão nordestino.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

CNPJ Nº 01.136.598/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Natal, 10 de abril de 2014.

A ADMINISTRAÇÃO

| BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | |
|--|-------------------------|-------------------|-------------------|
| (Valores expressos em milhares de reais) | | | |
| | Nota explicativa | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| ATIVO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 11.146 | 7.130 |
| Contas a receber | 4 | 6.004 | 6.338 |
| Estoques | 5 | 13 | 66 |
| Tributos a recuperar | 6 | 2.546 | 2.893 |
| Outras contas a receber | 7 | 701 | 7 |
| Total do ativo circulante | | 20.410 | 16.434 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Contas a receber | 4 | 18.116 | 21.507 |
| Depósitos judiciais | | 3.832 | 4.822 |
| Bens destinados à venda | | 745 | 816 |
| Contas a receber - partes relacionadas | 17 | 95.608 | 92.787 |
| Imobilizado | 7 | 23.776 | 32.190 |
| Total do ativo não circulante | | 142.077 | 149.122 |
| TOTAL DO ATIVO | | 162.487 | 165.556 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
|---|-------------------------|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTE | | | |
| | Nota explicativa | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Fornecedores | 8 | 215 | 159 |
| Impostos e contribuições a recolher | 9 | 423 | 519 |
| Adiantamentos de clientes | | 1.822 | 1.986 |
| Outras contas a pagar | | 914 | 1.730 |
| Total do passivo circulante | | 3.374 | 4.394 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis | 10 | 2.579 | 2.579 |
| Tributos diferidos | | 1.327 | 1.073 |
| Adiantamentos de clientes - partes relacionadas | 17 | 738 | 738 |
| Total do passivo não circulante | | 4.644 | 4.390 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital social | 11 | 404.987 | 404.987 |
| Prejuízos acumulados | | (250.518) | (248.215) |
| Total do patrimônio líquido | | 154.469 | 156.772 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 162.487 | 165.556 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | |
|---|-------------------------|-------------------|-------------------|
| (Valores expressos em milhares de reais, exceto prejuízo por ação) | | | |
| | Nota explicativa | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 12 | 7.925 | 29.882 |
| CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS | 13 | (7.430) | (29.673) |
| LUCRO BRUTO | | 495 | 169 |
| Despesas comerciais | 13 | (4.555) | (4.842) |
| Despesas gerais e administrativas | 13 | (9.466) | (7.162) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 14 | 10.132 | 7.880 |
| PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | (3.394) | (3.955) |
| Receitas financeiras | 15 | 2.061 | 1.391 |
| Despesas financeiras | 15 | (715) | (851) |
| PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO | | (2.049) | (3.415) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | |
| Diferido | 16 | (254) | (865) |
| Total | | (254) | (865) |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | | (2.303) | (4.280) |
| Prejuízo do exercício por ação - R\$ 1,00 | | (0,0057) | (0,0106) |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | |
|--|-------------------|-------------------|--|
| (Valores expressos em milhares de reais) | | | |
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 | |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | (2.303) | (4.280) | |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | | | |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | (2.303) | (4.280) | |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | |
|---|-----------------------|-----------------------------|----------------|
| (Valores expressos em milhares de reais) | | | |
| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 | 404.987 | (243.935) | 161.052 |
| Prejuízo do exercício | - | (4.280) | (4.280) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 | 404.987 | (248.215) | 156.772 |
| Prejuízo do exercício | - | (2.303) | (2.303) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | 404.987 | (250.518) | 154.469 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | |
|--|-------------------------|-------------------|-------------------|
| (Valores expressos em milhares de reais) | | | |
| | Nota explicativa | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Prejuízo do exercício | | (2.303) | (4.280) |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais: | | | |
| Depreciações e amortizações | 7 e 13 | 8.028 | 6.074 |
| Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa | 4 | (747) | (3.653) |
| Provisão para perda de ativos | | 574 | - |
| Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e de bens destinados à venda | 14 | (995) | (19) |
| Encargos financeiros sobre passivos | 15 | (915) | (736) |
| Atualização de impostos e juros ativos | | 164 | - |
| Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis | 10 | - | 124 |
| Impostos diferidos | 16 | 254 | 865 |
| Total | | 3.905 | (1.577) |

(Aumento) redução nos ativos operacionais:

| | | |
|--|---------|--------------|
| Contas a receber | 3.922 | 7.458 |
| Juros recebidos | 358 | 676 |
| Estoques | 53 | 1.302 |
| Tributos a recuperar | 396 | 3.849 |
| Despesas antecipadas | - | (5) |
| Outras contas a receber | (693) | 35 |
| Depósitos judiciais | (2.010) | (77) |
| Bens destinados à venda | | 224 |
| Contas a receber - partes relacionadas | (2.822) | (4.971) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | |
| Fornecedores | 283 | (543) |
| Impostos e contribuições a recolher | (105) | (134) |
| Partes relacionadas | (1.042) | (2.051) |
| Adiantamentos de clientes | (164) | (1.091) |
| Outras contas a pagar | (1.624) | 4.866 |

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

TOTAL DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisição de imobilizado

Recebimento pela venda de imobilizado

Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento

AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício

AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | |
|--|-------------------------|-------------------|-------------------|
| (Valores expressos em milhares de reais) | | | |
| | Nota explicativa | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| RECEITAS | | | |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | | 8.931 | 32.716 |
| Outras receitas | | 11.382 | 8.919 |
| Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa | 4 | 747 | 3.653 |
| Total | | 21.060 | 45.288 |

INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS

Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos

Materiais, energia, serviços de terceiros e outros

Recuperação (perda) de valores ativos

VALOR ADICIONADO BRUTO

Depreciação e amortização

VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA

VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA

Receitas financeiras

VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Impostos, taxas e contribuições

- Federais

- Estaduais

- Municipais

Remuneração de capitais de terceiros

- Juros

- Aluguéis

- Outras

Remuneração de capitais próprios

- Prejuízo absorvido no exercício

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | |
|---|--|--|--|
| (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado) | | | |
| 1. CONTEXTO OPERACIONAL | | | |
| A LE COMBUSTÍVEIS S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, possui filiais nos estados do Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e atualmente tem como atividades preponderantes: a comercialização de álcool hidratado, querosene e gás natural veicular. A Companhia também atua no mercado de distribuição de derivados de petróleo, entre outras atividades listadas em seu estatuto social. A Companhia não efetua venda de combustíveis a consumidor final, não possuindo postos de combustíveis sob sua administração. Atualmente, todas as vendas de combustíveis efetuadas pela Companhia são para sua controladora, a ALEST COMBUSTÍVEIS S.A. A Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 250.518, sendo financeiramente dependente da sua controladora ALEST COMBUSTÍVEIS S.A. A Administração da ALEST COMBUSTÍVEIS S.A., vem avaliando opções como reestruturação societária (possível incorporação societária da Companhia no grupo acionista) e planos operacionais visando ao incremento em suas vendas na região sudeste e à redução de custos de operação e logística, tendo como consequência melhoria em suas margens operacionais. A continuidade das operações da Companhia depende dos recursos oriundos de sua controladora e de implantação bem-sucedida do processo de reestruturação societária e planos operacionais estimados para ocorrerem durante o exercício de 2014. Sua atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e a permissão para funcionamento não possui prazo de validade. Existe a exigência de estar regularizado no SICAF - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores, o qual possui atualizações de certidões de débitos de tributos e contribuições federais e tributárias. A tributação dos produtos que a Companhia pode operar é a seguinte: | | | |

Produto Tributação

Gasolina e diesel ICMS sob regime de substituição tributária, e PIS/COFINS com incidência

monofásica, tendo pelo produtor (refinaria) ou importador. Desta forma, no

restante da cadeia produtiva (o distribuidor e o revendedor), a incidência ocorre

independentemente do tipo de operação, não há tributação, não havendo

créditos nas aquisições de referidos produtos.

Álcool hidratado O ICMS ocorre na distribuidora por substituição tributária, ficando o posto

revendedor desonerado do imposto. Em relação à contribuição para o PIS e a

COFINS, o álcool hidratado é para fins carburantes esta sujeito à alíquotas

diferenciadas, sendo que a MP nº 613/2013 (Lei nº 12.859/2013), vigente desde 08

de maio de 2013, concentrou a tributação no produtor e importador, ficando o

distribuidor tributado a alíquota 0%, conforme previsto no Decreto nº

7.997/2013.

Gás natural O ICMS ocorre sob o regime de substituição tributária, com a incidência na

concessionária. Quanto ao PIS e COFINS a incidência é não cumulativa, às

alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente, no qual a distribuidora tem direito

aos créditos da etapa anterior.

Biodiesel B-100 O ICMS, PIS e COFINS estão embutidos nas operações de venda de diesel pela

refinaria. Isso ocorre porque a finalidade do B-100 é ser misturado ao diesel para

distribuição, não ocorrendo venda direta desse produto.

Álcool anidro O ICMS, PIS e COFINS estão embutidos nas operações de venda de gasolina pela

refinaria. A venda é feita pelo distribuidor, de álcool anidro adicionado à gasolina esta

sujeita à alíquota zero de PIS/COFINS (Lei nº 9.719/98, art. 5º, § 1º), podendo haver,

até 23/12/2013, a tomada de créditos de acordo com o disposto no artigo 5º, §

15, da Lei nº 9.719/98 c/c Dec. nº 6.573/08. A partir de 24/12/2010, o Decreto nº

8.164/2013 fixou em R\$ 0,00 (zero real) o valor dos créditos de PIS e COFINS no

caso de aquisição, de distribuidor ou produtor, de álcool anidro para adição à

gasolina.

Asfalto O ICMS ocorre sob o regime de substituição tributária, com a incidência no

distribuidor atacadista. Quanto ao PIS e COFINS, a incidência é não cumulativa, às

alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente, no qual a distribuidora tem

direito aos créditos da etapa anterior. Cobrança do IPI com alíquota 0% nas

Emulsões Asfálticas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

2.2. Avaliação da escolha da aplicação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o programa de integração social (PIS) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes contábeis das novas práticas contábeis adotadas das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foram, quando aplicável, registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode gerar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até à data de publicação desta MP bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo passivo e patrimônio líquido é detalhado abaixo:

2.4. Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

A Administração da companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos e passivos financeiros, se o custo da transação diretamente atribuível aos ativos e passivos financeiros não é imputado à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.5.1. Ativos financeiros

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou baixas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) investimentos mantidos até o vencimento; (b) empréstimos e recebíveis; (c) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (d) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

No caso da Companhia os ativos financeiros compreendem:

a) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

No caso da Companhia compreendem:

• Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com data para resgate de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

• Contas a receber

As contas a receber são demonstradas ao custo amortizado, menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber decorrentes de renegações com clientes em atraso são avaliados pelo custo amortizado, menos a provisão para crédito de liquidação de reconhecimento de juros, estando na data do balanço representados pelo valor presente.

2.5.2. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros) em um único valor. O custo dos ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, é determinado durante a vida útil do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo

continuação

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.
CNPJ Nº 01.156.598/0001-03

13. DESPESAS POR NATUREZA
A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

| Despesas por natureza: | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|
| Insumos | (7.192) | (28.184) |
| Depreciação | (8.028) | (6.074) |
| Serviços de terceiros | (1.169) | (1.071) |
| Frete | (202) | (515) |
| Manutenção de ativos operacionais | (35) | (974) |
| Outras despesas | (5.825) | (5.623) |
| Total | (21.451) | (41.677) |
| Classificada como: | | |
| Custo das mercadorias vendidas | (7.430) | (29.673) |
| Despesas com aluguel | (4.555) | (4.922) |
| Despesas gerais e administrativas | (9.466) | (7.162) |
| Total | (21.451) | (41.677) |

| 14. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---------------|--------------|
| Recuperação fiscal | 565 | - |
| Resultado com venda de bens, líquido | 995 | 19 |
| Recalculação de aluguel | 8.859 | 8.808 |
| Despesas tributárias | (1.240) | (1.049) |
| Outras | 953 | 102 |
| Total | 10.132 | 7.880 |

| 15. RESULTADO FINANCEIRO | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Receitas financeiras | 596 | 17 |
| Rendimentos de aplicação financeira | 915 | 736 |
| Juros ativos | 550 | 638 |
| Juros de mora | 2.061 | 1.391 |
| Despesas financeiras | | |
| Juros passivos | (9) | (48) |
| Descontos financeiros concedidos | (636) | (741) |
| Outras | (71) | (62) |
| Total | (716) | (851) |
| Resultado financeiro, líquido | 1.345 | 540 |

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 119.579 (2012, R\$ 116.054). A Companhia não registra o ativo fiscal diferido desses créditos, devido a não ter atendido a todos os critérios estabelecidos no CPC 32 - Tributos sobre o lucro. O crédito fiscal referente à base negativa dos impostos sobre o lucro totaliza, aproximadamente, 34% do prejuízo fiscal acumulado, descrito acima. A seguir encontra-se demonstrada a conciliação do imposto de renda e contribuição social:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|--------------|--------------|
| Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social | (2.049) | (3.415) |
| Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas combinadas | 697 | 1.161 |
| Adições: | | |
| Despesas não dedutíveis | (1.429) | (1.703) |
| Outros | (1.140) | (753) |
| Exclusões: | | |
| Imposto diferido ativos não constituídos | 1.871 | 1.617 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | (253) | (1.187) |
| Total | (254) | (865) |

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

| | SALDOS | | | |
|--------------------------|------------------|---------------|-----------------|------------|
| | Contas a receber | | Outros passivos | |
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Alesat Combustíveis S.A. | 95.608 (a) | 92.787 (a) | 738 (b) | 738 (b) |
| Total | 95.608 | 92.787 | 738 | 738 |

TRANSAÇÕES

| | Vendas | | Compras | | Receta | |
|--------------------------|--------------|---------------|------------|---------------|--------------|------------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Alesat Combustíveis S.A. | 7.925 (a) | 32.857 (a) | - | (a) | 11.156 (a) | 5.666 (c) |
| Total | 7.925 | 32.857 | - | 11.156 | 5.666 | 5.255 (c) |

As principais transações com partes relacionadas estão relacionadas a seguir:
(a) Referem-se a transações de vendas e compras de combustíveis com a ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., companhia controladora, basicamente, a valor de custo;
(b) Saldos a pagar com ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., referente à antecipação de recursos para aquisição de produtos para revenda. Esses saldos não apresentam encargos financeiros nem data estabelecida para liquidação;
(c) Referem-se ao aluguel da base de Guarulhos e Pool de Paulínia.

18. COMPROMISSOS
A Companhia possui contratos de aluguel (sem opções de compra) e de locação de imóveis, os quais são atualizados anualmente com base no IGP-M. Estes contratos possuem prazos de vigência médio de 10 anos e os totais de pagamentos mínimos futuros não canceláveis para cada um dos períodos estão demonstrados a seguir:

| Ano | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|-----------|---------------|---------------|
| 2013 | - | 4.085 |
| 2014 | - | 3.379 |
| 2015 | 3.829 | 2.632 |
| 2016 | 3.186 | 2.590 |
| 2017 | 3.044 | 2.375 |
| Após 2017 | 2.577 | 9.180 |
| Total | 15.804 | 24.211 |

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Considerações gerais
No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como taxas de juros e risco de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Principais fatores de risco da Companhia
a) Risco de crédito
Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores referentes à distribuição de petróleo e seus derivados a seus clientes. Este risco é minimizado por um controle estrito da base de clientes, gerenciamento do ativo da inadimplência e registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa, seguindo critérios adotados pela Administração como adequados (vide nota explicativa n° 4).
b) Concentração de cliente
No início de 2009 e durante 2010 a carteira de clientes da Companhia, que antes era totalmente diversificada, foi dada majoritariamente à sua controladora ALESAT Combustíveis S.A.
c) Concentração de fornecedor
Como a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) é a principal fornecedora de combustíveis derivados de petróleo no mercado interno, as vendas de combustíveis podem sofrer um impacto adverso materialmente relevante caso ocorra uma interrupção significativa no fornecimento por parte deste fornecedor. Qualquer interrupção pode afetar imediatamente a habilidade de fornecer combustível para os nossos clientes. Caso a Companhia não seja capaz de obter o fornecimento de combustíveis da Petrobras em termos aceitáveis ao seu negócio, poderá atender a demanda através de compras, através de importação. Os custos dos combustíveis praticados pelos outros fornecedores podem ser mais onerosos do que o custo praticado pela Petrobras.
d) Risco de taxa de juros
Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Os equivalentes de caixa são mantidos em fundos remunerados pelo CDI. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem flutuações nessas taxas.
e) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado
A Companhia procedeu à avaliação dos valores de mercado de seus instrumentos financeiros nas datas-base 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Essa avaliação não indica valores de mercado diferentes dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor de mercado de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas:
Caixa e equivalentes de caixa
Os saldos em caixa e bancos, em face de sua liquidez, têm valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

| | Valor contábil e de mercado | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|-----------------------------|---------------|--------------|
| Ativo | | | |
| Bancos | | 41 | 459 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | | 11.105 | 6.671 |
| Total | | 11.146 | 7.130 |

20. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía cobertura de seguros de mercadorias,

danos materiais para o ativo imobilizado e lucros cessantes. As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por seguradoras de seguros.

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 10 de abril de 2014.

DIRETORIA
MARCELO HENRIQUE RIBEIRO ALECRIM
PRESIDENTE
CYRO LUIZ PEDREIRA DE SOUZA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
JÚLIO CÉSAR DA COSTA SANTOS
CONTADOR - CRC 010536/P RN

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da ALE COMBUSTÍVEIS S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras da ALE COMBUSTÍVEIS S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor. Incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião - Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALE COMBUSTÍVEIS S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Enfase - Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para as notas explicativas nos 1, 4, 17 e 19 as demonstrações financeiras, pois a Companhia mantém um elevado grau de dependência de sua controladora. Dessa forma, o resultado de suas operações deve ser analisado sob o contexto dessa situação. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia através da recuperação da atividade, do suporte financeiro por parte de sua controladora e do sucesso na implantação dos processos de reestruturação societária e operacional e não incluem nenhum ajuste às demonstrações financeiras.
Outros assuntos - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Recife, 10 de abril de 2014.
Deivid J. Santos Vaz Sampaio
José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC-BA Nº 015.640/0-3 "S" RN

POESIA EM ONDAS CURTAS

/ LITERATURA / EM NOVO LIVRO, PROFESSOR E POETA ALCIDES VILLAÇA EMULA OSWALD DE ANDRADE AFIRMANDO SUA VOZ PRÓPRIA E OBTÉM UM BOM RESULTADO

EVANDO NASCIMENTO
FOLHAPRESS

ALGUNS POEMAS DA nova coletânea de Alcides Villaça, professor titular de literatura brasileira da Universidade de São Paulo, "Ondas Curtas", lembram o coloquialismo modernista do primeiríssimo Carlos Drummond de Andrade, o de "Alguma Poesia". Outros se aproximam também da coloquialidade inventiva de Manuel Bandeira.

Ambos os poetas são explicitamente mencionados: Bandeira num poema que lhe é dedicado ("Bach no Céu"); Drummond numa alusão explícita, desde o título, ao último livro que o itabirano deixou preparado antes de partir, o belo "Farewell".

Oswald de Andrade é outro modernista "histórico" citado, e

até certo ponto emulado, no livro. Emulação é uma palavra que remete a um procedimento clássico de tomar outros artistas e escritores como modelos. Mas a emulação, desde suas origens greco-latinas, já implica um desafio e certa rivalidade entre cópia e modelo.

Na modernidade pós-romântica e na contemporaneidade, a emulação se tornou mais livre (pois não há mais um número delimitado de modelos, mas inúmeros) e mais desafiadora (pois a suposta cópia pode trair inteiramente seu modelo, quando simula a imitação).

Sem dúvida, "Ondas Curtas" vence o desafio de emular sem repetir o mesmo, afirmando sua voz própria. Houve duas tendências principais em poesia no século 20, sob forma de diálogo

com outras artes: numa vertente mais concretista, a aproximação foi, sabidamente, com as artes plásticas.

Em outra vertente, houve o apego à musicalidade, remontando às origens órficas da tradição poética ocidental. Poetas como Drummond e Bandeira transitaram com facilidade entre os dois universos, pois ambos conheciam amplamente a tradição e também tiveram um pequeno surto concretista.

Já Villaça opta claramente pela música, com referências eruditas a Mozart, Bach, Chopin e outros, bem como à canção brasileira de origem popular.

Embora aqui e ali o espaço gráfico das palavras, dos versos e das estrofes seja posto em relevo, seus poemas dispõem bem mais da delicadeza

das pequenas composições musicais, raramente com pretensões sinfônicas.

Trata-se de registros fortuitos do dia a dia, mas sem cair no vezo já muito saturado de uma "poeética do cotidiano". Em Villaça, a força vem das pequenas memórias do passado e do presente; até de lembranças do futuro, quando não mais se estará aqui, sobrando quicá apenas um rastro. Esse rastro, quando deixa marca, ganha o singelo nome de poesia: "Nascer, como morrer, é sozinho./ Falar também. Ninguém ficou/ para a frase extra".

ONDAS CURTAS
autor: Alcides Villaça
editora: Cosac Naify
quanto: R\$ 25 (112 págs.)
avaliação: ótimo

/ FICÇÃO /

Fábula reflete sobre a imigração ilegal

URSULA PASSOS
FOLHAPRESS

O TAMANHO DO título assusta, mas não lê-lo, desperta a curiosidade. "A Extraordinária Viagem do Faquir que Ficou Preso dentro de um Armário Ikea", de Romain Puértolas, conta a história, como o nome antevê, das aventuras de um faquir indiano.

O romance vendeu 300 mil cópias na França e foi o oitavo livro de autor francês mais vendido no país em 2013. Um grande hit para um estreante, após ter sete livros sucessivamente recusados.

Entre as invenções dessa fábula sobre como um tram-

biqueiro se torna um bom homem, há uma reflexão sobre as condições a que são submetidos os imigrantes ilegais que buscam a Europa. "É mais uma observação do que uma crítica", diz o escritor em entrevista por telefone de Paris.

Até o último dezembro, Puértolas, 38, trabalhava no controle de fronteiras, onde atuou na área responsável por combater o tráfico de pessoas. Ajatashtrou, seu faquir, encontra sudaneses que tentam entrar na Inglaterra e outros africanos que buscam chegar à ilha de Lampedusa.

"Todas as partes do livros sobre clandestinos e imigração irre-

gular são coisas que eu vi no meu trabalho, e um pouco de imaginação", diz. "Quando se nasce na África, por exemplo, tem-se menos chance de viajar legalmente do que quem nasceu na Europa. É uma pena, porque o planeta pertence a todos."

Romain Puértolas diz que seu romance foi aceito por ter uma mensagem universal, a da transformação de uma pessoa. "Mesmo se temos culturas diferentes, no fundo somos todos humanos, e todos podem se identificar com o personagem".

Dentre seus títulos anteriores recusados, estão a história de um detetive particular e a

de um francês que inventa uma máquina do tempo nos EUA. Mas Puértolas afirma que não pretende publicá-los agora que é famoso. "Não quero utilizar o que já está pronto, prefiro escrever algo novo."

O francês diz que redigiu boa parte de seu livro no celular, de pé, no transporte indo e voltando do trabalho, e que agora está escrevendo cinco livros. Ele atribui às aventuras de Júlio Verne e aos quadrinhos de Tintim, que lia na infância, o gosto por relatos de viagens inusitadas. "Sempre amei o exótico", diz. Seu próximo livro, revela, terá um longo título também, mas terá uma heroína.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU
RETIFICAÇÃO
No Aviso de Licitação da **Concorrência Nacional nº 001/2014** - publicado no **NOVO JORNAL**, página 11, quarta-feira, 16 de abril de 2014, **ONDE SE LÊ**: "OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia civil para construção de Unidade de Pronto Atendimento - UPA tipo "C"... **LEIA-SE**: "OBJETO: Contratação de empresa do ramo da engenharia civil para construção de Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Porte I, na Avenida Centenário, s/n - Porto São Pedro - Município de Macau/RN..."

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM NATAL
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 0012/2014 (783810)
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Filtros para a manutenção preventiva e corretiva dos motores de combustível principal e auxiliares do Rebocador de Alto Mar "Triunfo". Total de itens licitados: 00004. Edital: 22/04/2014 de 09h00 às 11h30 e de 13h00 às 16h30 – Endereço: Rua Sílvio Péllico, s/n – Alecrim – Natal/RN. Entrega das propostas: a partir de 22/04/2014 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/05/2014 às 09h00 (horário de Brasília) site www.comprasnet.gov.br.
ADOLFO FREIRE DO NASCIMENTO FÉLIX
Pregoeiro



DIVULGAÇÃO / FLIP

Alcides Villaça registra o dia a dia sem cair numa "poeética do cotidiano"

Caern ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH
Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
RESULTADO DE JULGAMENTO
PL Nº 0060/2014 - TOMADA DE PREÇOS
Objeto: Execução de obras e serviços, com fornecimento de material, para a conclusão do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Jardim de Piranhas/RN.
A Comissão Permanente de Licitação - CPL no uso de suas atribuições legais, toma público que após análise da Proposta de Preços e de acordo com as exigências contidas no Edital, julgou vencedora do presente Certame a empresa **GTA CONSTRUÇÕES LTDA**. Prazo Recursal na forma da Lei.
Natal/RN, 22 de abril de 2014
A Comissão

Caern ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH
Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
RESULTADO DE JULGAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2014
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO PRESENCIAL
Objeto: Execução dos serviços com fornecimento de material, para as obras de complementação da estação de tratamento de esgotos - UASB, da cidade de São José do Mipibú/RN.
Aviso
A Comissão Permanente de Licitação - CPL, no uso de suas atribuições legais, toma público que, após análise da Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, julgou vencedora do presente certame a empresa: **CONSTRUTORA PINHEIRO AVELINO LTDA**. Prazo recursal na forma da Lei.
Natal/RN, 22 de abril de 2014
Maria Alzira Ferreira Sena - Presidente da CPL

Caern ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH
Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
RESULTADO DE HABILITAÇÃO - PL Nº 0034/2014 - CONCORRÊNCIA NACIONAL
Objeto: Serviços de manutenção preventiva e corretiva em estações de tratamento de esgotos da Regional Litoral Sul - RLS.
Aviso
A Comissão Permanente de Licitação - CPL, no uso de suas atribuições legais, toma público que após análise dos documentos de habilitação, decidiu por **HABILITAR** as empresas: **CONARTE PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** e **PRM EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**. Em não havendo recurso, fica **aprazada** a abertura dos envelopes de propostas de preços, para o dia **06/05/2014, às 09:00 horas**. Prazo Recursal na forma da Lei.
Natal/RN, 22 de Abril de 2014
A Comissão

Caern ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH
Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
JULGAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS
PL Nº 0016/2014 - TOMADA DE PREÇOS
Objeto: Serviços de pintura e reforma estrutural no prédio principal e estações elevatórias e outras áreas da ETA de Extremoz, em Extremoz/RN.
Aviso
A Comissão Permanente de Licitação - CPL, no uso de suas atribuições legais, toma público que após análise e julgamento das Propostas de Preços, esta Comissão **desclassificou** a empresa **CONSTRUART - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, e classificou as empresas de acordo com o quadro abaixo:

| CLASSIFICAÇÃO | EMPRESA | VALOR R\$ |
|---------------|--|------------|
| 1º Lugar | CONSTRUTEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA-ME | 139.057,75 |
| 2º Lugar | MA FERREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA | 145.858,67 |
| 3º Lugar | PRM EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA | 156.233,67 |

Foi considerada vencedora da licitação a empresa **CONSTRUTEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA-ME**. Prazo recursal na forma da Lei.
Natal/RN, 16 de abril de 2014
A Comissão

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
7º OFÍCIO DE NOTAS
LUIS CELIO SOARES
Oficial Titular
Rua Leoncio Etelvino de Medeiros, 2935 - Capim Macio - Natal/RN
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Pelo Presente, fica(am) intimado(s) o(s) devedor(es) abaixo relacionado(s), para vir(em) pagar títulos de sua(s) responsabilidade(s) ou dar(em) a(s) razão(ões) porque não o(as) faz(em), ate o dia :25/04/2014.

| NOME | CNPJ/CPF |
|--|--------------------|
| ARQ ENG | 08.842.813/0001-30 |
| GUSTAVO CARVAJAL | 08.365.774/0001-28 |
| GUSTAVO CARVAJAL | 08.365.774/0001-28 |
| GUSTAVO CARVAJA | 08.365.774/0001-28 |
| LHELOISA ALVES TRINDADE JACOME | 10.889.341/0001-13 |
| LHERCIO BERNARDO DA SILVA | 851.282.014-49 |
| LEONETE CAETANO DA S CURRALO | 05.009.708/0001-27 |
| M G CENTRO AUTOMOTIVO LTDA-88 | 09.524.486/0001-31 |
| MARIA E IVANILSON DE CONFEECOE | 04.166.894/0001-45 |
| MARIA E IVANILSON DE CONFEECOE | 04.166.894/0001-45 |
| RAIFFE PONTES DE OLIVEIRA | 135.961.604-72 |
| RAIMUNDO ERIVALDO | 790.900.524-53 |
| RELFF PACKING INDUSTRIA DE EMB | 15.622.934/0001-40 |
| RESTAURANTE CAMARAO DE NISIA FLORESTA LT | 11.192.334/0001-20 |
| VALMARA CARLOS SIMAO | 17.501.985/0001-31 |

NATAL, 22 DE ABRIL DE 2014.
LUIS CELIO SOARES
Oficial Titular



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE AGRICULTURA DA PECUÁRIA E DA PESCA
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RN S/A

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - CEASA/RN
CNPJ (MF) 08.060.899/0001-40**

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Temos o prazer de apresentar a V. Sa., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31/12/2013. O Relatório completo, bem como os dados analíticos estão a disposição em nossa sede. Da mesma forma, a Diretoria permanece a disposição de V. Sa. Para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Natal, 31 de dezembro de 2013

| BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2013 | | |
|---|------------------|------------------|
| | 2013 | 2012 |
| ATIVO | | |
| CIRCULANTE | 1.702.669 | 1.383.310 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 51.495 | 38.385 |
| DIREITOS REALIZÁVEIS | 1.651.174 | 1.344.925 |
| Permissãoários (Nota 04) | 1.074.160 | 776.591 |
| Impostos e Encargos a Recuperar | 66.193 | 65.839 |
| Adiant. e Créditos a recuperar | 510.821 | 501.303 |
| Despesa de Exercício Seguinte | - | 1.192 |
| NÃO CIRCULANTE | 6.677.241 | 6.781.555 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 3.458.027 | 3.250.058 |
| Bandern S/A | 181.951 | 181.951 |
| (-) Provisão p/ Perdas c/ Créditos | (181.951) | (181.951) |
| Desapropriações Governo Estadual | 27.288 | 27.288 |
| Permissãoários diversos IPTU (N.5) | 3.052.880 | 3.052.880 |
| Nota Depósitos Judiciais | 377.859 | 169.889 |
| INVESTIMENTOS | 124 | 124 |
| IMOBILIZADO LÍQUIDO (Nota 6) | 3.213.310 | 3.525.593 |
| INTANGIVEL | 5.780 | 5.780 |
| TOTAL DO ATIVO | 8.379.910 | 8.164.865 |

| | 2013 | 2012 |
|---|------------------|------------------|
| PASSIVO | | |
| CIRCULANTE | 2.552.380 | 2.895.817 |
| Fornecedores | 1.095.799 | 1.607.615 |
| Obrigações Sociais, Tributárias e Consig a Recolher | 1.031.671 | 911.892 |
| Obrigações com Pessoal | 350.586 | 305.892 |
| Outras Obrigações | 74.324 | 70.418 |
| NÃO CIRCULANTE | 5.398.233 | 4.604.235 |
| Fornecedores | 1.099.143 | 212.609 |
| Impostos,Taxas, Enc. Sociais a Rec.(N.08) | 4.299.090 | 4.391.626 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 09) | 429.297 | 664.814 |
| Capital Social | 2.083.306 | 2.076.418 |
| Reservas de Reavaliação | 797.272 | 797.272 |
| Reservas de Lucro | 144.998 | 151.887 |
| Prejuízo Acumulado | (2.596.279) | (2.360.763) |
| TOTAL DO PASSIVO | 8.379.910 | 8.164.865 |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 2013 | 2012 |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 3.192.732 | 3.235.037 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | (344.174) | (323.750) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 2.848.558 | 2.911.287 |
| CUSTOS | (2.073.836) | (2.113.232) |
| LUCRO BRUTO OPERACIONAL | 774.722 | 798.055 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | 5.741.434 | (6.290.530) |
| Despesas administrativas | (5.214.745) | (5.740.342) |
| Despesas tributárias | (7.120) | (14.121) |
| Resultado Financeiro Líquido | (7.459) | (77.769) |
| Despesas com programa Ceasa Cidadã | (305.613) | (459.105) |
| Resultado de Outras Receitas e Despesas Operacionais | (206.497) | 807 |
| OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS | 4.721.284 | 5.570.374 |
| Receita de subvenções Orçamentária | 4.721.284 | 5.482.337 |
| Recursos do Gov. do Est. do RN - PPA | - | 88.037 |
| LUCRO / PREJUÍZO OPERACIONAL | (245.428) | 77.899 |
| Outras Despesas Não Operacionais | - | 11.433 |
| LUCRO(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO | (245.428) | 66.466 |
| (-) Provisão p/ Contribuição Social | - | 7.704 |
| (-)Provisão p/ IRPJ | - | 12.841 |
| LUCRO/PREJUÍZO LÍQ. DO EXERCÍCIO | (245.428) | 45.921 |
| Quantidade de Ações no Final do Exercício | 208.330.572 | 207.641.760 |
| Lucro por ação (R\$) | (0,001) | 0,001 |

| DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA | | |
|--|------------------|------------------|
| | 2013 | 2012 |
| | | |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | 23.667 | (3.727) |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício | (245.428) | 45.921 |
| | | |
| Ajuste p/ reconciliar o Lucro Líq ao Caixa Gerado pelas Ativ. Operacionais: | 332.752 | 175.989 |
| Deprec. e Amortização no exercício | 322.840 | 364.399 |
| Variação de Provisão para Devedores Duvidosos | - | (188.370) |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 9.912 | (47) |
| | | |
| (Aumento) Redução de Ativos | 2.803.068 | (500.710) |
| (Aumento) Redução de direito c/ Permissãoários | (297.569) | (402.501) |
| (Aumento) Redução de Outros Ativos Circulantes | (8.680) | (293.762) |
| (Aumento) Redução de Outros Ativos Não Circulante | (2.496.819) | 195.553 |
| | | |
| Aumento (Redução) de Passivo | 2.739.411 | 275.080 |
| Aumento (Redução) de Fornecedores- Circulante | (511.816) | 474.001 |
| Aumento(redução) de Fornecedores- Não Circulante | 886.334 | - |
| Aumento (Redução) de Obrig. Sociais, Tributária e Consignações - circulante | 119.779 | 184.073 |
| Aumento (Redução) de Obrig. Sociais, Tributária e Consignações - não circulante | 2.196.314 | (429.957) |
| Aumento (Redução) de obrigações com pessoal-Circ. | 44.694 | 50.376 |
| Aumento (Redução) de outras obrigações circulantes | 3.906 | 2.818 |
| Aumento (Redução) de créditos de terceiros - não circulante | - | (6.231) |
| | | |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos | | |
| | | |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos | (10.557) | (137.645) |
| Novas Aplicações no Imobilizado | (10.557) | (137.645) |
| | | |
| Aumento / (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa no Período | 13.110 | (141.372) |
| | | |
| Demonstrações do Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| Caixa e equivalente de Caixa no início do exercício | 38.385 | 179.757 |
| Caixa e equivalente de Caixa no final do exercício | 51.495 | 38.385 |
| Variação do Caixa no exercício | 13.110 | (141.372) |

| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
|--|------------------|--------------------|-------------------------|---------------------|------------------|
| Discriminação | Capital Social | Reservas de Lucros | Reservas de Reavaliação | Lucros ou Prejuízos | Total |
| Saldo em 31/12/2011 | 2.052.640 | 164.185 | 797.272 | (2.395.157) | 618.940 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | | | (47) | (47) |
| Aumento de Capital c/Reservas | 23.778 | (23.778) | | - | - |
| Constituição de Reservas: | - | 11.480 | - | - | 11.480 |
| Lucro Líquido do Exercício á disp. Assembléia | - | - | - | 34.441 | 34.441 |
| Saldo em 31/12/2012 | 2.076.418 | 151.887 | 797.272 | (2.360.763) | 664.814 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | | | | 9.912 | 9.912 |
| Aumento de Capital c/Reservas: | 6.888 | (6.888) | | - | - |
| Resultado do Exercício | | | | (245.428) | (245.428) |
| Saldo em 31/12/2013 | 2.083.306 | 144.998 | 797.272 | (2.596.279) | 429.297 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - CEASA/RN, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e de Pesca, nos termos do inciso II, letra "a" do art. 8.2, da Lei Complementar nº. 10, de 30/04/1975, é uma sociedade anônima, de economia mista constituída por força da transferência do controle acionário do Governo Federal para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com a Lei nº. 5.825, de 07 de dezembro de 1988, nos termos da art. 2º. do Decreto-Lei nº. 2.427, de 08 de abril de 1988, tendo como objetivo principal instalar e administrar Centrais de Abastecimento e mercados do Estado do Rio Grande do Norte, destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiro e outros produtos alimentícios, instalar infra-estrutura para compra, produção, estocagem e distribuição de alimentos a serem comercializados junto às comunidades mais carentes do Estado, participar de planos e programas do Governo do Estado para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, industrializar, comercializar no varejo ou atacado, representar, importar, exportar e distribuir produtos químicos, farmacêuticos, complementos alimentares, veterinários e correlatos, entre outros.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), com a faculdade conferida pela resolução CFC nº 1.319/10, as quais incluem as disposições emanadas pela Lei das Sociedades por Ações. Até 31 de dezembro de 2009, as Demonstrações Financeiras da Empresa eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP). A Empresa preparou suas Demonstrações Contábeis cumprindo as Normas previstas nos CPC's para os períodos iniciados em, ou após, 01 de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes Demonstrações Financeiras, a Empresa avaliou os impactos da adoção dos novos pronunciamentos e não identificou efeito material relativamente à adoção dos mesmos sobre o saldo de abertura em 01 de janeiro de 2009, saldos de 31 de dezembro de 2010 e saldos de 31 de dezembro de 2011. A Empresa não possui outros resultados abrangentes. Assim, a Demonstração do Resultado Abrangente relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não está sendo apresentada. Em concordância com a Legislação aplicada acima e a NBC T 19.27 do Conselho Federal de Contabilidade, os Demonstrativos Contábeis estão apresentados de forma comparativa ao exercício anterior. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir: Essas práticas vem sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposições em contrário.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de Caixa – Incluem os saldos de Caixa e Bancos, demonstrados do custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do Balanço. A Companhia não utiliza a sistemática de pagamentos em espécie. Os valores recebidos de terceiros e lançados na conta caixa são meros registros transitórios, para depósitos bancários;

b) Direitos Realizáveis - Permissãoários - são representados por valores a receber de taxas de permanência e uso dos boxes do mercado permanente, mercado livre e lojas da Ceasa Shopping, registrados pelo valor nominal com base no regime de competência;

c) Imobilizado - É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, sendo suas depreciações calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens;

d) Intangível – É demonstrado por gastos com aquisição de Software, a ser amortizados, por um prazo de cinco anos, após sua implantação;

e) Imposto de Renda e Contribuição Social - Os impostos e contribuições são calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações, onde a provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e acrescida do adicional de 10% quando aplicável e a provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 9%;

f) Apuração do Resultado - As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência;

g) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes - demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias, deduzidos das provisões de perda e ajuste ao valor de mercado;

h) Perdas estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base na expectativa de realização.

i) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes - estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos, quando aplicáveis, os encargos incorridos.

4. DIREITOS REALIZÁVEIS - PERMISSIONÁRIOS

Esse grupo de contas está assim constituído:

| Contas Correntes - Permissãoários | 2013 | 2012 |
|--|------------------|----------------|
| Mercado Permanente | 386.240 | 333.315 |
| Mercado Livre | 256.898 | 194.343 |
| Shopping | 598.283 | 436.917 |
| Transporte Autorizado | 21.072 | 9.844 |
| Total | 1.262.493 | 974.419 |
| (-) Perdas Estimadas em Créditos Duvidosos | (188.333) | (197.828) |
| Total Líquido a receber | 1.074.160 | 776.591 |

Foi alterado o procedimento para constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: ao invés de considerar inadimplentes intencionais os atrasos superiores há seis meses, esse prazo foi ampliado para dois anos, isso como consequência das negociações realizadas com os Permissãoários que resultaram na assinatura de 37 (trinta e sete) termos de Confissão de Dívidas, que representam um total parcial superior a duzentos e dez mil reais, sendo que no exercício de 2013, foram assinados treze Termos de Confissão de Dívidas, no valor de R\$ 132.252,57 (cento e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).

5. PERMISSIONÁRIOS DIVERSOS - NÃO CIRCULANTE

A empresa mantém registrado em seu ativo e passivo não circulante, créditos junto aos Permissãoários referentes ao IPTU - Imposto Predial Territorial e Urbano, pendentes de recebimentos e pagamentos de diversos exercícios, aguardando o seu desfecho para ser repassado a Prefeitura do Natal (Ver Nota 10, in fine). O saldo não contempla o IPTU referente ao ano de 2012 e 2013. A empresa espera cobrar esses valores no exercício de 2014.

6. IMOBILIZADO

a) A composição dessa rubrica está assim configurada:

| Discriminação | % Deprec. | 2013 | 2012 |
|-----------------------------|-----------|------------------|------------------|
| Terrenos | | 1.035.725 | 1.035.725 |
| Edificação | 4 | 4.711.871 | 4.711.871 |
| Urbanizações | 10 | 359.554 | 359.554 |
| Móveis e Utensílios | 10 | 592.907 | 579.487 |
| Veículos | 20 | 613.777 | 613.777 |
| Instalações | 10 | 337.599 | 328.402 |
| Inst. Comerciais | 10 | 288.539 | 288.539 |
| Máq. e Equipamentos | 10 | 400.051 | 288.300 |
| Comput. e Periféricos | 20 | 685.433 | 677.455 |
| Cozinha Industrial e Outros | 10 | 111.838 | 243.627 |
| Custo Histórico | | 9.137.294 | 9.126.737 |
| Depreciação Acumulada | | (5.923.984) | (5.601.144) |
| Imobilizado Líquido | | 3.213.310 | 3.525.593 |

b) Durante a realização do tombamento dos itens móveis do Ativo Imobilizado, constatou-se que alguns estão sem utilização, embora que em perfeita condição de uso, oriundos do programa "Farmácia de Todos", programa desativado desde 2011;

c) Destaque-se que parte do imobilizado é objeto de contenda, inclusive com a penhora judicial como segue:

| Reclamante | Processo no. | Valor - R\$ |
|-------------------------|--------------------------|-------------|
| Preservice Rec. Humanos | 0112629-96-2011-8.200001 | 1.200.000 |
| Prefeitura Munic. Natal | 0120009030790-9 | 154.510 |
| Total | | 1.354.510 |

d) Estão em estudo as providências para a realização das ações recomendadas pela Resolução CFC nº 1.177/09, de 24.07.2009, que aprovou a NBC TG 27-Ativo Imobilizado e a Resolução CFC nº 1.292/10, de 20.08.2010, que aprovou a NBC TG 01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O registro dos Ativos pelo valor recuperável, tendo como base a vida útil-econômica estimada dos bens, deverá ser utilizado para cálculo das depreciações já a partir do próximo exercício, alterando a sistemática ora utilizada.

7. FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores não contempla o valor aproximado de R\$ 3.495.000, referente a possíveis obrigações que estão sob análise, para comprovar sua perfeita ocorrência, desde 2011, inclusive a existência de uma das ações citadas no item 6b, movida para Preservice Rec. Humanos.

8. IMPOSTOS, TAXAS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - NÃO CIRCULANTE

| Discriminação | 2013 | 2012 |
|----------------------------|------------------|------------------|
| IPTU (Próprio) | 671.328 | 671.328 |
| IPTU (Permissãoários) | 5.341.729 | 3.052.880 |
| PAES/ PAEX | 315.426 | 430.704 |
| Parcelamento Lei 11.941/09 | 55.177 | 65.661 |
| Parcelamento INSS | 204.279 | 171.053 |
| Total | 6.587.939 | 4.391.626 |

Segundo a cláusula 4ª do Contrato firmado entre a Ceasa/RN e seus permissãoários, o IPTU incidente sobre as áreas locadas, devem ser ressarcido pelos beneficiários da concessão. Como esses valores não têm sido pagos e, segundo parecer da coordenação jurídica, a Empresa deverá, já no primeiro semestre do próximo exercício, providenciar cobrança administrativa dos mesmos e, caso não obtenha êxito, acionar judicialmente os devedores.

09. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social de R\$ 2.083.306, é composto de 208.330.572 ações, no valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real), todas de Ações Ordinárias nominativas, representada por títulos singulares ou múltiplos, substituíveis, provisoriamente por cauteladas. Cada ação confere direito a um voto nas deliberações sociais. Cabe ao Estado do Rio Grande do Norte, obrigatoriamente participação acionária nunca inferior a 51% do capital votante, sendo nula qualquer transferência ou subscrição de ações com infringência deste disposto. O capital social atual está representado por 99,95% do governo do Estado do Rio Grande do Norte, sendo o restante de demais acionistas.

b) Demonstração das Mutações Patrimoniais: A empresa, conforme liberalidade da Lei 6.404/76, optou por divulgar a Demonstração das Mutações Patrimoniais comparativas aos dois exercícios, em substituição a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados.

10. CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

As declarações de rendimentos, assim como outros tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2013, encontrava-se lavrado contra a Companhia, dois autos de infração, referente a IRPJ e CSLL, cujos débitos estão suspensos, aguardando a análise do pedido de compensação da Companhia com créditos existentes, através de PER-DCOMP.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

JOSÉ ADÉCIO COSTA FILHO

Diretor Presidente

ODETE MARIA DE ARAÚJO SILVA LOPES

Diretora Financeira

FÁBIO FALCÃO DE MIRANDA

Coordenador Financeiro

MARIA DE LOURDES BEZERRA SANTOS DE MEDEIROS

Contadora CRC 3.654/RN.

Conselho de Administração: TARCISIO BEZERRA DANTAS - PRESIDENTE, CARLOS VINICIUS ARAGÃO COSTA LIMA, SEBASTIÃO RONALDO MARTINS CRUZ, JOÃO JOSÉ DE SOUZA e MARIA IRACEMA DO NASCIMENTO MATA DAVIM – MEMBROS.

A

CEASA-RN - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Av. Capitão Mor Gouveia, 3005.

Natal – RN

Social

“A beleza das coisas existe no espírito de quem as contempla”
David Hume (1711 – 1776)
 Filósofo, escritor e ensaísta escocês

E-mail
 sadepaula@novojournal.jor.br

Fones
 84 3342.0358 / 3342.0350

Sadepaula



MICHARGAN FARADAY



FOTOS: SADEPAULA / NJ

► Os Cadete: Gilvan, Humberto e Heitor explorando as trilhas de Serro Alto, em Lagoa Nova

Celuloide potiguar

Acontece de hoje até sábado o 11º Festival Taguatinga de Cinema, no Distrito Federal. Participam da mostra competitiva os filmes Mamucaba, do Coletivo Espantinho do RN, que vem produzindo peças audiovisuais cinematográficas, e os curtas Homem de Bem, de Sylara Silvério e Amaro Neto e Vixe Boy, Dei Valor! de Kaiony Venâncio e Thiago Brunno.



LUCIANO TOSCANO

► Bruce Buffer e Gleison Tibau brincando com a mascote da Pink Elephant

Beleza potiguar

O Rio Grande do Norte tem mais uma vez um representante no posto máximo da beleza nacional. Depois de Larissa Costa ser eleita a Miss Brasil em 2009, foi a vez do engenheiro eletricista e modelo Bruno Mooneyhan, de 23 anos, ser escolhido o Mister Brasil 2014. O concurso, realizado no Teatro Luiz Mendonça, em Recife, contou com a participação de 27 candidatos. Bruno representará o país no Mister Universo, dia 10 de junho, na República Dominicana.



► Bruno Mooneyhan, rumo à República Dominicana em busca do título de Mister Universo 2014

Ainda é tempo de Páscoa

O domingo de Páscoa é dedicado à tradicional troca de ovos de chocolate. Pensando naqueles que não puderam vivenciar este momento, crianças e adolescentes do Contemporâneo resolveram doar os chocolates a mais que ganharam. Os estudantes da unidade do Contemporâneo que mais arrecadaram ovos até o final de hoje têm o direito de escolher a instituição que será beneficiada. Pessoas de fora da comunidade escolar também podem participar.

VOCÊ SABIA

Que a Psoríase, que afeta, segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia-SBD, aproximadamente 3% da população mundial, tem tratamento em Natal pela rede pública de saúde? Que o tratamento tem um custo estimado em 150 mil reais por ano para cada paciente e é disponibilizado gratuitamente à população pelo Governo Federal? Que em Natal, o atendimento gratuito é oferecido na Policlínica da Cidade da Esperança, pelo médico dermatologista especialista em Psoríase Dr. Sidney Augusto, que atende cerca de 30 casos por mês? Que segundo a SBD/RN, os números da doença no estado apontam um crescimento: em três anos, o número de casos diagnosticados subiu de 3% para 5%?

Direito

A advogada Priscila Fonseca participou recentemente da primeira assembleia da Aliança de Advocacia Empresarial de 2014, durante a qual foi eleito o novo Comitê Executivo da entidade e aprovada a associação de dois novos aliados, um do Tocantins e outro do México. Com as novas adesões, a ALAE passou a ter representantes em todos os Estados brasileiros e aliados na Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai e, agora, também no México. No total, são 31 escritórios aliados. O escritório Fonseca & Advogados Associados é o único representante do Rio Grande do Norte na ALAE.



► Nelson Melo recebendo Marília Sá e Patrícia Guedes para o feriadão da Semana Santa em sua casa na Serra de Santana

Estrela

Edimilson Alves passou a ser membro da Associação Internacional de Mestres Cabeleiros, entidade do segmento da beleza fundada na Suíça em 1926. Em São Paulo, o potiguar foi indicado por dois membros ativos da Instituição para se associar, e recebeu das mãos de Maurício Pina do Jacques Janine, uma estrela de cinco pontas da Intercoiffure. A Associação é considerada a maior e melhor associação de cabeleiros do mundo, presente em 55 países. Edimilson avisa que receberá as coleções de moda e participará juntamente com a sua equipe de treinamentos no mesmo tempo que todos os outros profissionais da Intercoiffure do mundo.



ELIAS MEDEIROS

► Adriana Rosado na inauguração da nova Adega São Cristóvão em coquetel da Casa de Idéias, leia-se Chrystian de Saboya

Depois da cirurgia

Um artigo no jornal informava que uma mulher entrou com um processo contra um hospital alegando que, logo após seu marido ter sido operado, perdeu totalmente o interesse por sexo. Um representante do hospital respondeu: “Estimada senhora: a cirurgia que fizemos em seu marido foi para remoção de catarata. Agora temos certeza absoluta que o procedimento foi um sucesso. Saudações. A Direção”

Miranda
 Tecnologia para pessoas
 Natal 2010-1010 | Mossoró 3422-7222 | miranda.com.br

Café primeiro, todo o resto depois
Genot
 CAFÉS ESPECIAIS
 Livraria Saraiva do Midway Mall
 genot.com.br
 Instagram: @genotcafes

Dom Vinicius
 Happy Hour e Música Boa!
 Rua Ângelo Varela, 1041 - Tirol
 84 3201.4310

Novo flash

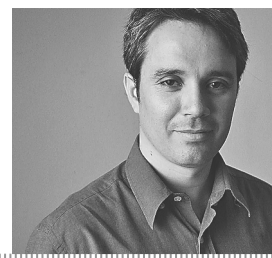
Bastidores do show 'Cruzeiro' do Roupas Nova, no Teatro Riachuelo!

Fotos

1. Ana Beatriz e Fernanda Gurgel
2. Antonio Torres e Camila Miranda
3. Gabriela Dantas e Clênio Maciel
4. Daniel Maxminiano, Luzia Liberato e Amanda Maximiniano
5. Manoel Junior e Alcione Maia
6. Diogo Cacho e Camila Santana



FOTOS: DULICA / NJ



Editor
Everton Dantas (Interino: Luan Xavier)

E-mail
evertondantas@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

FORÇA, MÁXIMA

/ BOA FASE / SEM PERDER NA ARENA DAS DUNAS E COM O TÉCNICO OLIVEIRA CANINDÉ INVICTO NO CARGO, AMÉRICA TAMBÉM APOSTA NA ARTILHARIA DE SEU CAMISA 9 PARA AVANÇAR NA COPA DO BRASIL

LEONARDO ERY
DO NOVO JORNAL

O AMÉRICA PODERIA nem precisar entrar em campo hoje, diante do Boavista, pela Copa do Brasil, às 20h30, na Arena das Dunas. No jogo de ida, em Saquarema-RJ, há duas semanas, o Dragão venceu o time carioca por 2 a 0 – placar que eliminaria a volta –, mas sofreu um gol no início da segunda etapa. Ainda assim, os rubros têm a faca e o queijo na mão para passar a próxima fase da competição.

O time de Oliveira Canindé pode até perder por 1 a 0 hoje que garante a vaga – isso porque marcou dois gols na casa do adversário. Qualquer empate também é favorável ao Alvirrubro, que só é eliminado se perder em casa por dois ou mais gols de diferença. Caso haja um 2 a 1 favorável ao time carioca, o jogo irá para os pênaltis, assim como placares maiores (3 a 2, 4 a 3...) dão a vaga ao time de Saquarema pelos gols marcados fora de casa.

Mas todo vento neste momento parece estar a favor do time potiguar, principalmente na Arena das Dunas. Desde a inauguração da praça esportiva de Natal para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014, em janeiro, o Alvirrubro não perdeu lá. Até hoje foram doze partidas, com nove vitórias e apenas um empate – diante do Vitória pela Copa do Nordeste.

Não bastasse o bom retrospecto jogando em casa, o técnico Oliveira Canindé também vive grande fase a frente da equipe. Desde que assumiu o América, no mês passado, o treinador venceu dez das 11 partidas que disputou. O único empate foi diante do Potiguar de Mossoró, quando o Dragão atuou com o time reserva. São mais de 93% de aproveitamento dos pontos disputados.



► Max foi autor de dois dos três gols da vitória americana contra o Avai na abertura da Série B

O ataque Alvirrubro também vive grande fase, principalmente com Max, que não tem passado em branco desde que retornou de lesão. O atacante marcou quatro gols nos dois jogos recentes, diante do Globo na primeira partida do Estadual e contra o Avai na estreia da Série B.

Hoje, o jogador não terá o apoio do meia Arthur Maia, que foi expulso no jogo de ida e será substituído por Rafinha. “Tem sempre alguém com condição de entrar pra resolver. Eu poderia também ter outra variação se eu tivesse o Walber disponível para o jogo, pelas características dele”, explicou o técnico Oliveira Canindé, lamentando também a ausência do lateral-direito titular, posição que deve ser ocupada por Marcelinho.

Outro que também segue fora é o goleiro Andrey e, com isso, Fernando Henrique terá

mais uma oportunidade de defender o Dragão. O lateral-esquerdo Wanderson jogou a competição pela Tombense e também desfalca o time potiguar.

Apesar da vantagem adquirida na primeira partida, o técnico Oliveira Canindé avalia o Boavista como um time que pode surpreender. “Eles vêm como franco-atirador. Mas a gente sabe da força do Boavista, que jogou contra grandes do futebol carioca nesta temporada e se saiu bem. Então aqui eles têm força para chegar também”, declarou. “No nosso campo, com a força do nosso torcedor, espero que nós sejamos mais fortes do que fomos lá, porque para nós é uma decisão”, acredita.

HISTÓRICO

No ano passado, ao garantir vaga para a segunda fase da

Copa do Brasil eliminando o Ji-Paraná em dois jogos, o América quebrou um pequeno tabu: desde 2007 não conseguia avançar na competição. Agora, se bater o Boavista e garantir classificação, o clube pode quebrar outra marca ingrata: desde os anos 2002 e 2003, o Alvirrubro não consegue avançar de fase em duas temporadas consecutivas.

Em 2003, o time eliminou o Guarani-RS e saiu para o Náutico na fase seguinte. Um ano antes, o Alvirrubro tirou o São Raimundo na Copa do Brasil para cair diante do Bahia.

Assim como da última vez, caso o time de Oliveira Canindé avance, o adversário será novamente o Náutico, que eliminou o Sergipe nos pênaltis após perder por 1 a 0 fora de casa e devolver o placar na Arena Pernambuco.

BOAVISTA PERDE PARTE DO ELENCO

Não é só o fato de não ter vencido fora de casa nesta temporada que preocupa o técnico do Boavista, Américo Faria, ex-coordenador de Seleção Brasileira. Como boa parte dos times do Brasil que não tem o calendário planejado para o ano, o time sofreu com a perda de alguns jogadores após o Campeonato Carioca, em que terminou na quinta colocação.

O primeiro desfalque já foi sentido no jogo de ida diante do América. Naquele momento, o meia Cascata, conhecido do futebol potiguar, já deixara Saquarema para acertar com o Sampaio Correia – depois findou indo para o El Faisaly, da Arábia Saudita.

Agora o problema foi maior. O clube teve de correr contra o tempo para renovar o vínculo de cinco atletas, que acabaria no dia 15 deste mês, por mais trinta dias. Além disso, perdeu outros nomes, com o final do contrato, como o goleiro Getúlio Vargas, que defendeu o ABC na temporada passada.

Como boa notícia, o técnico Américo Faria contará com o retorno do meia Jefferson, ex- Vasco e Bahia, que se recuperou de lesão. O jogador não participou da derrota por 3 a 0 no jogo-treino diante dos reservas do Flamengo na semana passada, mas deve estar à disposição em Natal.

| FICHA TÉCNICA | |
|---|--|
| AMÉRICA | |
| Fernando Henrique; Marcelinho, Cléber, Edson Rocha e Alex Barros; Márcio Passos, Fabinho, Dener e Rafinha; Rodrigo Pimpão e Max. | |
| Técnico: Oliveira Canindé. | |
| BOAVISTA | |
| Diego; Thiaguinho, Bruno Costa, Gustavo e Ricardo; Douglas Pedroso, Thiago Silva, William Maranhão e Jefferson (Daniel); André Luís e Gilcimar. | |
| Técnico: Américo Faria. | |
| Estádio: Arena das Dunas, em Natal-RN. | |
| Horário: 20h30 | |
| Árbitro: Nielson Nogueira Dias-PE | |

/ ABC /

De 'folga', Alvinegro confirma dispensas

COM A CLASSIFICAÇÃO já garantida para a segunda fase da Copa do Brasil, o ABC tem uma semana livre apenas para treinamentos. Assim, o técnico Zé Teodoro pode avaliar melhor os novos reforços, que chegaram ao clube na semana passada. Por outro lado, a diretoria confirmou a dispensa de mais dois atletas: o volante Matheus Barbosa e o meia Gabriel rescindiram o contrato de empréstimo que tinham com o clube.

Matheus volta ao Grêmio, clube com o qual tem contrato, assim como Gabriel retorna ao Cruzeiro. Os nomes dos jogadores já eram certos na lista de dispensa – que acumula 12 atletas, entre eles Daniel Paulista e Lúcio

Curió – anunciada pela diretoria de futebol do Alvinegro, que após o Estadual, disse promover uma reformulação do elenco.

A motivação foi o estilo buscado pelo treinador Zé Teodoro, que chegou ao clube na reta final do Campeonato Potiguar e, nos testes que realizou, disse que não contar com os atletas para a Segundona. Assim, alguns nomes de confiança do técnico – como o de Dênis Marques, com quem trabalhou no Santa Cruz – já reforçaram o elenco e estrearam no empate de sábado.

Agora, novamente pela Série B, o ABC irá encarar o Boa Esporte no sábado, no estádio Ibezero, em Santa Cruz – distante mais de 100 quilômetros de Na-

tal, em função de uma punição imposta pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD). O local da partida, inclusive, foi algo contestado pelo treinador Zé Teodoro, que preferia atuar na Paraíba. “Nós vamos chegar mais cedo para treinar lá e buscar nos adaptarmos. Precisamos fazer bons jogos e conquistar as vitórias em casa”, disse à Rádio Globo.

ALTERAÇÃO

A CBF alterou ontem a data de dois jogos com times potiguares na Série B. O primeiro deles é o confronto entre América e Atlético-GO, em jogo válido pela quarta rodada da Série B. Antes marcada para o dia 9 de

maio, a partida será realizada no dia seguinte, em um sábado, na Arena das Dunas.

Nas mesmas circunstâncias, o Alvinegro enfrentaria o Sampaio Correia numa sexta-feira, dia 16 de maio, pela quinta rodada da Segundona, no estádio Ibezero – onde mandará seus jogos após punição do STJD. O jogo foi remarcado para o dia seguinte, 17 de maio.

Isso porque o Alvinegro enfrentará o Atlético-GO no dia 7 de maio, com a volta remarcada para o dia 14. Essas datas também foram alteradas para não coincidirem com a final da Campeonato Potiguar, entre América e Globo, marcado para o dia 30 deste mês.



► Zé Teodoro pediu contratação de mais um meia e um ala esquerdo



ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.

CNPJ Nº 23.314.594/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Apresentamos o resumo das principais atividades no ano de 2013, juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas da ALESAT Combustíveis S.A. ("Companhia") e detentora da marca ALE, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Cenário Macroeconômico
O cenário internacional em 2013, marcou a retomada do crescimento da economia americana, a qual que para os emergentes, vários riscos mostraram-se presentes. Ainda assim, uma vez mais foram os países emergentes quem ditaram o ritmo, enquanto os EUA escapavam do calor fiscal e a zona do Euro permanecia com a injeção de capital para recuperação das economias ainda "debilitadas" após a crise econômica.

A economia brasileira continuou dependente de ações para incentivo ao consumo, com a manutenção de descontos em impostos para bens duráveis e avanços, ainda que mais moderados em relação a 2012, no crédito e nos salários. Este cenário, possibilitou o crescimento do PIB nacional em 2013 em 2,3%, 1,3% superior ao crescimento obtido em 2012.

O controle cambial e inflacionário foram os principais desafios enfrentados pelo país em 2013. O ano fechou com IPCA acumulado de 5,91%, superior ao de 2012, mas ainda abaixo do teto de 6,5%. O dólar valorizou-se em 15,3% no período, fechando o ano cotado a R\$ 2,36 na venda, foi a maior valorização da moeda americana desde 2008. Neste cenário, o governo teve que abrir mão da política de redução da taxa de juros, em vigor desde 2012 quando atingiu o patamar inédito de 7,25%, e elevou novamente a taxa SELIC, fechando 2013 em 10,00%.

Após o recorde de emprego de veículos em 2012, as montadoras registraram em 2013 uma redução de 0,9% no número total de veículos licenciados, foram 3,77 milhões frente 3,80 milhões em 2012 (ANFAVEA). Os principais impactos da redução no crescimento estão relacionados ao retorno gradual do IPI e à menor flexibilidade dos bancos comerciais na liberação de crédito, visto a inadimplência herdada de 2012 no financiamento de veículos.

Contudo, o volume de vendas de automóveis em 2013 foi um fator positivo para mercado de distribuição de combustíveis, uma vez que além de aproximar-se ao recorde de licenciamento por ano, contribuiu para o crescimento da frota nacional de automóveis em aproximadamente 6,5%, saindo de 42,7 milhões de automóveis em 2012 para 45,4 milhões em 2013 (DENATRAN – Departamento Nacional de Transporte), e sustentando novamente o crescimento deste mercado a uma taxa superior ao PIB.

Mercado
O mercado de distribuição de combustíveis automotivos líquidos fechou 2013 com 110,7 bilhões de litros comercializados, um crescimento de 5,0% ante 2012, e pelo quarto ano consecutivo superando o crescimento da economia nacional. O óleo diesel, mais alinhado com o crescimento do PIB, apresentou elevação de 4,6% frente 2012. A gasolina apresentou desempenho similar, com crescimento em 2,2% em relação a 2012, contudo, acabou cedendo em 2013 parte de seu crescimento ao etanol, que após ter reduzido sua participação nas vendas nos últimos 3 anos, retornou ao crescimento, apresentando elevação de 9,2% em relação a 2012, fruto principalmente dos ajustes tributários feitos pelo governo para substituição do imposto sobre o produto nas distribuidoras. O ano de 2013 foi marcado ainda por reajustes no preço da gasolina e do diesel comercializados pela Petrobras. Em Janeiro tivemos elevação de 6,6% na gasolina e 5,4% no diesel, complementar a este aumento, em março houve mais uma elevação de 5% no valor do diesel. Na virada para o último mês do ano os preços dos combustíveis voltaram a subir, com reajustes de 4% na gasolina e 8% no diesel.

Ao contrário da tendência verificada em 2012, quando o etanol vinha em queda em relação aos anos anteriores, em 2013 o preço por litro do etanol anidro (São Paulo – CEPEA/ESALQ) fechou em R\$ 1,45/l, superando em 9% o valor final de 2012, que foi de R\$ 1,33. A mesma tendência foi verificada em etanol hidratado, que em 2013 fechou com uma elevação de 5% no valor do diesel. Na virada para o último mês do ano os preços dos combustíveis voltaram a subir, com reajustes de 4% na gasolina e 8% no diesel.

Desempenho Comercial

O ano de 2013 foi mais uma vez de recordes para a ALE. A companhia ultrapassou a marca de 10 bilhões em faturamento, fechando 2013 com uma receita líquida de vendas de R\$ 10,4 bilhões, um crescimento de 15,9% em relação a 2012. A expansão da rede contínuo sendo o foco estratégico da companhia, em 2013 foram incorporados 134 novos postos à Rede ALE. Assim, ao final do ano a ALE contava com 1.893 postos no país, um crescimento de 4% em relação ao ano anterior.

O volume comercializado pela companhiantambém estabeleceu novos recordes no ano, ultrapassando em agosto a marca mensal de 440 milhões de litros comercializados em um único mês. No total a ALE distribuiu 4,7 bilhões de litros, crescimento de 9% em relação a 2012, ampliando a participação da companhia no mercado de distribuição de 4,0% para 4,2% aproximadamente.

Além de combustíveis automotivos líquidos, em 2013 a ALE distribuiu 5,2 milhões de litros de lubrificantes Chevron, e 60,7 mil toneladas de Asfalto. A cadeia de lojas de conveniência Entreponto foi alvo de forte expansão no ano, com a inauguração de 52 lojas em 2013, o que levou a um total de 258 lojas espalhadas em todo país.

Marketing e Comunicação
No último ano a ALE manteve o foco de seus investimentos em ações para aumentar a satisfação e a proximidade com os revendedores. O Clube ALE se consolidou como uma importante ferramenta de gestão, incentivo e comunicação com revendedores e frentistas. O programa realizou aproximadamente 30 ações de bonificação, aumentando as chances de interação dos participantes com o Clube. Foi desenvolvido um sistema de métricas e site próprios para lançamento no início de 2014, trazendo mais vantagens aos participantes do programa. A companhia também investiu em TV aberta com 12m campanhas de mídia regional, contemplando os estados com maior presença de postos. O comercial, de cunho institucional, teve o objetivo de transmitir informações sobre a força e tamanho da distribuidora, sua presença em todo país e preocupação com as relações humanas e atendimento próximo.

A ALE manteve sua participação nos dois maiores eventos do segmento: NACS Show, realizada em Atlanta, com a participação de 25 revendedores e um total de 65 participantes; e a Expospost, realizada em São Paulo durante o mês de agosto, com um público estimado de 6 mil pessoas. A companhia continuou investindo em eventos regionais de inauguração de postos, encontros com revendedores, encontros com a Ouidiora e eventos de premiação do Clube ALE. No total, foram realizados 126 eventos ao longo de 2013.

Ao final do ano, a companhia lançou seu novo portal institucional, modernizando a interação com internautas e criando espaço virtual para divulgar iniciativas dos postos de sua rede, garantindo o alinhamento de sua estratégia de aproximação com seus clientes prioritários.

Prêmios Recebidos
O desempenho da ALE em 2013 foi reconhecido pelo mercado em várias oportunidades. A empresa teve reconhecimento pela excelência na gestão de Recursos Humanos e atendimento ao cliente, e por seu crescimento no segmento, entre os quais destacamos:

- A ALE foi eleita a Melhor Empresa de Atacado do Brasil pela revista Época Negócios 360°.
- A Revista Você S/A, elegeu a ALE pela nona vez, uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no País e, pela segunda vez, uma das Melhores Empresas para Começar a Carreira.
- Pela 11ª vez a ALE conquistou o título de melhor empresa em excelência em serviços ao cliente no setor de Petróleo & Gás, pela revista Consumidor Moderno.
- A Companhia foi classificada entre as 100 maiores empresas privadas do País, de acordo com o Guia Melhores & Malores, da revista EXAME.
- A ALE foi eleita a empresa empreendedora do ano no Prêmio LIDE de Empreendedorismo 2013.

Operações e Logística
A área de Operações foi responsável pela movimentação dos produtos distribuídos pela ALE, em operações de coleta, entrega e transferência, realizadas pelas 43 bases de distribuição da Companhia. Além da logística de distribuição de combustíveis, a área de Operações também foi responsável pela movimentação de produtos asfálticos, realizada na fábrica de Ponta Grossa.

Em 2013 foram investidos R\$ 17 MM em obras em bases. Os destaques foram as obras realizadas para adequação da infraestrutura das bases para distribuição do diesel 50, com a construção de oleoduto em Betim e implantação de Tanques Aéreos em Goiânia/GO, Guimarães/RN, Luis Eduardo Magalhães/BA e Várzea Grande/MT. Em setembro de 2013 foi iniciada obra de ampliação da base de Luis Eduardo Magalhães, que permitirá movimentação adicional de 155.000 m³/ano.

O investimento destinado às obras em postos também é um destaque do trabalho realizado pela ALE em 2013, com a realização a conversão de 134 novos postos para Rede ALE.

A frota própria composta por 245 caminhões, percorreu 19,2 milhões de Km, distribuindo 1,34 bilhões de litros de combustíveis, com o objetivo de garantir a segurança das operações, e o retorno financeiro esperado pela companhia, foram investidos R\$ 18 MM na renovação da frota, adquirindo 81 caminhões e 14 implementos.

Recursos Humanos
A ALE empregou o ano de 2013 com 1203 colaboradores, refletindo o crescimento das vendas e os resultados obtidos ao longo do ano. Uma série de ações de desenvolvimento e capacitação foram implementadas, gerando mais de 13.800 horas de treinamentos realizados, assim como oportunidades de crescimento profissional, com 14% do quadro promovido. Também foram desenvolvidas ações com o objetivo de reconhecer e valorizar os colaboradores através do Movimento Orgulho de Ser ALE, fortalecendo o vínculo e identificação com a companhia.

O ano de 2013 foi marcado ainda pela premiação da ALE como uma das Melhores Empresas para se

trabalhar no Brasil, e uma das Melhores Empresas para se Começar a Carreira, demonstrando a eficiência das ações de clima organizacional e de valorização dos colaboradores.

Finanças e investimentos
A receita operacional líquida da companhia atingiu R\$ 10,4 bilhões no ano, um crescimento de 16%, decorrente principalmente do crescimento de 9% do volume comercializado, e da elevação do preço médio de venda, influenciado pelos reajustes implementados pela Petrobras no preço dos derivados em 2013. O lucro bruto atingiu R\$ 453,4 milhões, 8,2% acima do realizado em 2012, fruto de eficiência operacional e expansão da Rede ALE, conduzindo ao LAUDA (EBITDA) de R\$ 207,1 milhões, um avanço de 6% em relação ao ano anterior, resultado do maior lucro bruto, e da constante busca por produtividade e por ganhos de escala na companhia. O endividamento líquido da companhia apresentou sensível elevação, saindo de R\$ 524 milhões no encerramento de 2012, para R\$ 603 milhões em 31/12/2013. Esta elevação é decorrente da estratégia da companhia para elevação de estoques associada de compras à vista junto a Petrobras, com o objetivo de redução de seu custo financeiro. Porém, mesmo com a elevação do endividamento líquido, a despesa financeira líquida, beneficiada pela manutenção dos juros a patamares mais baixos, contratada de novas linhas e otimização do caixa operacional, encerrou 2013 em posição inferior a 2012.

A maior parte da geração de caixa no ano foi destinada aos investimentos em bases, renovação de contratos com postos e para a incorporação de 134 novos postos à Rede ALE.

Perspectivas
O ano de 2014 deve ser mais um ano desafiador para a economia nacional, com a projeção para o PIB em torno de 2% (FOCUS BACEN 31/01/14), a inflação flutuando acima do centro da meta, de 4,5%, a taxa SELIC superior aos dois dígitos e a depreciação do real. Por outro lado, além de ser ano eleitoral, 2014 será marcado também pela Copa do Mundo no Brasil, o que deve reforçar o fluxo de investimentos, especialmente para as áreas de logística e transportes.

O setor automobilístico, que nos últimos anos vem se beneficiando de políticas para incentivo ao consumo, também deve encontrar pela frente um cenário menos favorável, a Anfevea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) divulgou em suas expectativas para o ano de 2014, que o licenciamento de veículos novos deve ter uma elevação de 1,1% em relação a 2013, abaixo das expectativas para o crescimento do PIB no ano, porém, esta projeção demonstra a retomada do crescimento nas vendas, que fecharam 2013 0,9% abaixo de 2012, ano em que o recorde de licenciamento de veículos novos foi alcançado no país.

A retomada do crescimento ainda que discreto do mercado automobilístico, representa um impulso para o setor de distribuição de combustíveis. Na outra ponta, a permanência da pressão sobre o câmbio já depreciado, aliado ao descolamento do preço interno frente ao preço internacional do barril de petróleo, podem levar a novos reajustes de preço por parte da Petrobras.

A ALE continua comprometida com seu crescimento, programando investimentos superiores a R\$ 160 milhões, dedicados principalmente a expansão e renovação de sua rede de postos e ampliação da infraestrutura logística.

Agradecemos a parceria de todos os Revendedores ALE na consolidação de uma das marcas mais admiradas do setor. Agradecemos também o apoio de nossos fornecedores na construção de uma relação de parceria, especialmente a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS. Ressaltamos a confiança de nossos parceiros financeiros na execução de nosso projeto de crescimento. Destacamos o valor e trabalho de nossos colaboradores, personagens fundamentais da história de sucesso da Companhia. Agradecemos ainda a confiança dos acionistas na administração da Companhia.

Relacionamento com Auditores Independentes
As demonstrações financeiras da ALESAT Combustíveis S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, foram examinadas pela Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Companhia ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos por normas de gentes. Em atendimento à Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 381/03, declaramos que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Deloitte não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados a auditoria externa.

*Considera movimentação ALE e volume ANP de Gasolina, Etanol e Diesel.

Natal, 10 de abril de 2014.

A ADMINISTRAÇÃO

| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | | | | | | |
|---|------------------|-------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|--|--|--|
| (Valores expressos em milhares de reais, exceto por lucro líquido por ação) | | | | | | | | |
| | Nota explicativa | Controladora 31/12/2013 | Controladora 31/12/2012 | Consolidado 31/12/2013 | Consolidado 31/12/2012 | | | |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 22 | 10.373.012 | 8.962.959 | 10.373.643 | 8.952.369 | | | |
| CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS | 23 | (9.925.853) | (8.549.194) | (9.920.216) | (8.533.137) | | | |
| LUCRO BRUTO | | 447.159 | 413.765 | 453.427 | 419.232 | | | |
| Despesas comerciais | 23 | (88.520) | (73.788) | (93.075) | (78.652) | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 23 e 24 | (257.353) | (231.981) | (267.125) | (239.542) | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 12 | (3.058) | (4.067) | - | (183) | | | |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 25 | 30.058 | 25.675 | 35.044 | 29.060 | | | |
| LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 128.326 | 129.604 | 128.271 | 129.915 | | | |
| Receitas financeiras | 26 | 27.378 | 18.615 | 29.607 | 20.118 | | | |
| Despesas financeiras | 26 | (79.452) | (97.508) | (80.199) | (98.361) | | | |
| LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO | | 76.252 | 50.711 | 77.679 | 51.672 | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | 3.735 | (9.077) | 3.653 | (9.173) | | | |
| Corrente | 11 | (5.970) | (3.711) | (7.315) | (4.576) | | | |
| Diferido | | - | - | - | - | | | |
| Reversão do imposto diferido sobre ação na incorporação | 9 | (13.465) | (7.996) | (13.465) | (7.996) | | | |
| Total | 11 | (15.700) | (20.784) | (17.127) | (21.745) | | | |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 60.552 | 29.927 | 60.552 | 29.927 | | | |
| LUCRO LÍQUIDO ADO AÇÕES | | | | | | | | |
| Acionistas da controladora | | | | 60.552 | 29.927 | | | |
| LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO | | | | | | | | |
| Ordinárias: | | | | | | | | |
| Básico e diluído | | | | 0,50 | 0,20 | | | |
| Preferencial classe "A" | | | | 2,94 | 3,55 | | | |
| Preferencial classe "B" | | | | | 1,84 | | | |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | | | |
|---|-------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|--|
| (Valores expressos em milhares de reais) | | | | | |
| | Controladora 31/12/2013 | Controladora 31/12/2012 | Consolidado 31/12/2013 | Consolidado 31/12/2012 | |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 60.552 | 29.927 | 60.552 | 29.927 | |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO | 60.552 | 29.927 | 60.552 | 29.927 | |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 | Reservas de capital | | | | Reservas de lucro | | | | Total |
|--|---------------------|----------------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------------------|---------------------------------|-------------------|----------------|
| | Nota explicativa | Capital social | Reservas de capital | Reservas de capital | Reserva Legal | Reserva para investimento | Dividendos adicionais propostos | Lucros acumulados | |
| | | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | |
| Dividendos propostos e distribuídos | | - | - | - | - | - | - | - | 133.746 |
| Cancelamento do plano de participantes | 30 | - | - | - | - | - | - | - | (1.121) |
| Aumento de capital | 21 | 735 | - | - | - | - | - | - | 735 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | 29.927 | 29.927 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | | | |
| Constituição de reservas | 21 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos intermediários | 21 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 | | 111.153 | 12.250 | 3.058 | - | - | 7.646 | 7.646 | 137.985 |
| Dividendos propostos e distribuídos | | - | - | - | - | - | - | - | (8.221) |
| Transferência | | - | - | - | - | - | - | - | (8.623) |
| Recompra de ações | 21 | - | - | - | - | - | - | - | (3.038) |
| Destinação do lucro: | | | | | | | | | |
| Constituição de reservas | 21 | - | - | - | - | - | - | - | 60.552 |
| Dividendos intermediários | 21 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | 111.153 | (735) | 3.627 | 735 | - | 7.700 | 7.700 | 159.011 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|-----------------|----------------|-----------------|--------------|
| | | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Lucro líquido do exercício | | 60.552 | 29.927 | 60.552 | 29.927 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais: | | | | | |
| Depreciações e amortizações de ativos não circulantes | 23 e 24 | 70.517 | 58.506 | 78.858 | 64.893 |
| Reversão do IR diferido | 6 | 8.786 | 8.333 | 8.039 | 4.680 |
| Equivalência patrimonial | 12 | 3.038 | 4.067 | - | 183 |
| Provisão (reversão) para perda e baixa de ativos | 8 e 10 | 2.457 | (304) | 3.031 | (304) |
| Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e de bens destinados à venda | | 1.786 | 2.961 | 299 | 2.942 |
| Juros, variação cambial e swap de empréstimos e financiamentos e debêntures | 16 e 17 | 61.695 | 58.946 | 61.695 | 58.989 |
| Encargos financeiros sobre tributos parcelados e processos judiciais | 19 e 20 | 3.448 | 5.493 | 3.448 | 5.493 |
| Atualização de impostos e juros ativos | | (7.380) | (6.084) | (8.335) | (6.854) |
| Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e civis | 20 | (37.079) | 3.427 | (37.079) | 3.544 |
| Reversão do IR diferido sobre ação na incorporação | 9 | 13.465 | 7.996 | 13.465 | 7.996 |
| Impostos diferidos | 11 | 5.970 | 3.711 | 7.315 | 4.576 |
| Opções outorgadas reconhecidas | 30 | 1.190 | - | 1.190 | - |
| Outros | | 165 | 265 | 165 | 265 |
| 188.610 | | 177.244 | 192.643 | 176.330 | |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | | | |
| Contas a receber | | (2.268) | (51.594) | 2.852 | (42.421) |
| Estoque | | (24.136) | (62.131) | (24.083) | (60.829) |
| Tributos a recuperar | | (28.968) | (8.256) | (28.415) | (4.330) |
| Despesas antecipadas | | 1.854 | 5.547 | 1.854 | 5.542 |
| Outras contas a receber | | 1.284 | 5.467 | 1.491 | 4.606 |
| Dépósitos judiciais | | (2.549) | (2.110) | (4.559) | (2.886) |
| Bens destinados à venda | | - | 1.274 | (500) | 1.498 |
| Contas a receber - partes relacionadas | | 126 | 2.181 | 113 | 85 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | (48.204) | 3.406 | (47.927) | 2.868 |
| Fornecedores | | 2.807 | 704 | 2.703 | 924 |
| Impostos e contribuições a recolher | | (5.140) | (6.170) | (5.140) | (6.17 |

<continuação>



ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.

CNPJ Nº 23.314.594/0001-00

1. Alocr Promotora de Negócios de Crédito Ltda.
 Alocr Promotora de Negócios de Crédito Ltda. tem como objeto social exercer as funções correlatas à área de finanças e demais instituições autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil, prestando serviços relacionados a: (a) Recepção e encaminhamento de depósito a vista, a prazo e de poupança; (b) Recebimentos e pagamentos relacionados a contas de depósito a vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicação e resgates em fundos de investimentos; (c) Recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos com a instituição financeira contratante, na forma da regulamentação em vigor; (d) Execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome da instituição financeira contratante; (e) Recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos de qualquer espécie ou modalidade, inclusive imobiliários, habitacionais ou não; (f) Análise de crédito e cadastro; (g) Outras atividades permitidas nos termos da Regulamentação do Conselho Monetário Nacional e/ou Banco Central do Brasil.

Atualmente a empresa está com o volume reduzido de operações tendo em vista a nova realidade do mercado de crédito, e na identificação de um novo parceiro para suas operações e desenvolvimento de produtos.

A Companhia pretende, ao longo de 2014, criar um novo plano de negócios para incrementar suas atividades e negócios a partir de 2015.

R. P. Armazenagem de Combustíveis S.A.

Empresa tina como objeto social o armazenamento de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e outros combustíveis, para terceiros.

R. P. Armazenagem de Combustíveis S.A. Foi extinta em outubro de 2012.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:
 a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), identificadas como "Consolidado – IFRS e BRGAAP"; e
 b) As demonstrações financeiras individuais da Controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora" – BRGAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Demonstrações Financeiras do CPC.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de imparidade entre o patrimônio líquido corrente e o valor contábil no montante recuperável. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil no teste de imparidade, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.12. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio
 No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante de perda em nível individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de imparidade entre o patrimônio líquido corrente e o valor contábil no montante recuperável. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil no teste de imparidade, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.13. Custos de aposentadoria
 A Companhia é coparticipadora de um plano de previdência privada com contribuição definida. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesas quando ocorrem diretamente a esses pagamentos são prestados.

2.15. Acordo de pagamentos baseados em ações
 O plano de remuneração baseado em ações para administradores e executivos é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 30.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear durante o exercício em que o prazo no qual o título é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre qual opção concedida serão eventualmente adquiridas, com correspondente crédito na rubrica Reserva de capital - Opções outorgadas reconhecidas.

2.16. Provisões
 As provisões são reconhecidas para obrigações presentes legal ou presumida resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa em que o valor reconhecido excede o custo de aquisição.

As provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados, da Administração da Companhia e de suas controladas. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, nos casos aplicáveis, estão demonstradas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 20.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17. Apuração do resultado
 O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período.

2.17.1. Reconhecimento de receita
 A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.17.1.1. Venda de produtos
 A receita de vendas é reconhecida no resultado quando: (a) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; (b) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (c) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (d) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Manuseio especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes e a propriedade legal é transferida.

2.17.1.2. Receita financeira
 A receita de juros sobre ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala o valor presente dos recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.18. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas
 A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem de a Administração, passivo uso de julgamentos, estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, as quais, apesar de baseadas no melhor valor de custo amortizado utilizado em todas as demonstrações financeiras de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no futuro.

2.18.1. Vida útil dos bens intangíveis
 A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório.

2.18.2. Avaliação de instrumentos financeiros
 A nota explicativa nº 32 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade de diferentes temporárias ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos reconhecidos são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

2.18.3. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas
 É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

2.18.4. Redução de valor recuperável de ativos
 A Companhia testa anualmente a recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis segregados por unidade geradora de caixa, usualmente utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento da avaliação. Para as negociações com a administração, a provisão é constituída após 180 dias de vencido, sendo também provisionado o risco total dos contas a receber.

2.18.5. Perdas relacionadas a contas a receber
 Conforme nota explicativa nº 6, a Companhia adota o critério de efetuar provisão para crédito de liquidação duvidosa para todos os títulos referentes a venda de produto e contratos em geral após 180 dias de vencido. Para as negociações com a administração, a provisão é constituída após 180 dias de vencido, sendo também provisionado o risco total dos contas a receber.

2.19. Tributação
 A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.19.1. Impostos correntes
 A provisão do imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi calculado a alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A Companhia não está sujeita ao pagamento da contribuição social (9%) com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável em abril de 2013, vide nota explicativa nº 20.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui o efeito de certas despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, conforme prevê a legislação aplicável, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.19.2. Impostos diferidos
 O imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio no reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil). Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 41.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação for aprovada que altere as alíquotas aplicáveis. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as contingências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.19.3. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período
 O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em demonstrações financeiras e não diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.

2.20. Informação por Segmento
 Um segmento operacional é um componente do grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas.

As informações operacionais da Companhia são representadas pelas atividades de combustíveis e derivados de petróleo.

2.21. Lucro líquido por ação
 A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação for aprovada que altere as alíquotas aplicáveis. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as contingências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.23. Demonstração de Valor Adicionado ("DVA")
 Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como informação complementar às demonstrações financeiras e seguido as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes

deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável.

2.11.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios
 Nos negócios intangíveis consolidados, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

2.11.3. Ágio
 O ágio, com vida útil indeterminada, resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada ao valor recuperável, se houver tal perda.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação de negócios.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.11.4. Baixa de ativos intangíveis
 Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil no teste de imparidade, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.12. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio
 No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante de perda em nível individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de imparidade entre o patrimônio líquido corrente e o valor contábil no montante recuperável. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil no teste de imparidade, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.13. Custos de aposentadoria
 A Companhia é coparticipadora de um plano de previdência privada com contribuição definida. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesas quando ocorrem diretamente a esses pagamentos são prestados.

2.15. Acordo de pagamentos baseados em ações
 O plano de remuneração baseado em ações para administradores e executivos é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 30.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear durante o exercício em que o prazo no qual o título é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre qual opção concedida serão eventualmente adquiridas, com correspondente crédito na rubrica Reserva de capital - Opções outorgadas reconhecidas.

2.16. Provisões
 As provisões são reconhecidas para obrigações presentes legal ou presumida resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa em que o valor reconhecido excede o custo de aquisição.

As provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados, da Administração da Companhia e de suas controladas. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, nos casos aplicáveis, estão demonstradas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 20.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17. Apuração do resultado
 O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período.

2.17.1. Reconhecimento de receita
 A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.17.1.1. Venda de produtos
 A receita de vendas é reconhecida no resultado quando: (a) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; (b) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (c) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (d) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Manuseio especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes e a propriedade legal é transferida.

2.17.1.2. Receita financeira
 A receita de juros sobre ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala o valor presente dos recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.18. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas
 A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem de a Administração, passivo uso de julgamentos, estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, as quais, apesar de baseadas no melhor valor de custo amortizado utilizado em todas as demonstrações financeiras de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no futuro.

2.18.1. Vida útil dos bens intangíveis
 A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório.

2.18.2. Avaliação de instrumentos financeiros
 A nota explicativa nº 32 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade de diferentes temporárias ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos reconhecidos são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

2.18.3. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas
 É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

2.18.4. Redução de valor recuperável de ativos
 A Companhia testa anualmente a recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis segregados por unidade geradora de caixa, usualmente utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento da avaliação. Para as negociações com a administração, a provisão é constituída após 180 dias de vencido, sendo também provisionado o risco total dos contas a receber.

2.18.5. Perdas relacionadas a contas a receber
 Conforme nota explicativa nº 6, a Companhia adota o critério de efetuar provisão para crédito de liquidação duvidosa para todos os títulos referentes a venda de produto e contratos em geral após 180 dias de vencido. Para as negociações com a administração, a provisão é constituída após 180 dias de vencido, sendo também provisionado o risco total dos contas a receber.

2.19. Tributação
 A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.19.1. Impostos correntes
 A provisão do imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi calculado a alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A Companhia não está sujeita ao pagamento da contribuição social (9%) com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável em abril de 2013, vide nota explicativa nº 20.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui o efeito de certas despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, conforme prevê a legislação aplicável, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.19.2. Impostos diferidos
 O imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio no reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil). Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 41.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação for aprovada que altere as alíquotas aplicáveis. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as contingências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.19.3. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período
 O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em demonstrações financeiras e não diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.

2.20. Informação por Segmento
 Um segmento operacional é um componente do grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas.

As informações operacionais da Companhia são representadas pelas atividades de combustíveis e derivados de petróleo.

2.21. Lucro líquido por ação
 A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação for aprovada que altere as alíquotas aplicáveis. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as contingências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.23. Demonstração de Valor Adicionado ("DVA")
 Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como informação complementar às demonstrações financeiras e seguido as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes

sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insufls adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.24. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas
 As seguintes novas normas e suas interpretações foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Normas
 IFRIC 21
 "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o contrato ou a legislação exige a compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

IAS 32 (modificações)
 "Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de mensuração depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável. A emenda ao IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigação de divulgação de reconciliações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.

IFRS 9
 "Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de mensuração depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável. A emenda ao IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigação de divulgação de reconciliações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência disso, o Comitê de CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
3.1. Bases de consolidação e investimentos em controladas
 As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia possui:
 a) Poder sobre a investida;
 b) Exposição, ou direitos, a retornos variáveis do seu envolvimento com a investida; e
 c) Capacidade para usar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as mesmas políticas contábeis estabelecidas pela Controladora, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.2. Procedimentos de consolidação
 As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas control

continuação



ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.

CNPJ Nº 23.314.594/0001-00

Em 1º de fevereiro de 2007, foi efetuada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a incorporação da Satélite pela ALE Combustíveis S.A., a qual teve sua denominação alterada para ALESAT Combustíveis S.A. na mesma data.

10. BENS DESTINADOS À VENDA

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Composição, Veículos, Imóveis destinados à venda, etc.

O saldo representa bens recebidos de clientes, como forma de liquidação de suas dívidas. A Companhia testou a recuperação do valor dos ativos e registrou provisões para perda conforme demonstrado acima, quando necessário. A administração não espera perdas além das

A Companhia trabalha com o seguinte plano para realização de vendas: (a) Leilão anual realizado nacionalmente para venda dos referidos bens;

(b) Negociação com imobiliárias regionais com o objetivo de realização a valor de mercado.

A movimentação dos bens destinados à venda encontra-se demonstrada a seguir:

Table showing balance sheet for goods to be sold, with columns for 31/12/2013 and 31/12/2012.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases de cálculo, Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

Referem-se a provisão para perdas sobre prejuízos fiscais e base negativa na Ale Combustíveis S.A., em função de não haver, no momento, certeza a respeito de sua recuperação.

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Bases ativas, Bases passivas.

CONTROLADORA

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2013. Rows include Custo, Depreciação, Benefetórias em imóveis de terceiros, etc.

Referem-se a bens recebidos em transferência em decorrência do encerramento das atividades da R.P. Armazenagem de Combustíveis S.A., vide nota explicativa nº 12.

CONTROLADORA

Table with columns: Saldo em 31/12/2011, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2012. Rows include Custo, Depreciação, Benefetórias em imóveis de terceiros, etc.

Referem-se a bens recebidos em transferência em decorrência do encerramento das atividades da R.P. Armazenagem de Combustíveis S.A., vide nota explicativa nº 12.

CONSOLIDADO

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2013. Rows include Custo, Depreciação, Benefetórias em imóveis de terceiros, etc.

Referem-se a bens recebidos em transferência em decorrência do encerramento das atividades da R.P. Armazenagem de Combustíveis S.A., vide nota explicativa nº 12.

CONSOLIDADO

Table with columns: Saldo em 31/12/2011, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2012. Rows include Custo, Depreciação, Benefetórias em imóveis de terceiros, etc.

Referem-se a bens recebidos em transferência em decorrência do encerramento das atividades da R.P. Armazenagem de Combustíveis S.A., vide nota explicativa nº 12.

CONSOLIDADO

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2013. Rows include Custo, Depreciação, Benefetórias em imóveis de terceiros, etc.

Referem-se a bens recebidos em transferência em decorrência do encerramento das atividades da R.P. Armazenagem de Combustíveis S.A., vide nota explicativa nº 12.

CONSOLIDADO

Table with columns: Saldo em 31/12/2011, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2012. Rows include Custo, Depreciação, Benefetórias em imóveis de terceiros, etc.

Referem-se a bens recebidos em transferência em decorrência do encerramento das atividades da R.P. Armazenagem de Combustíveis S.A., vide nota explicativa nº 12.

CONSOLIDADO

Table with columns: Saldo em 31/12/2011, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2012. Rows include Custo, Depreciação, Benefetórias em imóveis de terceiros, etc.

Referem-se a bens recebidos em transferência em decorrência do encerramento das atividades da R.P. Armazenagem de Combustíveis S.A., vide nota explicativa nº 12.

CONSOLIDADO

Table with columns: Saldo em 31/12/2011, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2012. Rows include Custo, Depreciação, Benefetórias em imóveis de terceiros, etc.

Referem-se a bens recebidos em transferência em decorrência do encerramento das atividades da R.P. Armazenagem de Combustíveis S.A., vide nota explicativa nº 12.

CONSOLIDADO

Table with columns: Saldo em 31/12/2011, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2012. Rows include Custo, Depreciação, Benefetórias em imóveis de terceiros, etc.

Referem-se a bens recebidos em transferência em decorrência do encerramento das atividades da R.P. Armazenagem de Combustíveis S.A., vide nota explicativa nº 12.

CONSOLIDADO

Table with columns: Saldo em 31/12/2011, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2012. Rows include Custo, Depreciação, Benefetórias em imóveis de terceiros, etc.

Referem-se a bens recebidos em transferência em decorrência do encerramento das atividades da R.P. Armazenagem de Combustíveis S.A., vide nota explicativa nº 12.

CONSOLIDADO

Table with columns: Saldo em 31/12/2011, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2012. Rows include Custo, Depreciação, Benefetórias em imóveis de terceiros, etc.

eventuais custos gerados pela não retirada da quota mensal contratada com a Petrobras por responsabilidade da compradora. O adicional logístico é o valor pago pela compradora em decorrência do descumprimento do período máximo de ressurgimento nas modalidades de entrega marítima quando a quota mensal extrapolar a capacidade teórica de recebimento da compradora. A cobrança da compensação financeira e do adicional logístico é realizada através de notas de débito. A apuração da compensação financeira e adicional logístico são mensais, as quais são registradas no período de competência. O contrato tem vigência de 01 (um) ano e a cada ano é renovado entre ambas as partes e renovado. A partir do 2º trimestre de 2013, a Companhia passou a efetuar compras preponderantemente na modalidade de pagamento à vista.

Alcool (Usinas) A aquisição de etanol anidro deverá seguir as definições estabelecidas na Resolução ANP nº 67, de 09/12/2011 - DOU 13/12/2011 - Retificada DOU 16/12/2011. Diante do exposto na Resolução, a Companhia optou pela aquisição do etanol anidro combustível sob o regime de contrato de fornecimento com o fornecedor, onde o distribuidor deverá protocolizar na ANP cópias autenticadas dos extratos de contratos. O volume total dos contratos de etanol anidro combustível protocolizado na ANP nos termos da Resolução, deverá ser compatível no mínimo de 90% (noventa por cento) de comercialização de Gasolina C no ano civil anterior (Y-1), considerando o percentual da mistura vigenste.

A aquisição de etanol hidratado poderá ser realizada por regime de contrato de fornecimento, regime de compra direta e transações por mercado à vista (spot Market). A aquisição de etanol hidratado não tem obrigatoriedade para apresentação junto à ANP.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Table with columns: Taxa de juros 2013, Moeda 2013, Circulante, Não Circulante, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Capital de giro, Capital aberto com Swap, Financiamento de ativo fixo.

Saldos em 31 de dezembro de 2011

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Juros capitalizados

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2012

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

Custo de transação

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Captação de empréstimos

Transferências

Juros

Variações cambiais

Pagamento de principal

Pagamento de juros

Swap

- Continuação -



ALEST COMBUSTÍVEIS S.A.

CNPJ Nº 23.314.594/0001-00

| | REFIS IV (Reabertura) | REFIS IV (Reabertura) | ICMS | Total |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 46.924 | - | 79 | 47.003 |
| Amortizações | 3.371 | - | (2) | 3.369 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 44.149 | - | 60 | 44.209 |
| Juros | 2.714 | - | 2 | 2.716 |
| Adições | - | 1.468 | - | 1.468 |
| Amortizações | (6.538) | (8) | (62) | (6.608) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 40.325 | 1.460 | - | 41.785 |

• **Refis IV**
Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, instituído pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009, contemplando o imposto de Renda, PIS e COFINS do período de dezembro de 2007 a novembro de 2008. O prazo do parcelamento é de 180 meses, atualizado monetariamente pela taxa SELIC, sendo o vencimento da última parcela em outubro de 2024. O saldo do Refis IV consolidado pela Secretaria da Receita Federal é composto pelo parcelamento dos seguintes tributos:

| | IRPJ | PIS | COFINS | PAES | PAEX | Total |
|---------------------------------------|---------------|-------|--------|-------|-------|---------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2010 | 1.528 | 6.393 | 29.519 | 9.104 | 2.121 | 48.665 |
| Adições outros processos/consolidação | - | - | - | - | - | 6.035 |
| Utilização/Prejuízo fiscal | - | - | - | - | - | (3.763) |
| Complemento juros/consolidação | - | - | - | - | - | 5.423 |
| Juros no período | - | - | - | - | - | 8.320 |
| Amortizações | - | - | - | - | - | (7.810) |
| Redução multa/juros (consolidação) | - | - | - | - | - | (443) |
| Exclusão (Pis-Cofins) | - | - | - | - | - | (7.503) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 46.924 | - | - | - | - | 46.924 |
| Juros | - | - | - | - | - | 3.371 |
| Amortizações | - | - | - | - | - | (6.146) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 44.149 | - | - | - | - | 44.149 |
| Juros | - | - | - | - | - | 2.714 |
| Amortizações | - | - | - | - | - | (6.538) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 40.325 | - | - | - | - | 40.325 |

O montante de amortização anual do parcelamento em referência está evidenciado a seguir:

| Ano | IRPJ | PIS | COFINS | PAES | PAEX | Total |
|-----------|------|-----|--------|------|------|---------------|
| 2014 | - | - | - | - | - | 7.391 |
| 2015 | - | - | - | - | - | 3.349 |
| 2016 | - | - | - | - | - | 3.349 |
| 2017 | - | - | - | - | - | 3.349 |
| 2018 | - | - | - | - | - | 3.349 |
| Após 2018 | - | - | - | - | - | 19.538 |
| Total | - | - | - | - | - | 40.325 |

Não existem garantias concedidas para estes parcelamentos.

• Refis IV - Reabertura

Em dezembro de 2013, a Companhia aderiu ao REFIS, instituído pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009, alterada pela Portaria conjunta POFN-RFB nº 7, de outubro de 2013, contemplando o imposto de Renda, PIS e COFINS do período de dezembro de 2007 a novembro de 2008. O prazo do parcelamento é de 180 meses, atualizado monetariamente pela taxa SELIC, sendo o vencimento da última parcela em novembro de 2028.

O saldo do Refis IV consolidado pela Secretaria da Receita Federal é composto pelo parcelamento dos seguintes tributos:

| | IRPJ | CSLL | PIS | COFINS | Total |
|---------------------------------------|-------|-------|-----|--------|--------------|
| Adições outros processos/consolidação | 489 | 147 | 6 | 27 | 669 |
| Multa de Ofício e Legal | 596 | 220 | 4 | 21 | 841 |
| Juros no período | 460 | 141 | 3 | 13 | 617 |
| Redução multa/juros (consolidação) | (473) | (167) | (3) | (16) | (659) |
| Saldo em 1º de dezembro de 2013 | - | - | - | - | 1.468 |
| Amortizações | - | - | - | - | (8) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | - | - | - | - | 1.460 |

O montante de amortização anual do parcelamento em referência está evidenciado a seguir:

| Ano | IRPJ | CSLL | PIS | COFINS | Total |
|-----------|------|------|-----|--------|--------------|
| 2014 | - | - | - | - | 98 |
| 2015 | - | - | - | - | 98 |
| 2016 | - | - | - | - | 98 |
| 2017 | - | - | - | - | 98 |
| 2018 | - | - | - | - | 98 |
| Após 2018 | - | - | - | - | 970 |
| Total | - | - | - | - | 1.460 |

Não existem garantias concedidas para estes parcelamentos.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e respectivos depósitos judiciais são compostos como segue:

| | Controladora | Consolidado | Controladora | Consolidado |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Natureza | | | | |
| Trabalhistas | 850 | - | 1.038 | 188 |
| Fiscais | 12.116 | 50.320 | 13.724 | 51.928 |
| Cíveis | - | - | 783 | 783 |
| Total | 12.966 | 50.320 | 15.545 | 52.899 |
| Depósitos Judiciais | | | | |
| Fiscais | (3.019) | (3.019) | (3.019) | (3.019) |
| Total líquido | 9.947 | 47.301 | 12.526 | 49.880 |

As movimentações são apresentadas a seguir:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|----------------------------------|--------------|---------------|----------------|--------------|-------------|----------|--------|-------|
| | Trabalhista | Fiscais | Cíveis | Total | Judiciais | Fiscais | Cíveis | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | - | 44.995 | - | (3.019) | - | 41.976 | - | - |
| Adições | 219 | 3.649 | - | - | - | 3.868 | - | - |
| Atualização | - | 2.117 | - | - | - | 2.117 | - | - |
| Reversões | - | (441) | - | - | - | (441) | - | - |
| Baixa por pagamento | (219) | - | - | - | (219) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | - | 50.320 | - | (3.019) | - | 47.301 | - | - |
| Adições | 1.810 | 1.869 | - | - | - | 3.679 | - | - |
| Atualização | - | 732 | - | - | - | 732 | - | - |
| Reversões (a) | - | (40.758) | - | - | - | (40.758) | - | - |
| Baixa por pagamento | (960) | (47) | - | - | - | (1.007) | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 850 | 12.116 | (3.019) | 9.947 | - | - | - | - |

Em caso de aumento de capital social, os acionistas terão o direito de preferência na emissão das ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, desde que de mesma classe, espécie e na proporção de suas respectivas participações. A deliberação de aumento de capital social deverá ser tomada em Assembleia Geral, por votos representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) do capital social da Companhia, exceto se de outra forma previsto no acordo de acionistas da Companhia. A Assembleia Geral que deliberar o aumento de capital social fixará as condições a que o aumento se submete, bem como o prazo e a forma para integralização das ações subscritas, podendo ainda estabelecer acréscimos em caso de mora. A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2012, aprovou aumento de capital social no montante de R\$ 735, através da emissão de 597.384 novas ações preferenciais classe "B", todas normativas e sem valor nominal.

• **Classe "A"**
As ações preferenciais classes "A" têm prioridade no recebimento de dividendos fixos cumulativos até o limite de R\$ 61.300, são conversíveis automaticamente em ações ordinárias da Companhia quando atingido o limite ora estabelecido e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio. Até 31 de dezembro de 2013, o saldo acumulado dos dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" monta em R\$ 52.187 (2012, R\$ 44.599).

• **Classe "B"**
As ações preferenciais classes "B" adquirirão o direito de voto, caso a elas não tenham sido distribuídos dividendos por 3 (três) exercícios sociais consecutivos.

Em 2012, as ações preferenciais classe "B" tinham prioridade no recebimento de dividendos limitados a 4% (quatro por cento) do lucro apurado.

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2013, deliberou pela recompra das ações preferenciais classe "B" da Companhia, nos termos do artigo 30, letra b, da Lei 6.404/76, não implicando em redução do capital social e na extinção das mesmas. As ações estão em tesouraria.

• **Reserva de capital - ágio**
Refere-se à reserva oriunda do processo de reestruturação societária descrito na nota explicativa nº 09. No exercício de 2013, o montante de R\$ 8.625 foi reclassificado para o passivo circulante, a ser pago contra dividendo em função da futura realização do benefício fiscal do ágio incorporado.

• **Reserva legal**
Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• **Destinação do lucro**
De acordo com o estatuto social, os lucros apurados em cada exercício, após deduções legais, terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral.

• **Dividendos**
Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) parcela destinada à constituição da reserva legal;

b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e,

c) cláusula a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucro anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

A Companhia poderá, a qualquer momento, por deliberação do Conselho de Administração, pagar o dividendo em ações, desde que a emissão de ações não implique redução do capital social. Os dividendos devidos às ações preferenciais classe "A" e "B" poderão ser pagos inclusive mediante a utilização de reserva de capital, conforme previsto no artigo 17, parágrafo 6º da Lei nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios de 2013 e de 2012 foram assim calculados:

| | 2013 | 2012 |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 60.522 | 29.927 |
| Reserva Legal - 5% | (5.028) | (1.496) |
| Base de cálculo dos dividendos | 57.524 | 28.431 |
| Dividendos mínimos obrigatórios - 25% | 14.381 | 7.108 |
| Dividendos intermediários pagos | 20.044 | 24.508 |
| Dividendos adicionais propostos | 7.700 | 7.646 |
| Dividendos pagos e propostos | 27.744 | 32.154 |
| Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios | 15.363 | 25.046 |
| Dividendos intermediário por ação - R\$: | | |
| Ordinárias | 0,13 | 0,14 |
| Preferencial Classe "A" | 2,94 | 4,80 |
| Dividendos adicionais propostos por ação - R\$: | | |
| Ordinárias | 0,07 | 0,04 |
| Preferencial Classe "A" | - | 1,10 |
| Preferencial Classe "B" | - | 1,55 |

• **22. RECEITA DE VENDAS**

| | Controladora | Consolidado | Controladora | Consolidado |
|----------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Receita Bruta | | | | |
| Gasolina | 6.110.611 | 5.223.093 | 6.110.611 | 5.216.560 |
| Óleo diesel | 3.741.132 | 3.374.424 | 3.741.132 | 3.369.458 |
| Alcool hidratado | 520.681 | 361.731 | 520.681 | 361.748 |
| Gás natural veicular | 29.280 | 34.317 | 29.280 | 24.091 |
| Querosene iluminante | 104 | 328 | 104 | 10.555 |
| Asfalto | 68.863 | 58.306 | 68.863 | 58.306 |
| Outros | 40.662 | 39.717 | 41.399 | 40.378 |
| Total | 10.511.333 | 9.091.916 | 10.512.070 | 9.081.096 |

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

| | Controladora | Consolidado | Controladora | Consolidado |
|--------------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Receita bruta | 10.511.333 | 9.091.916 | 10.512.070 | 9.081.096 |
| Menos: | | | | |
| Impostos sobre vendas | (109.729) | (108.453) | (109.834) | (108.565) |
| Devoluções | (28.592) | (20.504) | (28.593) | (29.162) |
| Total da receita operacional líquida | 10.373.012 | 8.962.959 | 10.373.643 | 8.922.369 |

• **23. DESPESAS POR NATUREZA**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R) IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

| | Controladora | Consolidado | Controladora | Consolidado |
|-----------------------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Despesas por natureza: | | | | |
| Insumos | (9.703.074) | (8.379.258) | (9.702.341) | (8.366.395) |
| Material de uso e consumo | (2.819) | (2.278) | (2.820) | (2.300) |
| Depreciação e amortização | (70.517) | (58.506) | (78.858) | (64.893) |
| Despesas com pessoal | (124.340) | (105.943) | (124.340) | (105.976) |
| Serviços de terceiros | (27.730) | (24.387) | (27.905) | (24.503) |
| Fretes | (199.663) | (144.144) | (199.866) | (144.658) |
| Manutenção de ativos operacionais | (68.824) | (55.304) | (68.858) | (55.965) |
| Outras despesas | (74.739) | (64.543) | (75.428) | (65.541) |
| Total | (10.271.706) | (8.854.963) | (10.280.416) | (8.851.331) |

• **24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

| | Controladora | Consolidado | Controladora | Consolidado |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Despesas com pessoal | | | | |
| Juros de terceiros | (27.730) | (24.387) | (27.905) | (24.503) |
| Reversão da provisão de multa da CSLL | 9.014 | 9.014 | - | - |
| Outros | (4.652) | (4.566) | (4.654) | (4.563) |
| Despesas com alugueis | (8.311) | (6.860) | (8.790) | (6.873) |
| Despesas com seguros | (2.465) | (2.600) | (2.470) | (2.615) |
| Remuneração dos diretores | (9.049) | (7.922) | (9.049) | (7.922) |
| Depreciação e amortização | (70.517) | (58.506) | (78.858) | (64.893) |
| Participação dos empregados | (8.529) | (8.526) | (8.529) | (8.526) |
| Outras despesas | (19.803) | (18.259) | (20.593) | (19.250) |
| Total | (257.333) | (231.981) | (267.125) | (239.542) |

• **Classificada como:**

Custo das mercadorias vendidas (9.925.853) (8.549.194) (9.920.216) (8.533.137)

Despesas comerciais (68.824) (55.304) (68.858) (55.965)

Despesas gerais e administrativas (28.729) (23.981) (28.725) (23.942)

Total (10.271.706) (8.854.963) (10.280.416) (8.851.331)

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Resultado com venda de bens | (11.216) | 2.474 | (218) | 2.493 |
| Recuperações fiscais | 671 | - | 1.236 | - |
| Comissão sobre vendas | 5.701 | 5.012 | 5.701 | 5.012 |
| Taxa de armazenagem | 9.838 | 5.891 | 9.838 | 5.938 |
| Receitas agregadas - Lojas EP | 2.713 | 2.330 | 2.713 | 2.330 |
| Receita de bonificação | 496 | 793 | 496 | 793 |
| Receita de aluguel | 6.831 | 5.665 | 10.025 | 9.218 |
| Serviço de monitoramento | | | | |



ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.

CNPJ Nº 23.314.594/0001-00

aprovado pelo Conselho de Administração, os beneficiários do plano terão direito ao recebimento de ações que representam 1,3987% do capital social.

O Plano tinha o objetivo de: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia, permitindo aos administradores e empregados de alto nível adquirir ações de emissão da Companhia, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços para a Companhia, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível, oferecendo a tais executivos e empregados, como forma de incentivo e vantagem adicional, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia; e (iv) incentivar a maior integração desses executivos e empregados com os objetivos da Companhia.

Foram elegíveis para participar do Plano, os diretores estatutários e gerentes executivos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia (os "Beneficiários").

Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes seriam objeto de transferência de titularidade dos atuais sócios da Companhia. As opções outorgadas com base no Plano são pessoais e intransferíveis. O Plano entrou em vigor e poderia ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. A opção poderia ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados no respectivo Programa.

O valor justo do plano foi calculado com base no valor de mercado estimado da Companhia na data da concessão.

Em dezembro de 2012 o plano foi encerrado mediante emissão de ações pela Companhia com o correspondente exercício pelos executivos participantes.

A tabela abaixo demonstra os valores por lote reconhecidos no resultado da Companhia nos respectivos períodos/exercícios por lote:

| Despesa apropriada no período/exercício na controladora em: | | | | | | | | |
|---|-------|---------|-------|-------|-------|-------|-----|---------|
| Plano de Opção | 2012 | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 | 930 | Totais |
| 1º lote | - | - | - | - | - | - | 930 | 930 |
| 2º lote | - | - | - | - | - | 1.474 | - | 1.474 |
| 3º lote | - | - | - | 466 | 1.086 | - | - | 1.552 |
| 4º lote | - | - | - | 621 | - | - | - | 621 |
| 5º lote | - | - | 1.086 | - | - | - | - | 1.086 |
| 6º lote | - | 1.380 | - | - | - | - | - | 1.380 |
| Subtotais | - | 1.380 | 1.086 | 1.087 | 1.086 | 1.474 | 930 | 7.043 |
| Cancelamento de plano de participantes | | | | | | | | |
| Totais | (794) | (3.211) | - | - | - | - | - | (4.005) |
| | (794) | (1.831) | 1.086 | 1.087 | 1.086 | 1.474 | 930 | 3.058 |

31. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais e diluídas em ações ordinárias.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valores por ação):

| | Controladora | |
|--|--------------|-------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Numerador | 54,672 | 21,727 |
| Denominador | 108,418,234 | 108,418,234 |
| Média ponderada do número de ações disponíveis no exercício | 108,418,234 | 108,418,234 |
| Média ponderada do número de ações disponíveis e potenciais no exercício | 108,418,234 | 108,418,234 |
| Resultado por ação básico (em R\$ 1,00) | 0,50 | 0,20 |
| Resultado por ação diluído (em R\$ 1,00) | 0,50 | 0,20 |

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento.

A Companhia possui instrumentos derivativos com o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando apenas swap de taxa de câmbio e juros, não possuindo derivativos exóticos. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas e sistemas de controles, na qual é vedada a contratação de dívida sem autorização prévia do Conselho de Administração.

A aderência às posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a estas políticas é apresentada e avaliada periodicamente nas reuniões do Conselho de Administração.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção ("hedge"), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção ("hedge accounting").

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros, constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

33. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE VARIAÇÕES NAS TAXAS DE JUROS

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas CDI e de IGP-M. As taxas foram, conforme determinado pela instrução CVM nº 475, estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração (consolidado), levando-se em consideração, além dos indicadores CDI + 2,45% a.a., TJLP + 5,03% a.a. e 10,99% a.a., a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

| Cenário de Taxas de Juros | | | | | | | | |
|---|------------------|------|---------|------------------|------|------------|----------------|-----------|
| | Cenário Provável | | | Cenário Possível | | | Cenário Remoto | |
| | CDI | TJLP | 5% a.a. | CDI | TJLP | 6,25% a.a. | CDI | TJLP |
| Impacto nos cenários das dívidas em função das variações nas taxas de juros | 9,77% a.a. | | | | | | 14,66% a.a. | 7,5% a.a. |

| Instrumento a taxa de juros | | | | | | | | | |
|--|----------------|----------------|--------------------|-------------------|----------------|-------|----------------|--------------------|-------------------|
| | Pré fixadas | | | Flutuantes | | | Total | | |
| | Total | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 ano a 5 anos | Mais de 5 anos | Total | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 ano a 5 anos |
| Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida | 50.384 | 25.340 | 15.033 | 9.459 | 553 | | | | |
| Pós fixadas | | | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida | 712.596 | 69.342 | 81.370 | 561.884 | - | | | | |
| Debêntures | 50.789 | - | 13.541 | 37.248 | - | | | | |
| Total | 813.769 | 94.681 | 109.944 | 608.591 | 553 | | | | |

| Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros | | | | | | | | | |
|--|------------------|----------------|----------------|------------------|------|------------|----------------|------|--|
| | Cenário Provável | | | Cenário Possível | | | Cenário Remoto | | |
| | CDI | TJLP | 5% a.a. | CDI | TJLP | 6,25% a.a. | CDI | TJLP | |
| Capital de Giro | 684.338 | 469.590 | 684.549 | 469.590 | | | | | |
| Capital de giro com swap | 72.284 | 82.535 | 76.245 | 90.653 | | | | | |
| Financiamentos | 5.827 | 7.212 | 5.827 | 7.212 | | | | | |
| Arrendamento mercantil | 531 | 387 | 531 | 387 | | | | | |
| Debêntures | 50.789 | 50.264 | 51.404 | 51.562 | | | | | |
| Total | 813.769 | 609.988 | 818.556 | 619.404 | | | | | |

34. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA DA COMPANHIA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou atividades de investimentos, não envolvendo caixa, no montante de R\$ 24.324, sendo: R\$ 17.267, com aquisição de bens do ativo imobilizado; R\$ 665, com postos; R\$ 6.072, com bases; e R\$ 320, com provisão para retiradas de tanques (2012, R\$ 4.324, sendo R\$ 3.493 com fornecedores e R\$ 831 com financiamento), portanto essas transações não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os valores de imposto de renda não apurado por estimativa no montante de R\$ 8.410 (2012, R\$ 6.327) foram integralmente compensados com créditos tributários (PIS, COFINS, IRRF sobre aplicação financeira, saldo negativo de IRPJ pago a maior), portanto não houve desembolso de caixa para liquidação destes tributos.

*Conforme nota explicativa nº 20 a Companhia não efetua o recolhimento de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 10 de abril de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| | |
|--|--|
| FRANCISCO SÉRGIO SOARES CAVALIERI PRESIDENTE DO CONSELHO | PAULO ERNESTO JOST DE MORAES VICE-PRESIDENTE |
| NELSON LUIS SALLES DE MORAES CONSELHEIRO | ROBERTO MÁRIO GONÇALVES SOARES FILHO CONSELHEIRO |
| MARCELO HENRIQUE RIBEIRO ALECRIM CONSELHEIRO | EDUARDO EDMOND FARHAT CONSELHEIRO |
| LUIS LEONARDO CANTIDIANO VARNIERI RIBEIRO CONSELHEIRO | JULIO FELIPE LASTRES CONSELHEIRO |
| MAURO EDUARDO GUZELINE CONSELHEIRO | RENATO JOSÉ FAGUNDES GARCIA CONSELHEIRO |

DIRETORIA

| | |
|---|--|
| MARCELO HENRIQUE RIBEIRO ALECRIM PRESIDENTE | MARCO PAULO REIS TANURE DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES |
| CYRO LUIZ PEDREIRA DE SOUZA DIRETOR VICE PRESIDENTE | JULIO CESAR PAULON DIRETOR DE MARKETING E VAREJO |
| EDUARDO DOMINGUEZ DIRETOR DE OPERAÇÃO | ATELMO FERREIRA DE OLIVEIRA GERENTE DE CONTROLADORIA |

JÚLIO CESAR DA COSTA SANTOS
CONTADOR – CRC 010536/P RN

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Alesat Combustíveis S.A. Natal - RN

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alesat Combustíveis S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis adotadas no Brasil, assim como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alesat Combustíveis S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Alesat Combustíveis S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Enfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Alesat Combustíveis S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é considerada informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife, 10 de abril de 2014

DELOITTE TOUCHE TOMHATSU
Auditores Independentes
CRC - nº 2SP 011.609/0-8-7º PE
José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador - CRC-BA Nº 015.640/0-3 1º RN

CHAMPIONS TEM SECA DE GOLS E DUELO DOS RICOS

/ EUROPA / ATLÉTICO DE MADRI E CHELSEA FICARAM NO 0 A 0, ONTEM, NA ESPANHA. HOJE, REAL E BAYERN DE MUNIQUE MEDIRÃO FORÇAS COM DOIS DOS TRÊS ELENÇOS MAIS VALIOSOS DO MUNDO

MESMO COM UM amplo domínio de jogo, o Atlético de Madri não passou de um empate por 0 a 0 com o Chelsea, ontem, no estádio Vicente Calderón, na Espanha, pela partida de ida das semifinais da Liga dos Campeões.

O jogo de volta acontece na outra quarta-feira (30), em Londres, na Inglaterra. Quem vencer o confronto se classifica para a decisão. Um novo empate por 0 a 0 leva o duelo para a prorrogação. Igualdade com gols favorece o Atlético de Madri.

O resultado de ontem estava nos planos do Chelsea, que foi para a Espanha com o intuito de se defender. Logo no início, o técnico José Mourinho perdeu o goleiro Cech, contundido. Mas isso

não abalou o sistema defensivo do time inglês, que se mostrou organizado durante todo o jogo.

Já o Atlético de Madri, que lidera o Campeonato Espanhol à frente de Real Madrid e Barcelona, se mostrou muito previsível no ataque, mesmo com o meia brasileiro Diego entre os titulares.

O time da casa dominou as ações, teve 62% da posse de bola, deu 26 chutes a gol contra apenas cinco do rival, mas, mesmo assim, não conseguiu criar grandes problemas para o goleiro Schwarzer, que substituiu Cech.

No final, o Atlético de Madri abusou dos cruzamentos para o centroavante Diego Costa, sem sucesso. O Chelsea soube se segurar até o fim. Agora, em Londres,

basta uma vitória simples para avançar à decisão.

Hoje, Real Madrid e Bayern de Munique fazem a outra semifinal. Eles já se enfrentaram 20 vezes em competições europeias, todas na Copa ou Liga dos Campeões. Foram cinco semifinais, e o time alemão levou a melhor na maioria, em 1976, 1987, 2001 e 2012, esta última decidida nos pênaltis. A equipe espanhola só se deu bem em 2000.

Real chega a este jogo obcecado pelo 10º título da Liga dos Campeões da Europa, enquanto o Bayern de Munique sonha em repetir a Tríplice Coroa da temporada passada.

Uma curiosidade sobre este confronto é que em cam-

po estarão duas das três equipes mais valiosas do mundo do futebol mundial, atrás apenas do Barcelona, já eliminado da competição.

O Real Madrid atualmente é o segundo time mais valioso do planeta bola, com elenco avaliado em 571,4 milhões de euros (1,8 bilhão de reais, aproximadamente). É mais do que todos os 20 clubes da Série A do Campeonato Brasileiro juntos - as equipes do Brasileiro somam 552,5 milhões de euros (1,7 bilhão de reais).

Por sua vez, os Bávaros ostentam um elenco avaliado em 554,6 milhões de euros.

A decisão da Liga dos Campeões está marcada para o dia 24 de maio, em Lisboa.



▶ Cristiano Ronaldo tem o maior salário do Real: R\$ 1 milhão por semana